



Universidade do Minho

Escola de Engenharia

Luís Miguel Ferreira de Araújo

**AVALIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS:
O caso de duas praças no concelho de
Caminha**

Tese de Mestrado

Engenharia Municipal

Trabalho efectuado sob a orientação da

**Professora Doutora Júlia Maria Brandão Barbosa
Lourenço**

Setembro de 2007

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora doutora Júlia Lourenço, pela disponibilidade e paciência demonstrada nestes dois anos de trabalho, bem como pelo incentivo e transmissão de conhecimentos que me foi revelando durante a elaboração desta dissertação.

À minha família, esposa e filhos, pelo apoio e incentivo que tiveram ao longo destes meses de estudo, análise, estruturação e elaboração desta tese, tendo suportado as minhas ausências e alguns momentos de irritação.

Aos meus pais, pelo apoio e estímulo que me deram durante todos estes anos de estudo e pelos sacrifícios que fizeram para sustentar a minha formação. Sei que estão orgulhosos, por ter concluído mais esta fase, e este trabalho é em parte para vós. Pela confiança que me inculcaram ao longo dos meus anos de vida, sabendo que é a vós que devo o facto de ser aquilo que sou hoje.

À instituição, pela oportunidade que me proporcionou em realizar esta tese.

E finalmente, a todas as pessoas que de uma maneira ou de outra, contribuíram para que esta tese terminasse. A todos eles, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

Avaliação de espaços públicos: O caso de duas praças no concelho de Caminha

O objectivo desta dissertação é o de investigar, se um espaço público recentemente reabilitado, mais concretamente uma praça, possui boas condições para receber os seus utilizadores e se corresponde às expectativas e necessidades dos mesmos, apurando-se ainda se o respectivo projecto foi objecto de participação pública, e simultaneamente recolhendo as opiniões dos utilizadores acerca de eventuais alterações que os mesmos julguem por convenientes.

Neste contexto, optou-se por efectuar uma análise urbana das duas praças mais significativas do concelho de Caminha, nomeadamente a Praça Conselheiro Silva Torres em Caminha e a Praça da República em Vila Praia de Âncora, fundamentalmente pela importância destas praças no referido concelho e, particularmente, na vivência das respectivas localidades. Nesta sequência, escolheu-se para estudo de caso, a Praça da República, em Vila Praia de Âncora, por ser um local recentemente intervencionado e cuja filosofia de uso e morfologia foram completamente alteradas.

A metodologia de avaliação do espaço público adoptada teve por base, a elaboração de inquérito aos utilizadores da praça, dividido em sete grupos de perguntas que correspondem aos critérios definidos na análise urbana das duas praças, e que através da técnica *focus group*, permitiu obter respostas para tratamento estatístico e, desta forma, aferir a opinião das pessoas relativamente ao projecto actualmente implementado no local.

Assim, em matéria de conclusões, refere-se que genericamente a população concorda com o projecto recentemente executado no âmbito da reabilitação da Praça da República, salientando-se que os elementos implementados relativamente ao anterior espaço existente, tiveram grande aceitação, nomeadamente a fonte no pavimento e o fontanário público, que correspondem integralmente à expectativa dos inquiridos. Porém, assume relevância o facto de os utilizadores considerarem que deverão ser implementados mais espaços verdes, visto serem insuficientes os actualmente existentes. Nesta conjuntura, conclui-se que pese embora alguma contestação com validade, foram levadas em consideração as memórias locais bem como a necessária participação pública.

ABSTRACT

Evaluation of public spaces: The case of two squares in Caminha Municipality

The main objective of this dissertation is to research whether a recently renovated public square has good conditions to receive its users and whether it corresponds to their needs and necessities. It also wants to check whether there was public participation and to know inhabitants' opinions about eventual shifts that are already felt as necessary.

The two most relevant public squares of Caminha Municipality were chosen as case studies due to their importance as well as urban life occurring in them.

The methodology for public space evaluation was based in a survey undertaken at the users. The survey was divided in seven groups of questions corresponding to the selected evaluation criteria. A focus group technique was undertaken and it may be concluded that population, at large, agrees with the renovation projects and their implementation. Nevertheless, the reduced areas for green spaces are a most remarked statement leading to the overall conclusion that local memories were respected as well as public participation took place.

In future interventions, more time prior to the project and during its making should be scheduled for public meetings or surveys to population.

GLOSSÁRIO

Acessibilidade – é o grau relativo de facilidade com que se atinge determinado lugar a partir de outros espaços territoriais. Do ponto de vista social, tem directamente a ver com a maior ou menor facilidade que o indivíduo tem em obter um determinado bem ou serviço (casa, cultura, lazer, etc.). A acessibilidade está, directamente relacionada com o grau de desenvolvimento socioeconómico das populações, sendo tanto maior, quanto maior for o desenvolvimento dos espaços territoriais de um Estado.

Análise estatística – é o método que tem por objecto organizar e analisar dados, determinar as correlações que apresentem e tirar delas as suas consequências para descrição e explicação do que passou e previsão e organização do futuro, permitindo também efectuar a avaliação numérica de certa categoria de objectos ou de factos.

Arcada – é um conjunto de pilares ligados superiormente por abóbadas ou arcos.

Betuminoso – O betuminoso consiste num produto obtido dos resíduos da destilação do petróleo e é constituído por uma mistura de betume semi-sólido, castanho ou negro e minerais, utilizada para pavimentar ruas e para impermeabilização

Busto – é a representação esculpida de uma pessoa, limitando-se à cabeça, pescoço, uma parte do tronco e ombros, geralmente sobre um apoio e tem por finalidade recriar o mais fielmente possível a fisionomia do indivíduo, normalmente executados em mármore, bronze, argila e mais raramente em madeira.

Consistório – é um lugar de reunião, onde de efectuam assembleia públicas ou secretas de cardeais em que se tratam assuntos graves ou religiosos;

Edifício – construção independente, compreendendo um ou mais alojamentos, divisões ou outros espaços destinados à habitação de pessoas, coberta e incluída dentro de paredes externas ou paredes divisórias, que vão das fundações à cobertura, independentemente da sua afectação principal ser para fins residenciais, agrícolas, comerciais, industriais, culturais ou de prestação de serviços.

Espaço público - é todo o espaço confrontante com os limites privados de acesso e uso livres por parte de qualquer indivíduo.

Espaço Verde – é uma extensão de terreno, onde se plantam e cultivam plantas de adorno e que se localiza num espaço público ou privado, podendo estar dependente ou não de uma habitação.

Infra-estrutura – conjunto de instalações ou de meios prévios, normalmente na parte inferior das construções, necessários ao funcionamento uma actividade ou conjunto de actividades

Macadame – é um sistema de pavimentação de estradas e ruas por meio de brita e saibro que se recalca com um cilindro. O macadame consiste na base de pavimentos de ruas e possui esta designação em homenagem a John Mac Adam, que o concebeu pela primeira vez.

Metodologia – é um conjunto de regras ou princípios empregues na direcção de uma investigação, na pesquisa da verdade

Mobiliário Urbano – Termo colectivo para objectos e equipamentos instalados em espaços públicos para diversos propósitos, e uso dos cidadãos ou como suporte às redes urbanas fundamentais.

Mobilidade – é a facilidade em mudar ou variar, neste contexto, é a facilidade que um indivíduo tem para se mudar num determinado espaço;

Praça – é um lugar público e amplo geralmente rodeado de edifícios e onde desembocam várias ruas, sendo que normalmente se realizavam feiras ou mercado;

Sociabilização - é a actividade social que gera no espaço público a necessidade de se realizarem encontros formais e informais entre as pessoas que habitam e usam a cidade.

Vida pública – modo como os indivíduos utilizam e apropriam o espaço público através da prática de diversas actividades em grupo ou isoladamente.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
GLOSSÁRIO	vi
ÍNDICE	viii
ÍNDICE DE IMAGENS	x
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xii
ÍNDICE DE MAPAS	xii
ÍNDICE DE TABELAS	xii
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Justificação do tema	2
1.2 Objectivos.....	3
1.3 Metodologia de análise.....	4
1.4 Estudo de caso	5
1.5 Estrutura da Dissertação	5
2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
2.1 Introdução.....	7
2.2 Formação do espaço público	7
2.2.1 Definição de espaço público	7
2.2.2 Desenho urbano de praças	8
2.3 Importância das praças na evolução das cidades	9
2.3.1 Cidades medievais	10
2.3.2 Cidades contemporâneas	12
2.4 Importância das praças na vivência social.....	14
2.5 O que analisar no espaço público das praças?	15
2.6 Como avaliar o espaço público das praças?	18
2.7 Síntese	18
3 ANÁLISE URBANA.....	20
3.1 Introdução.....	20
3.2 Praça da República – Vila Praia de Âncora.....	21

3.2.1	Formação	21
3.2.2	Usos	24
3.2.3	Espaços Verdes	29
3.2.4	Infra-Estruturas	31
3.2.5	Obras de Arte e Mobiliário Urbano	32
3.2.6	Mobilidade	35
3.2.7	Pavimentos	36
3.3	Praça Conselheiro Silva Torres - Caminha	37
3.3.1	Formação	37
3.3.2	Usos	43
3.3.3	Espaços Verdes	47
3.3.4	Infra-Estruturas	49
3.3.5	Obras de Arte e Mobiliário Urbano	50
3.3.6	Mobilidade	51
3.3.7	Pavimentos	53
3.4	Síntese	54
4	ESTUDO DE CASO: PRAÇA DA REPÚBLICA – V. P. DE ÂNCORA	58
4.1	Introdução	58
4.2	Metodologia de elaboração do inquérito	58
4.3	Resultados obtidos no inquérito	62
4.1.1	Grupo I - Formação	62
4.1.2	Grupo II - Usos	64
4.1.3	Grupo III – Espaços Verdes	68
4.1.4	Grupo IV - Infra-Estruturas	70
4.1.5	Grupo V – Obras de Arte e Mobiliário Urbano	72
4.1.6	Grupo VI – Mobilidade	75
4.1.7	Grupo VII - Pavimentos	77
4.1.8	Sugestões dos Inquiridos	81
4.4	Conflitos e participação pública	82
4.5	Análise crítica dos resultados obtidos	84
5	CONCLUSÃO	86
5.2	Conclusões gerais	89
5.1	Recomendações para o Futuro	89
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
	ANEXO 1	94
	ANEXO 2	99
	ANEXO 3	102

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem nº1 – Recém denominada Praça da República, cerca de 1911	22
Imagem nº2 – Praça da República em Agosto de 1935	23
Imagem nº3 – O antigo largo da Lagarteira, cerca de 1903.....	25
Imagem nº4 – Topo norte da Praça da República em 1903.....	26
Imagem nº5 – Rua 5 Outubro e Praça da República, em 1931.....	26
Imagem nº6 – Praça da República em 1935	27
Imagem nº7 – Praça da República em 1953	27
Imagem nº8 – Praça da República vista da Rua 5 de Outubro antes da reabilitação	28
Imagem nº9 – Praça da República vista da Rua 31 de Janeiro	28
Imagem nº10 – Praça da República em 1935	30
Imagem nº11 – Rua 5 de Outubro em de 1950.....	30
Imagem nº12 – Enquadramento dos carvalhos na Praça da República	30
Imagem nº13 – Enquadramento dos cedros no adro da igreja.....	30
Imagem nº14 – Aspecto dos carvalhos da Praça da República	31
Imagem nº15 – Aspecto dos cedros do adro da igreja.....	31
Imagem nº16 – Busto em homenagem ao Contra-Almirante Ramos Pereira.....	32
Imagem nº17 – Orientação do busto ligeiramente enviesado relativamente à Praça da República,.....	33
Imagem nº18 – Fontanário público recolocado na Praça da República.....	34
Imagem nº19 – Marco do correio preservado pelo projectista	34
Imagem nº20 – Aspecto das floreiras circulares e papelarias.....	34
Imagem nº21 – Bancos de dupla face colocados na Praça da República	34
Imagem nº22 – Aspecto das passadeiras sobrelevadas.....	35
Imagem nº23 – Ligação da passadeira aos passeios laterais.....	35
Imagem nº24 – Aspecto da actual Praça da República, vista do início da Rua 31 de Janeiro.....	36
Imagem nº25 – Aspecto do início da Rua 31 de Janeiro	36
Imagem nº26 – Aspecto do final da Rua 5 de Outubro, vista da Praça	36
Imagem nº27 – Vista do lado oeste do Terreiro, cerca de 1950	37
Imagem nº28 – Edifício dos paços do concelho com três arcadas e Igreja da misericórdia, cerca de 1947	38
Imagem nº29 – Vista da Portela em Vilarelho, em 1935, sobre a zona ribeirinha e o Rio Minho	39
Imagem nº30 – Vista sobre a Rua dos Pescadores partir da Torre do relógio, cerca de 1930.....	39
Imagem nº31 – Vista do Terreiro, cerca de 1910	40
Imagem nº32 – Casa dos Pitas na Rua da Corredoura e Terreiro, cerca de 1930.....	40
Imagem nº33 – Alçado frontal da igreja da misericórdia voltado para a Praça Conselheiro Silva Torres	41
Imagem nº34 – Vista lateral no seu alçado poente, com a varanda porticada construída em 1691.....	41
Imagem nº35 – Edifício dos paços do concelho apenas com 3 arcadas	42
Imagem nº36 – Paços do Concelho com novas arcadas	42

Imagem n°37 – Casa do século XVIII, que existe no gaveto entre o Terreiro e a Rua 16 de Setembro	43
Imagem n°38 – O Terreiro e a Rua S. João, com o chafariz e edifícios contíguos.....	43
Imagem n°39 – Dia de mercado no Terreiro, cerca de 1905	46
Imagem n°40 – Mercado semanal no Terreiro, cerca de 1935	46
Imagem n°41 – Terreiro visto de Norte, cerca de 1950, com várias esplanadas.....	47
Imagem n°42 – Esplanadas actualmente existentes no Terreiro, esplanada no topo norte da praça.	47
Imagem n°43 – Esplanadas actualmente existentes no Terreiro, esplanada no topo sul.....	47
Imagem n°44 – Vista do Terreiro com as árvores recém plantadas.....	48
Imagem n°45 – O Terreiro com árvores já desenvolvidas.....	48
Imagem n°46 – Aspecto das tílias que ladeavam a antiga estrada nacional.....	48
Imagem n°47 – Os umeiros plantados na Praça Conselheiro Silva Torres.....	48
Imagem n°48 – Evolução dos candeeiros de iluminação pública no Terreiro, em 1905	49
Imagem n°49 – Evolução dos candeeiros de iluminação pública no Terreiro, pós 1905	49
Imagem n°50 – Evolução dos candeeiros de iluminação pública no Terreiro, antes de 1950.	49
Imagem n°51 – Evolução dos candeeiros de iluminação pública no Terreiro, em 1950.	49
Imagem n°52 – Tipo de candeeiro de iluminação pública actualmente colocado no Terreiro	49
Imagem n°53 – Candeeiros de fixação mural colocados nas edificações envolventes ao Terreiro	49
Imagem n°54 – Posto de combustível no Terreiro, cerca de 1930.....	50
Imagem n°55 – Mobiliário urbano no Terreiro, cerca de 1919.....	50
Imagem n°56 – Cabine telefónica actualmente existente no Terreiro.	51
Imagem n°57 – Marco do correio actualmente existente no Terreiro.....	51
Imagem n°58 – Papeleiras e bancos actualmente existentes no Terreiro.....	51
Imagem n°59 – Aspecto actual do chafariz, após reabilitação em 2005.....	51
Imagem n°60 – Aspecto do plano único da Praça Conselheiro Silva Torres.....	52
Imagem n°61 – Passadeira sobrelevada de ligação do Terreiro ao passeio norte (vista aérea)	52
Imagem n°62 – Passadeira sobrelevada de ligação do Terreiro ao passeio norte (vista lateral).	52
Imagem n°63 – Terreiro em 1936, com novo arranjo da Praça Conselheiro Silva Torres.....	53
Imagem n°64 – Lajedo de granito e micro-cubo aplicado na pavimentação da praça em 1985 (topo nascente).54	
Imagem n°65 – Lajedo de granito e micro-cubo aplicado na pavimentação da praça em 1985 (topo norte).	54
Imagem n°66 – Vista da Praça da República, antes de 2005	55
Imagem n°67 – Vista da Praça da República, após as obras de 2005.....	55
Imagem n°68 – Vista do Terreiro, cerca de 1905.....	56
Imagem n°69 – Vista da Praça Conselheiro Silva Torres, 2005.....	56

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. n°1 – Fluxograma explicativo da organização da dissertação.....	6
---	---

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº1 - Nº inquiridos por escalão etário e sua residência.....	61
Gráfico nº2 - Nº inquiridos por profissão	61
Gráfico nº3 - Nº inquiridos por motivo de frequência da Praça da República.....	62
Gráfico nº4 - Nº respostas obtidas para cada questão do grupo I	64
Gráfico nº5 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo I	64
Gráfico nº6 - Nº respostas obtidas para cada questão do grupo II.....	67
Gráfico nº7 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo II	67
Gráfico nº8 - Nº respostas obtidas para cada questão do grupo III.....	70
Gráfico nº9 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo III.....	70
Gráfico nº10 - Nº respostas obtidas para cada questão do grupo IV	72
Gráfico nº11 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo IV	72
Gráfico nº12 - Nº respostas obtidas para cada questão do grupo V.....	75
Gráfico nº13 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo V.....	75
Gráfico nº14 - Nº respostas obtidas para cada questão do grupo VI	77
Gráfico nº15 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo VI	77
Gráfico nº16 - Nº respostas obtidas para cada questão do grupo VII	79
Gráfico nº17 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo VII.....	79
Gráfico nº18 - Nº respostas obtidas por cada opção e para cada das questões do inquérito	80

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa nº1 – Localização e antiga configuração da Praça da República, o local de atravessamento.....	27
Mapa nº2 – Actual configuração da Praça da República, o local de estada.....	28
Mapa nº3 – Antiga configuração da Praça Conselheiro Silva Torres antes da alteração da estrada nacional e das obras de pavimentação.	44
Mapa nº4 – Configuração actual da Praça Conselheiro Silva Torres.	45

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº1 – Características dos inquiridos.....	59
Tabela nº2 – Afirmações e nº de respostas obtidas para o grupo I	63
Tabela nº3 – Afirmações e nº de respostas obtidas para o grupo II.....	66
Tabela nº4 – Afirmações e nº de respostas obtidas para o grupo III.	69
Tabela nº5 – Afirmações e nº de respostas obtidas para o grupo IV	71
Tabela nº6 – Afirmações e nº de respostas obtidas para o grupo V.....	74
Tabela nº7 – Afirmações e nº de respostas obtidas para o grupo VI	76
Tabela nº8 – Afirmações e nº de respostas obtidas para o grupo VII.....	78
Tabela nº9 – Sugestões para melhoramento da Praça da República, e características dos inquiridos.....	81

1

INTRODUÇÃO

O espaço público na sua génese, é basicamente o espaço onde se desenrola a vivência pública da maioria das pessoas, visto englobar praticamente toda a área para além das suas habitações, nomeadamente ruas, largos, praças, etc., onde quotidianamente os cidadãos se deslocam, convivem e desenvolvem grande parte das suas actividades ao ar livre.

Neste contexto, a qualidade destes espaços depende de vários factores, designadamente estéticos, físicos, culturais, históricos e relacionados com a sua envolvente, estando simultaneamente ligados à qualidade de vida dos cidadãos, pois grande parte das suas vidas é passada neste locais. Assim, torna-se naturalmente necessário que o espaço público, não só satisfaça as necessidades e expectativas dos seus utilizadores, mas também que possua características que cativem a sua utilização e facultem agradáveis momentos a quem ela aceda, quer em trabalho, lazer ou outro qualquer tipo de actividade.

A qualidade do espaço público está estreitamente relacionada com o planeamento do território, ao nível do desenho urbano, bem como com as respectivas políticas municipais que contribuem fortemente para a requalificação e definição destes locais, pois na sua generalidade se encontram sob a alçada das Autarquias Locais e do Estado.

Salienta-se que o espaço público está constantemente em transformação, pelo que a obtenção da qualidade resulta num processo evolutivo, que se desenvolve com o decurso das respectivas transformações ocorridas. Por conseguinte, a avaliação da qualidade dos espaços públicos passa necessariamente pela aferição qualitativa e quantitativa da urbanização dos mesmos, designadamente a infra-estruturação e dotação de equipamentos e espaços verdes, que constitui um campo a explorar e que se justifica pela carência de efectuar a avaliação de políticas nas diferentes dimensões envolvidas, em função da relevância social, económica, política e ambiental das mesmas bem como da sua especificidade territorial.

Nesta sequência, propõe-se a adopção de uma metodologia de natureza empírica que terá como objecto de estudo, alguns casos recentemente requalificados ao nível do espaço público, com o intuito de avaliar qualitativa e quantitativamente o impacte da requalificação de um desses espaços e aferir assim a adequabilidade das decisões adoptadas.

A síntese do conhecimento teórico existente, será testada em estudos de casos em Portugal, mais concretamente no concelho de Caminha, sendo que a avaliação quantitativa se reporta a uma análise estatística decorrente do lançamento de um inquérito sobre a percepção e nível de adesão dos inquiridos às alterações ocorridas num espaço público, neste caso, a Praça da República, em Vila Praia de Âncora.

É neste âmbito que surge o presente estudo, tendo sido necessário limitar o domínio da investigação, por forma, a torná-lo exequível dentro dos parâmetros previamente estabelecidos, e onde para tal, foram tomadas algumas opções entre as quais o facto de se direccionar o objecto de estudo apenas aos espaços públicos designados por praças, fundamentalmente por pretender um estudo de espaços públicos no concelho de Caminha, sendo que os locais públicos mais emblemáticos deste concelho, são exactamente as praças que serão objecto de análise neste estudo.

1.1 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O âmbito do presente estudo foi suscitado essencialmente pelo interesse em analisar a importância do espaço público, nomeadamente das praças, e em particular das duas maiores praças do concelho de Caminha, na vida quotidiana dos utilizadores e fundamentalmente aferir se um dos casos, mais concretamente a Praça da República, em Vila Praia de Âncora, após as obras de reabilitação, corresponde às expectativas e necessidades dos seus frequentadores. A opção de analisar praças em detrimento de outro tipo de espaço público, decorre da pretensão do objecto de estudo se remeter ao concelho de Caminha, essencialmente por se tratar da minha área de residência e profissional, sendo que os locais públicos mais emblemáticos deste concelho, são exactamente as praças que serão objecto de análise neste estudo, nomeadamente a Praça Conselheiro Silva Torres em Caminha (sede de concelho) e a Praça da República, em Vila Praia de Âncora (localidade com maior população do concelho).

Para além destes factores, refiro que o interesse por este tema, surge também pelo facto de se tratar de uma área de estudo com a qual me identifico bastante, tendo já, no decurso da minha actividade profissional intervindo directamente em algumas obras deste tipo e portanto este facto, constitui um incentivo adicional ao desenvolvimento deste assunto, sendo que, numa das praças que será caso de estudo deste trabalho, desempenhei funções de coordenação na obra de requalificação da Praça da República, tendo desta forma conhecimento profundo dos seus aspectos construtivos e de projecto, despertando também especial interesse este tema

face à grande polémica em que esteve envolvido o respectivo projecto e a execução da obra, essencialmente devido à discordância manifesta de um significativo grupo de pessoas.

Neste contexto, é com grande motivação e entusiasmo que parto para o desenvolvimento do presente estudo, não só pela concretização pessoal ao nível académico, mas também pelos motivos anteriormente invocados, considerando que será extremamente estimulante analisar os referidos locais e constatar se o estudo de caso, ou seja, a Praça da República, satisfaz ou não, as necessidades e expectativas dos seus utilizadores bem como dos respectivos intervenientes na sua reabilitação.

1.2 OBJECTIVOS

Os principais objectivos que orientaram este trabalho ao longo da sua elaboração foram fundamentalmente os seguintes:

- Desenvolver uma metodologia de avaliação de um espaço público, neste caso uma praça, segundo uma determinada série de critérios previamente definidos que servirão de base a um questionário público e respectiva análise estatística dos resultados;
- Analisar qualitativa e quantitativamente um espaço público, após elaboração e realização de inquérito que contemple os critérios previamente definidos, de forma a permitir aferir se o referido espaço foi concebido e executado mediante a expectativa e as exigências dos seus utilizadores e se, actualmente, estas são satisfeitas;
- Estabelecer recomendações com o objectivo de eventualmente se adaptar o espaço público em análise, às necessidades dos utilizadores expressas no inquérito;
- Analisar urbanisticamente, de forma aprofundada, as duas praças mais relevantes do concelho de Caminha, mais concretamente a Praça da República em Vila Praia de Âncora e a Praça Conselheiro Silva Torres em Caminha, e compara-las segundo os critérios de análise previamente definidos.

1.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

A metodologia de trabalho proposta para este estudo, baseia-se inicialmente numa análise urbana das duas praças seleccionadas, com base em critérios previamente definidos e descritos mais à frente, no ponto 2.5, nomeadamente ao nível da formação, usos, espaços verdes, infra-estruturas, obras de arte e mobiliário urbano, mobilidade e pavimentos dos respectivos espaços em análise.

Para o estudo de caso, mais concretamente a Praça da República, em Vila Praia de Âncora, propõe-se o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação deste espaço, de natureza empírica, que permita aferir a actual opinião dos seus utilizadores, através do lançamento de um inquérito baseado na metodologia de trabalho designada por “focus group”.

O intuito desta metodologia, será a avaliação qualitativa e quantitativamente do impacto das obras de reabilitação deste praça na vida dos seus utilizadores e a aferição da adequabilidade das decisões adoptadas pelo projectista e dono de obra, face às necessidades e expectativas dos frequentadores.

A avaliação quantitativa reporta-se a uma análise estatística decorrente do lançamento de um inquérito sobre a percepção e nível de adesão dos inquiridos às alterações ocorridas na Praça da República, em Vila Praia de Âncora, sendo que o mesmo será baseado na técnica de trabalho “focus group”, visto ter sido distribuído propositadamente a determinados grupos de pessoas, nomeadamente à generalidade dos técnicos e administrativos da Câmara Municipal de Caminha pertencentes às Divisões de Obras Públicas (DOPST) e particulares (DOPPGU), na qualidade de colegas de trabalho e de profissionais ligados à área da construção civil, bem como a grupo de habitantes no município e utilizadores das praças. O inquérito será elaborado, tendo por base os critérios definidos para análise urbana da praça, sendo que a adopção da técnica “focus group” deve-se fundamentalmente ao elevado número de perguntas que o inquérito possui, num total de 52, e natureza das mesmas, pelo que se tornaria bastante incómodo o seu preenchimento em plena via pública, acrescendo ainda o facto de se tentar escolher sempre inquiridos que conheçam o espaço em estudo.

Neste contexto, refere-se que a técnica “focus group” é utilizada na recolha qualitativa de dados, constituindo-se como um processo aparentemente ideal para se perceber o que é que agrada ou desagrade aos respectivos utilizadores de um determinado tema.

1.4 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso do presente trabalho, incidirá sobre a Praça da República em Vila Praia de Âncora, fundamentalmente por se tratar de um local totalmente reabilitado e cuja filosofia de usos foi integralmente modificada, no âmbito das recentes obras de reabilitação. Neste contexto, e porque face às condicionantes da presente dissertação, apenas será avaliado pormenorizadamente um dos casos a analisar, considero que será mais interessante e aliciante para o enriquecimento deste trabalho, o estudo da supracitada praça, visto possuir mais aspectos passíveis de análise, relativamente à Praça Conselheiro Silva Torres, em virtude de se tratar de um local integralmente remodelado e cujo projecto e obra tanta polémica geraram na opinião pública.

Assim, para avaliação deste espaço, será lançado o inquérito anteriormente referido, de modo a proceder posteriormente à análise estatística dos resultados obtidos e, consequentemente, concluir se a praça corresponde às exigências e necessidades dos seus utilizadores, bem como apurar se a opinião destes foi tida em consideração na elaboração do respectivo projecto e obra.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação encontra-se estruturada em 5 capítulos que seguidamente passo a descrever:

- O primeiro capítulo, Introdução, é uma breve descrição introdutória que propicia uma visão do trabalho efectuado e destaca os principais objectivos e etapas no desenvolvimento da dissertação.
- O segundo capítulo, Enquadramento Teórico, procura apresentar uma abordagem exaustiva do tema, espaço público, com destaque para as praças e a sua evolução ao longo do tempo, nos diferentes tipos de cidade, de forma a elucidar o leitor desta dissertação acerca do seu tema e dos conteúdos propostos.
- No terceiro capítulo, Análise Urbana da Praça da República e Conselheiro Silva Torres, pretendo caracterizar e analisar pormenorizadamente do ponto de vista urbano, as referidas praças, mediante sete factores definidos nomeadamente formação, usos, espaços verdes, infra-estruturas, obras de arte e mobiliário urbano, mobilidade e pavimentos, para posteriormente proceder à comparação das duas praças.
- No quarto capítulo, Estudo de Caso, procedo à análise estatística dos resultados obtidos num inquérito que será efectuado com base nos sete factores de apreciação

definidos, de forma a permitir apurar se a praça em análise, neste caso a Praça da República em Vila Praia de Âncora, corresponde efectivamente às exigências e expectativas dos seus utilizadores e quais os eventuais pontos que geram conflitos neste espaço público.

- No quinto capítulo, Conclusão, afere-se sobre o cumprimento dos objectivos iniciais propostos, apontando as principais conclusões e algumas recomendações para o futuro.

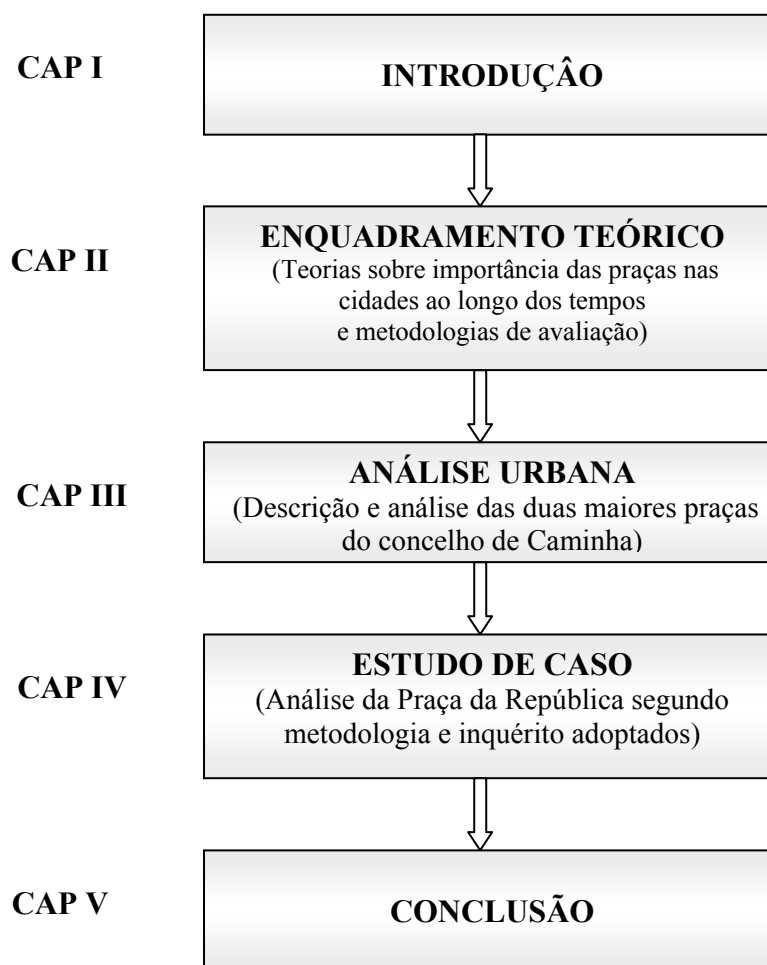


Figura. nº1 – Fluxograma explicativo da organização da dissertação.

2

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 INTRODUÇÃO

O âmbito deste estudo incide sobre a análise do espaço público, mas fundamentalmente sobre o estudo da praça, permitindo desta forma focalizar o objecto da investigação, de forma a permitir que este estudo fosse exequível.

Neste âmbito, será efectuado neste capítulo um enquadramento teórico sobre o objecto de estudo, ou seja, as praças, nomeadamente ao nível da sua importância no desenvolvimento e vivência das cidades, dando-se destaque aos casos das cidades medievais e contemporâneas, pois as praças seleccionadas para análise têm origem nestes períodos.

Assim, será definido espaço público na vertente da praça, e posteriormente proceder-se-á a abordagem relativa ao desenho urbano deste tipo de espaço público bem como uma descrição da importância das praças na evolução das cidades, nomeadamente das cidades medievais e contemporâneas, pois as praças a analisar posteriormente reportam-se a estas épocas. Finalmente, procede-se também a uma abordagem teórica sobre a importância das praças na vivência social bem como sobre a avaliação do espaço público, onde se apresenta uma descrição dos vários factores, que na minha perspectiva assumem maior preponderância neste tipo de avaliação e que farão parte da metodologia definida para análise do estudo de caso.

2.2 FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

2.2.1 DEFINIÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

Espaço público é todo o espaço confrontante com os limites privados e cuja utilização se destina à população em geral. Este espaço basicamente resume-se em três classes, nomeadamente ruas, praças e becos que permitem o acesso pedonal a todos os seus utentes e confinam o acesso rodoviário a locais destinados para tal efeito.

O âmbito deste estudo incide sobre a análise do espaço público, mas fundamentalmente sobre o estudo da praça, permitindo desta forma focalizar o objecto da investigação.

Neste contexto para Brandão Alves (2003) “Praça é o resultado de um agrupamento de casas à volta de um espaço livre, de cujo sentido, implícito à própria definição, se destaca como característica principal, ser um espaço fechado. (...) Frequentemente associadas ao desenvolvimento histórico dos centros das cidades, resultam de formas de planeamento, da concentração de actividades não habitacionais junto aos edifícios mais importantes, ou do simples encontro de ruas.”

2.2.2 DESENHO URBANO DE PRAÇAS

A localização da praça surge na cidade tanto como um acidente ou como algo pensado. Em qualquer dos casos, ao longo da sua existência, a função e o aspecto e até a dimensão podem alterar-se.

A Praça é sem dúvida um dos elementos mais importantes do desenho urbano, sendo geralmente um espaço voltado para a existência de edifícios públicos e comerciais, e ainda, onde o edificado envolvente é exibido no seu grande esplendor, face às características geométricas destes espaços públicos.

Assim, o desenho urbano tem como principal objectivo, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e, consequentemente, a qualidade ambiental dos espaços públicos, nomeadamente das praças, por serem os locais onde ocorrem a maior parte dos encontros e relações sociais ao ar livre.

Segundo Sitte (1980), o desenho urbano terá que enaltecer a praça e a rua como elementos de desenvolvimento da cidade, isto é, os espaços públicos na cidade é que devem receber a atenção dos projectistas, sendo estes os primeiros elementos a desenhar, relegando os edifícios para segundo plano, tratando-se de meras construções acessórias, que simultaneamente comportam as paredes desses espaços públicos.

Para Brandão Alves (2003) “São os elementos básicos da linguagem arquitectónica que ao intervirmos num espaço urbano, lhe poderão conferir simultaneamente, o seu próprio reconhecimento de lugar com características próprias e sua identificação com a cidade: a Praça do Comércio não é só uma praça para a baixa pombalina mas também o é para toda a cidade de Lisboa. Ou seja, o desenho dos elementos urbanos não define apenas os diferentes tipos de funções e requisitos que tem de satisfazer, como define ainda uma paisagem cultural”.

Neste contexto, o ponto de partida de intervenção numa Praça passará sempre pela sua avaliação, que deve ter por base uma colheita de informação sistemática e criteriosa, pois só desta recolha se conseguirá:

- Um conhecimento da real situação de cada um dos espaços;

- Um conhecimento que poderá ser posto em paralelo com qualquer outra praça da qual se colham iguais informações;
- Um conhecimento que poderá avaliar uma mesma praça ao longo do tempo;
- Um conhecimento que poderá avaliar uma/umas intervenções numa praça, podendo esse *feedback* ser elemento despoletador de mais intervenções;
- Avaliar o grau de satisfação (ou insatisfação) das populações com relação à Praça;
- Adquirir informações complementares quanto a expectativas e necessidades das populações;
- Um conhecimento real da vivência nas praças, dos diferentes usos e manifestações humanas que nela acontecem.

Qualquer que seja, a Praça é um local de encontro, de sociabilização, de ver e ser visto. Para atingirmos esse objectivo, muito tem de se fazer, e o princípio, reside aparentemente, na consciencialização da população quanto à importância desses espaços, seja do ponto de vista da qualidade ambiental como da vida. Daí que qualquer intervenção nunca pode ser contra as populações.

2.3 IMPORTÂNCIA DAS PRAÇAS NA EVOLUÇÃO DAS CIDADES

Já nas cidades neolíticas se fazia uma distinção entre as vias e as praças públicas, sendo que na praça havia lugar para a troca de produtos, e era onde habitualmente existiam construções religiosas bem como junto das mesmas se sucediam inúmeros espaços públicos para acolherem as respectivas cerimónias religiosas.

Assim, na Grécia, a *acrópolis* é a cidade alta, cidade dos deuses e último refúgio, uma praça aberta sobre a colina, de onde se percebiam os templos. A cidade baixa, o *astu*, cidade propriamente dita, desenvolve-se à volta da *ágora*, verdadeira praça pública, centro da vida urbana. O mercado assume o papel de lugar de encontro social, comercial e intelectual ou artístico. Nalgumas cidades o mercado é transferido para o espaço adjacente e a agora converte-se num autêntico centro cívico onde conflui a dinâmica urbana.

A sociedade, no decorrer da História, tem conferido às praças diversas funções, assim acontece desde a *ágora*, antecessora remota das nossas praças, onde segundo Saldanha (1993), “mais do que a praça do mercado ela era o espaço central e vital da cidade grega, o símbolo da presença do povo na actividade política (era não só o local onde era possível fazerem-se reuniões, mas também onde cada um podia dar a sua própria opinião) até aos nossos dias em que se vêem reduzidas a um estreito oásis verde, a meros espaços de estacionamento ou a cruzamentos de vias indiferenciados.”

Centro dinâmico das cidades gregas, a *ágora* é a antecessora remota das nossas praças. Era o local de reunião dos cidadãos: espaço aberto onde se fazia uso da palavra, se falava de política e se formavam as correntes de opinião. Na *ágora* as leis eram gravadas na pedra e expostas ao público. Detentora de amplo espaço em local privilegiado na cidade, a *ágora* não tinha forma definida ou regular, era apenas um espaço aberto de propriedade pública, que poderia ser ocupado para necessidades públicas. Era “(...) o espaço central e vital, tornado historicamente símbolo da participação do povo na actividade política. Os gregos diziam que havia povos com *ágora* e povos sem *ágora*, uns com liberdade e outros sem ela.” (Saldanha, 1993).

Também, muitas praças italianas seguiram os princípios renascentistas, enaltecendo as cidades mais nobres, pelo sentido de unidade e de correspondência orgânica entre as partes, próprias do barroco, presente na concepção poderosa de forma elíptica e no centro, o imperador.

Neste contexto, a praça é provavelmente ainda o elemento arquitectónico mais marcante na composição da cidade, sendo historicamente o local de excelência para a localização dos edifícios cívicos e religiosos bem como de fontes e de luz, é sobretudo um lugar onde as pessoas convivem, relaxam e desfrutam de momentos de lazer, ganhando um valor simbólico acrescido distinto na cidade. Nesta sequência, “o centro é dominante na cidade, distinguindo-se dos outros lugares. Só que quando se alcança a principal praça da maior partes das cidades antigas se tem a sensação de ter chegado, todas as ruas conduzem, naturalmente, para este ponto focal. A praça é por excelência, o espaço de recepção ou de estadia melhor equipado da cidade.” (Brandão Alves, 2003)

2.3.1 CIDADES MEDIEVAIS

Na cidade medieval, o crescimento é geralmente orgânico, ocorrendo na zona intra-muralhas onde as habitações se localizam junto à muralha, à volta da igreja e do castelo. Criava-se então a praça do mercado e o largo da igreja ou do castelo, com formas muito diversas, sendo sempre visíveis as preocupações defensivas que explicam a forte modelação à topografia.

Nesta sequência, importa referir que a Idade Média é habitualmente identificada como um período de morfologia irregular em que os aglomerados aumentam gradualmente, sem qualquer concepção prévia, porém existem vários factores que contribuíram para a fundação das vilas medievais nomeadamente, de carácter natural, social, político e económico que obedeceram a modelos essencialmente militares, tornando-se fundamentais para o repovoamento e ordenamento do território das respectivas áreas.

A praça inicialmente surge como um local de mercado e de reunião, com diferentes usos, e não como um espaço desenhado, sendo que nas povoações dentro de muralhas, as construções destacam-se pela existência de uma ordem, compacidade e monotonia, interrompida pela presença de um espaço público, como uma praça, um largo ou adro, direccionados para o comércio, reunião e também para o culto espiritual.

As praças são definidas pelos edifícios que a rodeiam, suas fachadas, cérceas, pela forma e origem do seu perímetro e pela sua relação com a vila. “A variabilidade destes elementos dão lugar a uma grande variedade de formas que fazem da praça algo difícil de estudar” (Paio, 2001).

A ideia que actualmente existe de uma praça, é de um espaço praticamente vazio, definido e geralmente de forma regular, porém nas vilas medievais, estes locais eram geralmente irregulares, resultando mais de um vazio aberto na área urbana, e não de um desenho prévio, e portanto, as funções e localização são diferentes na estrutura urbana.

No entanto, a maioria das praças tiveram a sua origem na confluência de várias ruas, sendo que também era habitual estas praças surgirem nas proximidades das igrejas, das torres de menagem ou dos paços do concelho, junto das portas das vilas, de modo a satisfazer um conjunto de factores de carácter social, político e económico, associados à colonização do território, e que levaram à fundação de novas vilas.

Assim segundo Valla (2001), à medida que se desenvolve a ideia de praça, vão-se configurando os princípios estéticos e de regularidade dos espaços, pelo que neste contexto, a praça vai assumindo uma posição central associada à função de controle, tratando-se essencialmente de uma praça militar, onde também se localiza o mercado, sendo que a “Praça de Armas” toma o papel principal em toda a estrutura urbana, evidenciando a importância que a defesa territorial tinha em relação aos restantes aspectos sociais.

Em Portugal, o sistema de defesa baseou-se na reabilitação das muralhas dos centros urbanos que se situavam na zona fronteiriça e na região do Alentejo e não na fortificação das principais cidades, sendo simultaneamente criado um sistema de fortes e fortalezas ao longo da costa marítima e da fronteira terrestre. A área urbana entretanto resultante, vai reformular a estrutura anteriormente existente segundo as novas orientações, onde o espaço urbano definido pelas muralhas seiscentistas vai concentrar todas as funções administrativas, militares, comerciais e culturais. O burgo medieval na nova estrutura da vila, perde a sua função administrativa e cultural, e transforma-se numa zona militar com a implantação de edifícios militares, sendo que esta nova função irá obrigar à deslocação do centro cívico e implicitamente a substituição da praça pública para outro local.

A Praça de Armas, era então o espaço de exercício e reunião dos movimentos militares, constituindo um elemento importante na estrutura urbana, normalmente eram independentes das praças urbanas para uso civis com funções administrativas e religiosas.

2.3.2 CIDADES CONTEMPORÂNEAS

Com a evolução temporal e tecnológica, cada vez mais a praça deixa de ser o lugar onde as pessoas se reúnem para uma actividade colectiva, geralmente de carácter religioso, comercial ou político, passando a um espaço onde encontramos pessoas cada vez mais isoladas e solitárias. Placanica (1995) diz mesmo que a praça contemporânea é “(...) a negação de uma praça, visto que essa, nascida como um lugar essencialíssimo de encontro físico, económico, ideal, cultural (...) foi reduzida a depósito de realidade embaraçada, inanimada e inalterada, local de passagem absolutamente efémero, no qual é impossível permanecer, e menos ainda reunir-se.”

Com o progresso a praça vai perdendo a sua identidade, os jornais primeiro, e a rádio e televisão depois, terminaram com o papel da praça como distribuidora das notícias. As redes de distribuição de água modernas acabaram com o fontanário público bem como a revolução do comércio e o *marketing* de massas acabou com a importância da praça na vida económica. Para o esvaziamento das praças, que começou há mais de um século, contribuiu enormemente o surgimento dos centros comerciais, que são hoje em dia, centros completos de actividade comercial e recreativa, os centros empresariais e os edificios multifuncionais.

A praça aberta, que já foi das armas, passou a ser, hoje, a praça da alimentação num centro comercial qualquer, esse espaço fechado, envolto em néon e ar rarefeito com iluminação artificial e acessos em escadas rolantes, que vulgariza integralmente o conceito do que é verdadeiramente uma praça.

Neste contexto, na cidade moderna, praticamente toda a vida pública realiza-se em recintos fechados e espalhados pela cidade, convertendo a num lugar de passagem ou de encontro momentâneo, sendo por vezes de passeio e cujo papel é relegado para segundo plano.

Embora para Brandão Alves (2003), a praça contemporânea não seja a praça antiga, isto é segundo este autor, “à catedral equivale, quiçá o “arranha-céus”, símbolos de lugar do poder nas suas épocas, enquanto a praça, surge, cada vez mais, como a pretensa expressão da subjectividade e dos anseios de quem cria e de quem encomenda, materializada num território tantas vezes incapaz de dar forma às ambiciosas e irrealistas propostas”, a verdade é que a praça permanece um marco urbano nas cidades contemporâneas apesar da concorrência de locais mais sofisticados.

Podem ser ainda apontadas algumas semelhanças entre as praças contemporâneas e a antiga praça, mesmo de natureza contextual e funcional, sendo verdade que a praça contemporânea surge muito mais reduzida nas suas múltiplas funções, comparativamente com a multifuncionalidade da praça medieval, nomeadamente ao nível do tamanho, uso, forma arquitectónica, etc..

Assim sendo, a praça pública tal como nos foi incutida pela estrutura urbana das cidades históricas, não faz parte do vocabulário da construção moderna, sendo que segundo os padrões do urbanismo contemporâneo, a praça como espaço definido é contrastante com a densa textura do casario envolvente, não tendo oportunidade de se manifestar, pelo que segundo Cunha (2001) “Um vazio localizado entre outros vazios pura e simplesmente não existe.” Ainda na opinião deste autor, actualmente, em desfavor das praças à maneira antiga, persiste a lógica capitalista que identifica o conceito de espaço útil com o de espaço rentável, e que em termos económicos leva a considerar o espaço urbano livre como espaço desperdiçado e logo economicamente inconveniente. A rentabilidade no seu expoente máximo, repudia todas as modalidades de ocupação do solo que não se traduzem em benefícios monetários.

Também, uma outra razão que contraria actualmente a edificação de praças públicas, está relacionada com a comunicação interpessoal por meios electrónicos e a falta de tempo para estabelecimento de relações de convivência inter-pessoais. Porém neste âmbito, refere-se que apesar do avanço tecnológico, numa primeira fase propiciar efectivamente a desertificação dos espaços públicos devido à comunicação à distância, fundamentalmente através da Internet, e desta forma facilitar a ausência de reunião e convívio entre as pessoas, é também certo que actualmente esta situação tende a diminuir, contribuindo para tal, também o avanço tecnológico, que desde à algum tempo permite a instalação de redes wireless nos espaços públicos, levando novamente as pessoas para estes locais, tal como já acontece em alguns municípios deste país.

Em suma, as praças foram edificadas nas cidades do passado pela necessidade inerente à vida dos homens e estes estabelecerem entre si relações de convivência, e logo de comunicação, tratando-se de locais insubstituíveis na troca de informação, na transmissão de conhecimentos, no debate de ideias, na expressão de atitudes religiosas, no exercício do comércio ou na simples prática de actividades ligadas ao lazer, e portanto, estas valências e funções farão sempre parte destes locais que na sua generalidade são marcos urbanos das cidades.

2.4 IMPORTÂNCIA DAS PRAÇAS NA VIVÊNCIA SOCIAL

Depois do abrigo, da família e do alimento que satisfazem as suas necessidades instintivas, o homem teve necessidade de algo mais, para satisfazer a sua componente racional e social. É o medo da solidão que o leva à praça, a necessidade do contacto com os outros, o ver os outros e o fazer-se ver.

No decorrer da História a praça tem sido um espaço onde os factos relevantes, bons e maus, ocorrem. Várias praças específicas podem ser citadas como exemplo de processos históricos que ficaram nos manuais sociais da civilização humana, na ágora, foi Sócrates colocado sobre processo judicial, no Fórum de Roma nasceu o império romano, a Praça de São Petersburgo foi o berço da Revolução Comunista na extinta União Soviética, na Plaza de Mayo, Buenos Aires, surgiu o movimento de mães que buscam seus filhos desaparecidos durante o regime militar, a Praça de Tiananmen (Praça da Paz Celestial), em Pequim, é símbolo e testemunha da agonia e morte dos que buscavam democracia e liberdade na Primavera de 1989. Governantes houve mesmo que construíram prédios no meio das praças para as diminuírem de tamanho e consequentemente de espaço para as populações se reunirem para um levantamento popular, no final do século XIX e início do século XX.

Assim, pode-se evidenciar que as praças são a base de uma cidade, pois é por excelência o lugar de encontro, ou de promessa de encontrar, e onde a população em geral, repousa e convive, sendo que, segundo Webb (1990) o “Microcosmos da vida urbana, as praças oferecem excitação e descanso, comércio e cerimónias públicas, um lugar para encontrar amigos e ver o mundo passar”.

Neste contexto, salienta-se que a história da humanidade, foi em grande parte uma história de praças. Actualmente, as pessoas comunicam à distância, o que com a evolução tecnológica dos nossos dias provavelmente esta situação será ainda mais aperfeiçoada e, por conseguinte, tal factor funciona em desfavor deste tipo de espaço público, pois permite pelo menos evitar o convívio social e afasta, consequentemente, os respectivos utilizadores das praças.

A praça pública, uma organização espacial bastante importante para apoiar a convivência humana e exprimir de modo físico alguns dos valores intelectuais, morais e religiosos que podem dar sentido à necessidade de vivência espiritual das pessoas, nomeadamente através da adopção de uma peça de arte, uma fonte, um jardim de flores cuidadas com esmero mas em si mesmas inúteis, convidando à contemplação. Quase todas as praças antigas, que recordamos como exemplos notáveis do património edificado da humanidade, têm incorporado um templo nas construções que as configuram. A presença de um espaço destinado à expressão colectiva e comunitária da vivência religiosa ou de algum monumento

que exalte valores supra pessoais foi e continua a ser, um elemento essencial para essa expressão de espiritualidade e transcendência.

Neste contexto, as praças constituem também pontos de referência para a nossa orientação e adaptação ao ambiente envolvente, pois são locais que podem acolher funções diversas e susceptíveis de serem recordados no âmbito das vivências colectivas ou pessoais.

O estudo das praças permite compreender qual o papel destas unidades morfológicas na estrutura das cidades, nomeadamente no que diz respeito à intrigante capacidade de atrair as pessoas.

Neste contexto, a ligação das pessoas a um espaço existe à medida que vão partilhando o mesmo, sendo que o papel de cada indivíduo na utilização do referido espaço resulta da sua interacção com o meio envolvente e, portanto, quanto maior for esta interacção das pessoas com a praça, maior será também a capacidade deste espaço atrair e cativar mais utilizadores.

2.5 O QUE ANALISAR NO ESPAÇO PÚBLICO DAS PRAÇAS?

A qualidade do espaço público depende, naturalmente, da qualidade da arquitectura do edificado envolvente, fundamentalmente das características das suas fachadas. Porém, existem mais factores que se consideram fundamentais na avaliação da qualidade de um espaço público, neste caso concreto, de uma praça, nomeadamente as características arquitectónicas e funcionais dos edifícios envolventes que se relacionam directamente com a formação e usos da praça, ao que se acresce os aspectos morfológicos do próprio espaço público entre os quais se enumeram, os espaços verdes, as obras de arte e mobiliário urbano, infra-estruturas, condições de mobilidade e pavimentos. Assim sendo, descrevem-se sumariamente a seguir, os factores anteriormente descritos:

Arquitectura (Vãos, fachadas, arcadas, galerias e limites) – A complexidade da composição das fachadas de numerosos edifícios tradicionais, ordenadas segundo os ritmos dos vãos, dispostos numa diversidade de eixos de simetria, contrasta quer com o simplismo na composição da maior parte das fachadas dos edifícios modernistas, quer com a plasticidade extravagante das fachadas que caracterizam inúmeros edifícios recentes.

A escolha correcta dos materiais que compõem os vãos, é um factor fundamental na imagem e dignidade dos alçados e, consequentemente, da praça.

As arcadas eram importantes elementos nos espaços públicos tradicionais, não só ao nível funcional mas também, ao nível da protecção dos raios solares, luz e chuva bem como pela sua qualidade de referenciação do espaço, nomeadamente através da formação de itinerários

de dimensões consideráveis. A tradição das arcadas perdeu-se praticamente na cidade moderna, sendo substituídas pelos pisos térreos que facilitam a continuidade do espaço livre inferior dos edifícios isolados, mas não dos espaços públicos cobertos.

As características específicas das galerias e arcadas, possibilitam o aproveitamento destes locais para abrigo e protecção, facultando um ambiente único para o desenvolvimento da animação urbana.

Quanto aos limites dos edifícios e lotes, salienta-se a necessidade dos alinhamentos dos edifícios se coadunarem com os alinhamentos dos espaços públicos, pois caso não exista diferenciação entre estes últimos e os espaços privados, gera-se uma confusão de acessos e de espaços que, normalmente por falta de manutenção acabam por se converter em zonas esteticamente desagradáveis. Assim, a existência de vegetação no espaço público pode desempenhar um papel fundamental na definição dos espaços ajudando a delinear limites, percursos e espaços de transição, contribuindo simultaneamente para o embelezamento dos respectivos locais.

Usos – A qualidade do meio urbano pode ser aumentada, através da definição de medidas que por exemplo, condicionem o fluxo e velocidade de tráfego, nomeadamente nas praças.

A presença do automóvel nestes espaços, representa um dos melhores indicadores da natureza e da qualidade deste tipo de espaços, sendo tanto melhor a qualidade da praça quanto menor for o fluxo de tráfego.

Espaços Verdes – A ausência de vegetação é um dos principais problemas que os espaços públicos apresentam, nomeadamente de árvores de sombra.

A vegetação exerce uma função ecológica no sentido da melhoria do ambiente urbano, e estética, no sentido do embelezamento da praça e consequentemente da cidade, referindo-se de seguida algumas das contribuições significativas na melhoria da qualidade do ambiente urbano:

- A purificação do ar pela fixação de poeiras e gases tóxicos e pela reciclagem de gases através dos mecanismos fotossintéticos;
- A melhoria do microclima da cidade, pela retenção da humidade do solo e do ar e pela geração da sombra, evitando que os raios solares incidam directamente sobre as pessoas;
- A redução da velocidade do vento;
- A influência no balanço hídrico, favorecendo a infiltração da água no solo e provocando evapotranspiração mais lenta;

- O abrigo à fauna, propiciando uma variedade maior de espécies e em consequência influenciando positivamente para um maior equilíbrio das cadeias alimentares e diminuição de pragas e agentes vectores de doenças;

- O amortecimento de ruídos.

Quanto aos factores estéticos todos é sabido que são um factor de embelezamento que não deve ser descurado.

A vegetação produz ainda uma riqueza e diversidade de volumes, formas e cores mutáveis com a evolução sazonal, durante os períodos de foliação, floração e queda da folha, permitindo articular e modelar espaços desproporcionados e ilegíveis, estabelecer a unidade paisagística, diversificar e dinamizar espaços sem identidade, explorar eixos perspectivos, dissimular aspectos incongruentes do edificado ou do espaço exterior, proporcionar a privacidade e hierarquizar os espaços e seus componentes.

Infra-estruturas – É fundamental a existência de infra-estruturas que permitam satisfazer as necessidades dos utilizadores de um espaço público, que quando devidamente articuladas a outros equipamentos melhoram o funcionamento destes espaços. Como tal, enriquecem os locais contribuindo para a melhoria dos serviços e, consequentemente, proporcionam condições para o convívio e permanência dos indivíduos.

Obras de arte e mobiliário urbano – Algumas peças de arte e mobiliário urbano, quando devidamente articuladas a outros equipamentos contribuem para a continuidade funcional e naturalmente, para a maior permanência do indivíduo no exterior.

Mobilidade – Cada vez mais, é necessário ter em conta as necessidades ao nível da mobilidade urbana nomeadamente de pessoas com mobilidade condicionada, sendo os espaços públicos, locais onde este tipo de preocupação deverá ser reforçado de modo a facilitar a circulação e naturalmente uma maior permanência do indivíduo no exterior. Assim é fundamental, que a largura dos passeios seja adequada por forma permitir a passagem ou cruzamento das pessoas mesmo quando se verifica a existência de uma única superfície compartimentada bem como a adopção de perfis longitudinais e transversais sem desníveis e com pendentes mínimas, por forma a evitar o recurso a rampas e escadas que dificultem a circulação dos peões e de objectos de tracção manual, a circulação e o escoamento da água na superfície do solo e o desenrolar de actividades que aí possam ocorrer.

Pavimentos – A pavimentação de um espaço público de referência, como é o caso da maioria das praças, requer um estudo e análise criteriosa de modo a permitir fixar e cativar o interesse dos utilizadores e simultaneamente regular a circulação no espaço. Neste contexto, é fundamental uma escolha adequada dos materiais bem como uma pavimentação correcta de plataformas e passeios, nomeadamente no tocante a sua natureza geometria e textura.

2.6 COMO AVALIAR O ESPAÇO PÚBLICO DAS PRAÇAS?

Neste âmbito, refere-se que não basta analisar a oferta de praças, é preciso, sobretudo, atentar para as características específicas de quem as procura. Os utilizadores não só processam uma “filtragem” quanto à significação de uma praça pública e de determinados equipamentos, como apresentam possibilidades e/ou disponibilidades para o desenvolvimento de determinadas actividades a partir de sua idade, situação social e cultural.

Daí que um inquérito junto de algumas pessoas que se encontram na praça e dos comerciantes/empregados do comércio das lojas limítrofes, ou funcionários das empresas que existam na mesma, aparentemente será a melhor solução para colher dados. Assim sendo, o inquérito de rua, ou melhor, de praça, deverá permitir diagnosticar as características específicas dos utilizadores, onde os mesmos têm um papel de código na apreensão de seus comportamentos e atitudes frente a uma praça. Essa leitura por sua vez, permite detectar as possibilidades e limitações da utilização dos locais e dos equipamentos disponíveis.

2.7 SÍNTESE

Em suma e face ao mencionado nos pontos anteriores, as praças estão habitualmente associadas ao desenvolvimento histórico dos centros das cidades, sendo sem dúvida um dos elementos mais importantes do desenho urbano bem como provavelmente o elemento arquitectónico mais marcante na composição da cidade.

A praça resulta geralmente de formas de planeamento ou do simples encontro de ruas, tratando-se do local de excelência para a localização dos edifícios cívicos e religiosos mais significativos, bem como de obras de arte, sendo sobretudo um lugar onde as pessoas convivem, relaxam e desfrutam de momentos de lazer e neste contexto qualquer que seja a praça, é naturalmente um local de encontro e de estadia e muito provavelmente o melhor local da cidade para tal efeito.

Nas vilas medievais, as praças assumiram-se como elemento importante e estruturante, surgindo ligadas às actividades comerciais do aglomerado, de traçado irregular, aparecem

inicialmente como espaços de mercado e reunião ligados aos principais edifícios da vila e posteriormente tem especial ênfase na actividade militar, como praças de armas.

Actualmente, a praça permanece como um marco urbano nas cidades contemporâneas, mantendo-se praticamente inalterados os seus fundamentos apesar da concorrência de locais mais sofisticados, cada vez mais direccionadas para o convívio social em detrimento da circulação rodoviária que predominantemente invadia estes locais e dotadas de praticamente todas as infra-estruturas e equipamentos necessários para a satisfação integral dos seus utilizadores.

Nesta sequência, é fundamental proceder à análise e avaliação dos espaços públicos com vista à melhoria dos mesmos e da qualidade de vida dos cidadãos, pelo que, os factores mencionados nos pontos 2.5 e 2.6, constituem alguns critérios que se consideram como elementos fundamentais para a avaliação destes locais, mais concretamente, das praças, e que farão parte da análise urbana das praças que constituem os estudos de caso deste trabalho, bem como do inquérito efectuado na recolha da respectiva informação.

3

ANÁLISE URBANA

3.1 INTRODUÇÃO

Tal como já referido anteriormente, o presente estudo incide sobre a avaliação de espaços públicos, mais concretamente sobre praças, sendo neste contexto que se procederá neste ponto, à análise urbana das duas maiores praças do concelho de Caminha, designadamente a Praça da República, em Vila Praia de Âncora, e a Praça Conselheiro Silva Torres em Caminha, tendo recaído sobre estes dois espaços públicos a escolha para objecto do presente estudo.

Neste âmbito, será efectuada para cada uma das praças uma análise exaustiva de sete factores previamente definidos e que serão abrangidos também no respectivo inquérito a elaborar posteriormente, de modo a permitir desenvolver uma metodologia de análise e avaliação deste tipo de locais, sendo que seguidamente serão analisados as referidas praças segundo a sua formação, usos, espaços verdes, infra-estruturas, obras de arte e mobiliário urbano, mobilidade e pavimentos.

Nesta sequência, a análise urbana que seguidamente se apresenta, descreve não só a actual configuração de cada uma das praças, mas também a sua evolução ao longo dos tempos de modo a permitir obter a real percepção das diversas transformações que foram alvo, e simultaneamente possibilitar uma descrição transversal de cada um destes espaços públicos, para posteriormente se optar pelo respectivo caso de estudo.

3.2 PRAÇA DA REPÚBLICA – VILA PRAIA DE ÂNCORA

3.2.1 FORMAÇÃO

Esta praça surge a partir da formação de uma nova zona urbana em Vila Praia de Âncora, que se desenvolveu ao longo da estrada nacional, cujo traçado coincide precisamente com a actual Praça da República, nomeadamente as actuais Ruas 5 de Outubro e 31 de Janeiro eram então a principal via de acesso desta região e o único eixo viário de ligação ao Porto. A Praça teve como pólo dinamizador a intersecção desse eixo com o outro eixo que ligava a praia ao interior, ao verdadeiro centro de Gontinhães, actualmente designado por rua Cândido dos Reis e de Miguel Bombarda, e que culminam na Praça da República, permitindo desta forma desenvolver a ligação entre a zona mais alta da vila e a praia.

No início do século XX esses eixos já se encontravam consolidados e a via-férrea já tinha contribuído na divisão dessas zonas criando duas zonas distintas com identidade própria: o portinho e a praia bem como a nova vila. Nascida em torno da Praia de Âncora e em função dessa realidade, a “nova vila” ganhava protagonismo, identidade própria e poderia económico e social.

A actual Praça da República, assim denominada após a revolução de 1910¹ era já na primeira década do século XX, o centro da povoação, tendo já sido anteriormente conhecida como Largo das Necessidades ou antigo Largo da Lagarteira.

Em suma, é até 1935 que se pode considerar como terminada a formação deste espaço urbano como praça. Passa-se então à descrição pormenorizada da formação do mesmo entre estas primeiras três décadas do século XX, sendo que a imagem seguinte, datada de 1911, retrata já a recém denominada Praça da República, onde se pode observar um novo edifício que surge adorado à capela da Sr.^a da Bonança e novos edifícios de dois pisos que emergem na Rua Miguel Bombarda, sendo que à esquerda está o edifício da Assembleia e o fontanário público, que viria a ser transferido para o Calvário.

¹ A República foi implantada em Portugal em 5 de Outubro de 1910. Esta forma de governo não ocorreu logo na primeira tentativa. O processo revolucionário teve a sua primeira manifestação pública armada, mas que fracassou no Porto em 31 de Janeiro de 1891. As possibilidades de revolta com o decorrer dos anos, tornou-se mais viável pois a degradação da crise económica, corrupção administrativa e agitação no ultramar, se tornavam demasiado sentidas por quase todos os portugueses.

Nessa altura, os políticos monárquicos andavam mais preocupados com a luta pelo poder do que na implementação das soluções para resolução da crise. Os republicanos propunham ideias para resolução da crise e assim iam criando as condições para que a mudança pacífica de regime fosse possível.

Com esta evolução dos acontecimentos, a partir de 1907 estava iminente a queda da monarquia por via das armas. No dia 28 de Janeiro de 1908, houve uma tentativa de golpe revolucionário, com o fim de derrubar a monarquia. Por causa da instabilidade existente ocorreram motins em Lisboa, no mês de Abril de 1908, com mortes e presos. Quando implantaram a República, houve uma conjugação de esforços entre dirigentes do Partido Republicano, da Maçonaria e da Carbonária, obtendo ainda a convivência dos dissidentes progressistas, mas sem uma grande participação popular.

O responsável militar foi o Vice-Almirante Cândido dos Reis, que desencadeou as operações no dia 4 de Outubro de 1910. No dia seguinte, a república foi proclamada no Porto.



Imagem nº 1 – Recém denominada Praça da República, cerca de 1911

Interessantes são também alguns dos pormenores visíveis na imagem anterior da praça, como por exemplo o fontanário público que entretanto foi deslocado para o Monte do Calvário (ver imagem de 1935).

É patente na imagem seguinte (1935), a urbanidade do espaço público, decorrente da existência de passeios pavimentados e bancos. Novamente, a modernidade inerente aos novos meios de transporte automóvel, atente-se ao novo posto de abastecimento de combustíveis e às placas identificadoras dos destinos, a iluminação e a contribuição para uma maior grandiosidade da Capela da Sr.^a da Bonança com a torre sineira já erigida, são os elementos marcantes da imagem de 1935, que seguidamente se apresenta. O largo passou a ser usufruído por um vasto número de pessoas. A praça apresenta já nesta data, iluminação pública, bancos e os locais de atravessamento e circulação pedonal perfeitamente definidos onde se inclui a pavimentação dos mesmos bem como do adro da capela Sr.^a da Bonança onde o arranjo consistiu na colocação de um coreto, oferecido em 1922, no apoio às comemorações religiosas locais e também na colocação de uma escadaria de pedra de modo a permitir a fácil circulação pedonal em toda a praça, apesar de esta ser atravessada por dois dos eixos estruturantes da vila.



Imagem nº2 – Praça da República em Agosto de 1935

A actual rua 5 de Outubro, que termina no topo norte da praça, foi também retratada ao longo dos tempos, sendo visíveis transformações pontuais, especialmente no que respeita a ampliações em altura de alguns edifícios.

Ao longo dos tempos e também em função da utilização deste espaço, verificam-se algumas transformações ao nível da formação e envolvente da praça, nomeadamente a partir da implantação da República começam a ser construídos novos edifícios na rua Miguel Bombarda e também na própria envolvente da praça, possuindo já dois pisos. Alguns deles, permanecem ainda hoje, com as mesmas características de então. De referir que, segundo alguns historiadores e populares, os edifícios mais emblemáticos como são a Capela Sr.^a da Bonança, o edifício da Assembleia bem como o edifício da Capitania e toda a ala poente da praça, estão situados segundo a melhor orientação da altura que seria no sentido de obter as melhores vistas sobre o mar, cujo limite seria após o caminho de ferro, ou seja, a cerca de 30 metros a poente da antiga estrada nacional que atravessava a praça.

No campo religioso, a praça sofre uma importante valorização devido à construção da torre sineira da capela, pois ainda hoje se trata de um marco arquitectónico de Vila Praia de Âncora, devido à sua considerável altura relativamente à envolvente.

Actualmente, a praça da República continua a ser o centro cívico de Vila Praia de Âncora, tendo sido objecto da tão esperada requalificação por parte do executivo político camarário, em 2005.

3.2.2 Usos

Como foi visto no ponto anterior, a Praça da República é desde sempre o centro cívico e social de Vila Praia de Âncora, outrora com funções basicamente de ordenamento e distribuição do tráfego e actualmente mais vocacionada para o sentido de “estar” e “lazer” fruto da recente requalificação que foi objecto. Assim sendo, refere-se que a Praça da República surge basicamente durante o século XIX, na sequência da construção da Capela Sr.^a da Bonança, ou Sr.^a das Necessidades, oferecendo como tal um uso religioso.

Como a maioria das praças medievais, a Praça da República desenvolve-se à custa de uma acontecimento religioso, que é a existência de um local de culto importantíssimo para Vila Praia de Âncora, mais concretamente a Capela de Sr.^a da Bonança, padroeira dos pescadores desta localidade.

Contudo para além da Capela da Sr.^a da Bonança ou Sr.^a das Necessidades, que tinha sido ampliada no século XIX, a praça contava também o edifício da assembleia que albergaria o Clube recreativo Ancorense, fundado em 1906, e algumas casas comerciais de que se destacava o edifício do “Centro Comercial do Minho” que seria destruído por um incêndio em 1916, incêndio que esteve na génese da fundação dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora.

Evidencia-se também, que neste espaço já se realizou a feira semanal e a feira das trocas, de características populares, que se realizava na segunda-feira de Pascoela. A Praça surge assim, como a incorporação das valências religiosa, sócio-cultural e económica da nova vila. É interessante apreciar a sua evolução no sentido da urbanidade, já que de quase mero cruzamento, evoluiu por altura da construção da torre sineira da capela, conforme imagem de 1935 exibida no ponto anterior, para um espaço de vivência comunitária com algum mobiliário urbano, iluminação pública, coreto, bancos, posto de abastecimento de combustíveis.

Assim, apresenta-se a seguir uma imagem que retrata a Praça da República em 1903, onde é possível observar o antigo Largo da Lagarteira, também conhecido por Largo das Necessidades e actualmente designado por Praça da República, podendo constatar a capela Sr.^a da Bonança, ou Sr.^a das Necessidades, que era originalmente uma capela mais pequena e foi ampliada no início do século XIX, tendo sofrido obras de remodelação da fachada em 1889. Observam-se, no largo, uma carroça de transporte de mercadorias e em plena estrada bem como mulheres com cântaros transportam água de um fontanário público que mais tarde viria ser deslocado para o monte do Calvário, e cujo deslocamento poderá ter sido inerente à conquista de uma maior modernidade, já não sendo necessário providenciar este serviço à população num local tão central.



Imagem nº 3 – O antigo largo da Lagarteira, cerca de 1903

Ainda no tocante aos usos desta praça, refere-se que desde a sua formação até 2005, a sua utilização foi fundamentalmente vocacionada para a circulação automóvel, tratando-se assim de um espaço de atravessamento rodoviário e, conseqüentemente pedonal. Assim sendo, a rua que ancorou o desenvolvimento da nova vila, rapidamente constitui um dos principais problemas à sustentabilidade desse desenvolvimento, pois foi transformada numa via de intenso tráfego rodoviário por força da localização entre uma das principais fronteiras terrestres e a cidade do Porto, no eixo viário fundamental do litoral, provocou uma forte degradação da qualidade de vida dos ancorense. Inevitavelmente, novas soluções foram encontradas para a localização da estrada nacional, e salvo as demolições pontuais às quais maioritariamente correspondem novas construções, de duvidosa valia arquitectónica e desenquadradas do ambiente em que se inseriram, este é um dos poucos espaços da vila que ainda hoje guarda uma identidade que importa intransigentemente preservar.

São especialmente interessantes as imagens da rua que converge para a praça, uma de 1903 e outra de 1931 e que seguidamente se apresentam, onde é facilmente perceptível que o local em apreço tinha como principal utilização e função, a distribuição e orientação dos veículos funcionando como um local de atravessamento, e que pelas suas características dimensionais também sempre foi utilizado como centro social e cívico de Vila Praia de Âncora, onde se reuniam as pessoas e onde se desenvolvia grande parte da actividade comercial desta localidade. Vejam-se, com diferenças de quase 30 anos, os típicos grupos de conversa à porta dos estabelecimentos comerciais, em que o carro puxado por animais dá lugar ao carro descapotável.

Acrescenta-se também que a população tinha por hábito reunir-se na Praça da República, devido à existência da Capela da Sr.^a da Bonança, desde sempre bastante frequentada pelos seus conterrâneos.



Imagem nº 4 – Topo norte da Praça da República em 1903, ligação à antiga estrada nacional, actual Rua 5 de Outubro.



Imagem nº5 – Rua 5 Outubro e Praça da República, em 1931

Nas restantes imagens existentes da actual rua 5 de Outubro, obtidas cerca de 1900 pode observar-se a nítida diferença entre as edificações de um e outro lado da rua, sendo sempre mais vistosa e mais fotografada a ala nascente da rua, quer porque seria teoricamente a de

melhores vistas, quer porque a ala poente está mais perto da linha férrea e das traseiras da zona piscatória e portanto menos apetecida.

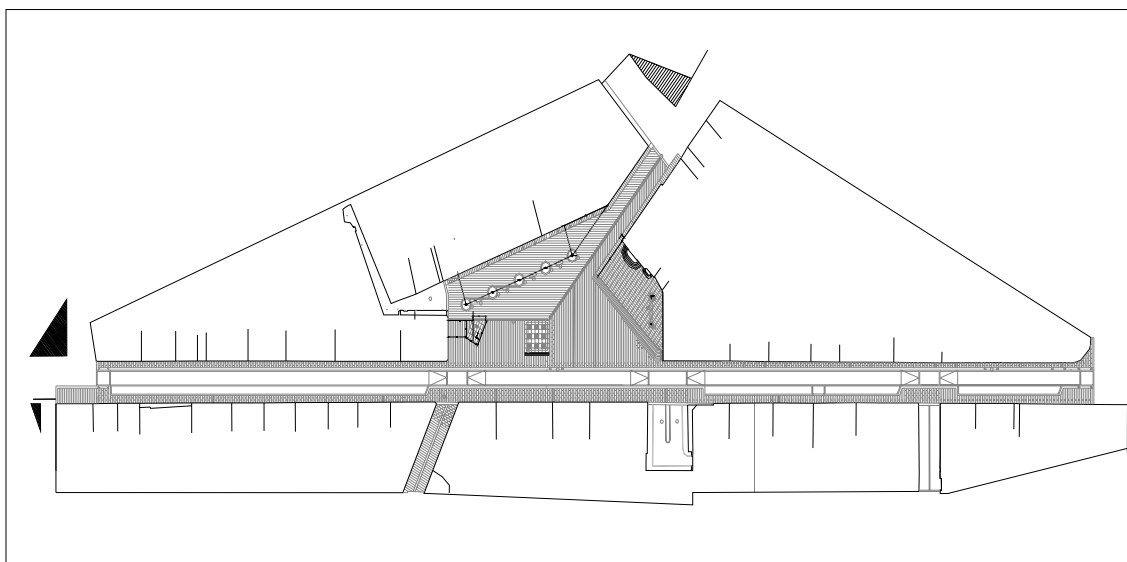
As imagens e os mapas seguintes, permitem observar como praticamente desde a sua origem, a actual Praça da República era utilizada basicamente como espaço de atravessamento e não tanto de vivência social e estadia, nomeadamente a imagem da esquerda (1935), que ilustra os arruamentos já existentes nesta data e cuja delimitação perdurou até 2005, onde se pode observar o meio de transporte de mercadorias mais utilizado nesta época, mais concretamente um carro de bois carregado com produtos ensacados, bem como a imagem da direita (1953), que retrata precisamente o mesmo traçado das vias de comunicação que tornaram este espaço, durante várias décadas, um local de puro atravessamento.



Imagem nº 6 e 7 – à esquerda, Praça da República em 1935; à direita, a praça em 1953



Mapa nº1 – Localização e antiga configuração da Praça da República, predominando o local de atravessamento.



Mapa nº2 – Actual configuração da Praça da República, predominando o local de estada.

Relativamente à intervenção efectuada em 2005, a Praça da República foi objecto de uma obra que modificou, finalmente, todo o espaço e sua utilização, em que o local central de atravessamento de Vila Praia de Âncora deu lugar finalmente a uma “praça” na verdadeira acepção da palavra, cujo espaço se destina agora à vivência social e cívica das pessoas tornando-se definitivamente no lugar de convívio e estada desta vila. Por conseguinte, toda a filosofia adoptada em anos anteriores para este local, nomeadamente o constante atravessamento automóvel da praça foi praticamente eliminado devido fundamentalmente à mudança de uso do troço da Rua Miguel Bombarda que ligava a Rua 5 de Outubro à Avenida do Centro Cívico, bem como à redução da largura da faixa de rodagem das ruas de 5 de Outubro e de 31 de Janeiro, e delimitação física dos lugares de estacionamento. As imagens seguintes (1997) permitem visualizar a praça antes da intervenção efectuada em 2005, e constatar efectivamente que se tratava genericamente de um local de atravessamento automóvel.



Imagem nº8, 9 – à esquerda, Praça da República vista da Rua 5 de Outubro antes da reabilitação; à direita, a praça vista da Rua 31 de Janeiro

Estas medidas permitiram não só eliminar um dos arruamentos que atravessava a praça, criando desta forma um lugar amplo sem qualquer tipo de obstáculo, como limitar o acesso automóvel ao centro da vila através da adopção de um sentido único Norte-Sul na actual rua 5 de Outubro e 31 de Janeiro, reduzindo drasticamente a situação de atravessamento da praça, sendo que este é mesmo eliminado em certos períodos de tempo, durante as épocas ou eventos de maior afluxo de pessoas a este local.

Assim sendo, a principal “vantagem” embora contestada por alguns habitantes, reside no facto de actualmente existir um local amplo, que privilegia a circulação pedonal e propício à vivência e estada das pessoas ao longo das esplanadas agora existentes, em detrimento de um local de atravessamento rodoviário e fortemente marcado pelo emaranhado de arruamentos e obstáculos, como era a antiga Praça da República.

3.2.3 ESPAÇOS VERDES

Relativamente aos espaços verdes, vegetação e zonas de sombra, a praça apresentava em meados do século XX, uma vegetação considerável com árvores de porte mediano e pequenos canteiros, com flora abundante e variada.

Contudo, na imagem de 1903 apresentada no ponto anterior, é possível detectar que para além das cinco árvores de existência mais antiga no topo sul da praça, existem também dois alinhamentos de árvores recentemente plantadas que ladeiam o eixo viário, o qual ainda não dispõe de passeios pavimentados. Porém na imagem inicial, datada de 1911, as árvores plantadas anos antes já estão desenvolvidas e as que existiam bem desenvolvidas no início do século, foram abatidas.

Esta aposta pela existência de vários espaços verdes pressupõe a preocupação local em manter praça como um centro social. De seguida, apresentam-se duas imagens que retratam as alterações efectuadas ao longo dos tempos na Praça da República, até cerca de 1950, nomeadamente a imagem da esquerda (1935), onde é possível observar a existência de árvores de porte mediano, que possuem já alguma copa, porém já não são visíveis na zona sul da praça as árvores de grande porte então existentes e que foram abatidas. A imagem da direita (1950) retrata a rua 5 de Outubro, contígua à Praça da República, que em meados do século XX, tem já as mesmas árvores com porte considerável, sendo ainda visível o coreto e ainda os antigos edifícios de um só piso, do lado esquerdo da praça.



Imagem nº10 e 11 – à esquerda, Praça da República em 1935; à direita, Rua 5 de Outubro em de 1950

Actualmente existem na Praça da República, no que se refere aos espaços verdes, sete árvores, nomeadamente cinco carvalhos da espécie “*quercus rubur*” na zona inferior da praça e dois cedros da espécie “*calocedrus decurrens*” no adro da igreja, lateralmente à entrada desta, e que ilustram nas imagens nº12 a 15. Para além destas espécies arbóreas estão também dispersas pela praça e pelas ruas de 5 de Outubro e de 31 de Janeiro, no espaço correspondente à obra de requalificação, vinte floreiras com aproximadamente um metro de diâmetro que complementam a arborização colocada neste local. Estas floreiras têm como principal função, o bloqueio do acesso automóvel aos passeios pedonais, de modo a evitar a circulação e o estacionamento nos mesmos, mas também facultar a este espaço um acréscimo de vegetação, já que esta tem sido uma das reivindicações mais frequentes por parte de quem usa frequentemente a praça.

Assim, este mobiliário urbano para além de limitar o acesso automóvel, visa também complementar essa “lacuna” invocada por alguns locais, relacionada com a ausência de espaços verdes e o excesso de pavimento granítico que esta praça actualmente comporta, sendo certo que a adopção deste tipo de mobiliário urbano enriquece todo o seu espaço envolvente e consequentemente a vivência social dos utilizadores, pois faculta uma maior sensação de conforto cada vez mais apreciada por quem procura locais de lazer e descanso.



Imagem nº12 e 13 – à esquerda, enquadramento dos carvalhos na praça; à direita, enquadramento dos cedros no adro da igreja



Imagem nº14 e 15 – à esquerda, aspecto dos carvalhos da praça; à direita, aspecto dos cedros do adro da igreja

3.2.4 INFRA-ESTRUTURAS

De referir ainda que a praça da República existente até 2005, não foi objecto de nenhuma reabilitação profunda mas sim apenas de pequenas obras de manutenção, com excepção da já mais recente implementação de condutas de saneamento básico e pavimentação das ruas de 5 de Outubro e de 31 de Janeiro em tapete betuminoso, ocorrida em 1990. Salienta-se ainda que até então ao nível de infra-estruturação a praça não possuía redes de saneamento básico, sendo a drenagem das águas residuais efectuada pelos diversos aquedutos existentes no subsolo de Vila Praia de Âncora bem como pela existência de fossas sépticas. Por conseguinte, quando se procedeu à pavimentação em tapete betuminoso, das actuais ruas de 5 de Outubro e de 31 de Janeiro que termina e inicia respectivamente na Praça da República, foram também colocadas as primeiras redes de infra-estruturas hidráulicas no local, sendo estas também substituídas em 2005 no âmbito da reabilitação total deste espaço.

Ao nível da infra-estruturação deste local, a obra recentemente efectuada comportou também a substituição de todas as infra-estruturas existentes, nomeadamente a substituição das redes de drenagem de águas residuais, abastecimento de água, telecomunicações e infra-estruturas eléctricas, permitindo desta forma melhorar a qualidade dos materiais e consequentemente do respectivo serviço público, mas também enquadrar todo o projecto com as necessidades locais e dotar este espaço com as melhores condições de recepção, a quem ele recorre.

3.2.5 OBRAS DE ARTE E MOBILIÁRIO URBANO

Em 1982, foi inaugurado pela população de Vila Praia de Âncora a Câmara Municipal de Caminha e ainda pela Marinha de guerra portuguesa, uma obra de arte, mais concretamente um busto em homenagem ao Contra-almirante Dr. Ramos Pereira², colocado em plena Praça da República certamente por ser um dos locais mais visitados da vila, e porque se trata muito provavelmente, da figura mais emblemática de Vila Praia de Âncora e pela qual os ancorenses nutrem um enorme respeito, devido fundamentalmente ao trabalho que desenvolveu em prol desta localidade e ao seu grande amor pela mesma. Mais tarde, em 1992, foi também prestada homenagem através da colocação de uma placa junto do busto, por parte do Senhor Presidente da República, o Dr. Mário Soares. Este busto foi inicialmente colocado em frente à secular “Farmácia Brito”, tendo sido deslocado no âmbito da reabilitação deste espaço público efectuado em 2005, para o alinhamento da Rua Cândido dos Reis, voltado para o mar, conforme se pode observar nas imagens seguintes (2007), e que segundo o arquitecto projectista, esta orientação permite evidenciar o mérito desta personalidade reconhecido desde sempre pela sua ligação às actividades marítimas e pelo trabalho desenvolvido nesta localidade piscatória de Vila Praia de Âncora.



Imagem nº 16 – Busto em homenagem ao Contra-almirante Ramos Pereira, orientado para a rua Cândido dos Reis.

² O contra almirante Jorge Maia Ramos Pereira nasceu em Gontinhães, no dia 6 de Abril de 1901 e faleceu em 18 de Março de 1974. Era filho do Dr. Luís Inocêncio Ramos Pereira e de D. Cecília Ramos Pereira. Em 1918 concluiu os estudos do colégio Militar e em 1920 entrou para a escola Naval. Em 1937 procedeu à remodelação do ensino de radiocomunicações. Em 1940 ascendeu a oficial superior, e em 1943 assumiu funções de Director do serviço de electricidade e comunicações. De 1954 a fins de 1955 foi em missão para o Estado português da Índia e Macau, sendo promovido em 1956 a “capitão-de-mar-e-guerra”. Em 1959 foi promovido a comodoro e em 1960 a contra-almirante. Em 1960 foi-lhe atribuído o cargo de Director do Instituto Superior Naval de Guerra. Em 1962, a seu pedido, deixou de exercer funções de director do mesmo instituto. Em 1966 passou à situação de reserva da armada, e em 1968 foi indigitado para Director do Museu da Marinha. Em 18 de Março de 1974 faleceu em Lisboa, sendo sepultado em Vila Praia de Âncora, no jazigo de família; sendo considerado como uma das pessoas mais ilustres desta vila.



Imagem nº 17 – Orientação do busto ligeiramente enviesado relativamente à Praça da República,.

No tocante às condições de acolhimento do espaço do estada recentemente criado, refere-se que foram adoptados alguns elementos de mobiliário urbano para o local, entre os quais se salientam a colocação de cinco bancos com duas frentes colocados ao longo da praça, a colocação de vinte papeleiras dispersas pela praça e respectivos arruamentos contíguos, a transladação do fontanário público aí existente no início do século XX e que tinha sido colocado no Monte do Calvário, a colocação de uma fonte de pavimento com nove jactos de água e a substituição de toda a iluminação pública existente por novas luminárias e projectores de pavimento estrategicamente escolhidos e colocados de forma a conceder o melhor conforto aos transeuntes. Salienta-se, ainda, o facto de não estar contemplado no projecto de execução a recolocação do marco do correio existente neste espaço, porém, com o desenrolar dos trabalhos de requalificação da praça levados a efeito em 2005, verificou-se ser um elemento bastante utilizado pela população e, desta forma, o arquitecto projectista decidiu mantê-lo nesta praça não só para uso corrente mas também como testemunho de épocas passadas e sua continuidade. As imagens seguintes (2007) ilustram respectivamente o fontanário público recolocado na Praça da República no mesmo local onde se encontrava antes de ter sido retirado para o Monte do Calvário no início do séc. XX e a fonte de pavimento implementada na última requalificação, bem como o marco do correio anteriormente existente e preservado pelo projectista, face à grande utilização que o mesmo ainda actualmente possui.



Imagem nº 18 e 19 – à direita, Fontanário público recolocado na Praça da República, à esquerda, marco do correio preservado pelo projectista

Salienta-se ainda, apesar de ter já sido descrito anteriormente, que na reabilitação da Praça da República foi mantido a obra de arte em homenagem ao contra-almirante Ramos Pereira, embora deslocada da sua posição inicial, tratando-se de mais um elemento de mobiliário urbano que enriquece culturalmente o espaço por ser uma obra de arte mas também mantém intocável o enorme respeito que a população de Vila Praia de Âncora nutre por esta personagem. Assim, o busto foi recolocado em frente da rua Cândido dos Reis, que liga a Praça da República à praia de Âncora, enaltecendo a profissão do homenageado e o seu carinho por esta terra que sempre defendeu.

Nas imagens seguintes (2007) são retratados os elementos de mobiliário urbano, nomeadamente a imagem da esquerda apresenta as floreiras circulares cuja função é complementar os espaços verdes existentes e limitar o acesso automóvel e ainda aspecto das papeleiras colocadas em aço inoxidável, enquanto a imagem da direita retrata os bancos de dupla face colocados em plena Praça da República, convidando os transeuntes para a estada no local, mais concretamente quatro unidades, sempre acompanhados de papeleiras laterais, idênticas às colocadas no restante espaço em aço inoxidável



Imagem nº 20 e 21 – à esquerda, aspecto das floreiras circulares e papeleiras; à direita, Bancos de dupla face colocados na praça

3.2.6 MOBILIDADE

A Praça da República no seu novo formato, possui acessos pedonais mais dignos, passando os antigos passeios existentes nas ruas de 5 de Outubro e de 31 de Janeiro (antiga estrada nacional) de 1.20m de largura, para 2.20m e em alguns locais específicos como é o caso do passeio pedonal sito a poente da praça, a comportar a dimensão de 4m de largura; fruto da redução da faixa de rodagem e da clara intenção do arquitecto projectista em privilegiar a circulação pedonal e a eventual estada neste local, em detrimento da circulação rodoviária como desde sempre sucedeu. Acrescenta-se, também, que a eliminação do arruamento que atravessava a praça mais concretamente a Rua Miguel Bombarda, só foi possível devido à alteração que se encontra ainda em implementação em Vila Praia de Âncora relativa à circulação rodoviária, que se baseia como em muitos outros locais na redução do trânsito nos centros históricos e que neste caso concreto passa pela construção e melhoramento de alguns acessos, conforme enquadramento previamente planeado e efectuado.

No tocante ao arranjo arquitectónico da praça, a mesma sofreu alterações ao nível da configuração do adro da igreja cuja escadaria passou agora a acompanhar o alinhamento da fachada da Capela da Sr.^a da Bonança, ao invés do que anteriormente acontecia pois a escadaria acompanhava o traçado da Rua 31 de Janeiro. Toda a restante praça se encontra num mesmo plano, que se situa a uma cota inferior à do adro, sendo que os elementos mais relevantes e salientes da praça, são nomeadamente o fontanário público recolocado neste local após ter sido deslocado à vários anos, para o Monte do Calvário e o busto do Contra Almirante Ramos Pereira. Como nota de registo, refere-se a preocupação cada vez mais acentuada relativamente às pessoas com mobilidade condicionada e que é patente nesta obra, não só ao nível da uniformidade do pavimento da praça mas também nas passeadeiras sobrelevadas que foram realizadas nos arruamentos contíguos, ligando directamente os acessos pedonais existentes ao longo do mesmo como também os existentes na praça, através da elevação da faixa de rodagem à cota dos passeios laterais.



Imagem nº 22 e 23 – à esquerda, aspecto das passeadeiras sobrelevadas; à direita, Ligação da passeadeira aos passeios laterais

3.2.7 PAVIMENTOS

A praça encontra-se agora totalmente revestida a lajedo de granito, com pedras de 100x50x15 cm de altura de cor cinza, que substituiu a anterior calçada à portuguesa existente em cubo de calcário e basalto, com 5cm de aresta. A faixa de rodagem da única rua que ladeia a praça, mais concretamente a ligação da Rua 5 de Outubro proveniente de norte com a rua 31 de Janeiro de se desenvolve para sul, encontra-se pavimentada em paralelepípedo de granito de 20x10x11cm também de cor cinza ladeada de duas contra guias de granito de 25 cm de largura, à semelhança dos lugares de estacionamento existentes nos arruamentos a norte e a sul, cuja única diferença se deve à aplicação de cubo de granito 11x11x11cm em vez do paralelepípedo. As três imagens seguintes (2007) ilustram a actual Praça da República bem como o aspecto das ruas contíguas, respectivamente a primeira retrata a praça vista do final da Rua 5 de Outubro situada a norte e cujo troço final é contíguo à mesma atravessando-a a poente, enquanto a segunda imagem e a terceira imagem retratam respectivamente o aspecto do início da Rua 31 de Janeiro e o aspecto do final da Rua 5 de Outubro, vistas do centro do arruamento contíguo à Praça da República no seu topo poente.



Imagem nº 24 – Aspecto da actual Praça da República, reabilitada em 2005, vista do início da Rua 31 de Janeiro



Imagem nº 25 e 26 – à esquerda, Aspecto do início da Rua 31 de Janeiro; à direita, Aspecto do final da Rua 5 de Outubro, vista da Praça

3.3 PRAÇA CONSELHEIRO SILVA TORRES - CAMINHA

3.3.1 FORMAÇÃO

Em finais do séc. XV, inícios do séc. XVI a situação geo-estratégica privilegiada de Caminha coloca-a na rota dos navios mercantes. A vila extravasa o perímetro das muralhas e invade o terreiro anexo e o morro de Santo António, para sul a rua da Misericórdia e para nascente a rua da Corredoura, cerca de 1525, mais para norte a rua do Vau ou de S. João, isto é devido ao facto do comércio intenso implicar uma expansão demográfica e também urbana.

Nos finais do século XIX e início do século XX, o desenvolvimento das vias de comunicação vai oferecer a Caminha uma nova razão de viver, motivando o desenvolvimento urbano. As estradas de macadame, vão ligar Caminha ao resto do país interpondo alterações e uma nova organização do espaço, influenciada pela necessária articulação entre o trânsito rodoviário e ferroviário, surgindo neste contexto as avenidas e o jardim entre pontes e mais tarde a Avenida marginal, que viria a substituir a até então estrada real (denominação dada à estrada de maior importância, pois era por este local que outrora se deslocavam os reis) que atravessa a vila passando inclusivamente pelo Terreiro. Nas duas imagens que a seguir se apresentam, pode-se observar na primeira uma vista do lado oeste do Terreiro (1950), com o novo edifício da Caixa Geral de Depósitos já construído, sendo ainda visíveis os dois postos de abastecimento de combustíveis, que ladeavam a estrada nacional que atravessava o terreiro. Na segunda imagem (1947), tirada do terreiro vê-se o edifício dos paços do concelho apenas com três arcadas e Igreja da misericórdia, sendo também visível entre ambos a pequena capela, bem como as placas de sinalização que indicam os respectivos destinos



Imagem nº 27 – Vista do lado oeste do Terreiro, cerca de 1950



Imagem nº 28 – Edifício dos paços do concelho apenas com três arcadas e Igreja da misericórdia, cerca de 1947

Em 1948 começa a ganhar expressão a ideia de desviar a estrada real para fora da vila executando-se então dois projectos, nomeadamente um pela marginal e outro por cima da rua dos pescadores até ao Terreiro, tendo sido escolhida a primeira solução que foi inaugurada em 1964, pelo Ministro das Obras Públicas de então, o Sr. Eng.º Arantes de Oliveira.

Porém, e apesar das alterações urbanísticas ocorridas, refere-se que o Terreiro e a rua da Corredoura sempre foram locais privilegiados para a instalação de casas nobres durante os séculos XVII e XVIII, instalando-se aí os palácios barrocos e as casas burguesas caiadas e ornamentadas, levando à criação da tradição de aí se estabelecerem as melhores casas da vila, testemunhando de algum modo a alteração nos pólos estruturantes da vida urbana.

No núcleo antigo, onde também começaram por aparecer converteram-se mais tarde em edifícios oficiais e públicos, como ainda hoje permanecem o edifício das finanças e dos paços do concelho e desta forma o solar senhorial vai sendo convertido em edifício público sobressaindo no tecido urbano pelo seu aspecto e significado histórico.

A praça Conselheiro Silva Torres, teve a sua origem no crescimento da vila para fora de portas, principalmente a partir do século XVI. Anteriormente, terá sido parte de uma zona inundável e alimentada por um braço do Rio Coura que se situava sensivelmente onde hoje se localiza a Rua de S. João, fazendo da vila de Caminha uma península dentro da cerca de muralhas, mais antiga.

Nas imagens seguintes datadas do início do século XX, pode observar-se na primeira (1935), a posição avançada do Rio Minho relativamente à Vila de Caminha, através da vista da Portela em Vilarelho sobre a zona ribeirinha, vendo-se também ao fundo Espanha. Na

segunda imagem (1930), vê-se o aspecto da Rua dos Pescadores, a partir da Torre do Relógio, que no troço inicial é actual Rua Visconde Sousa Rego, sendo que nesta altura era classificada como estrada nacional, atravessando o “Terreiro”.



Imagem nº 29 – Vista da Portela em Vilarelho, em 1935, sobre a zona ribeirinha e o Rio Minho



Imagem nº 30 – Vista sobre a Rua dos Pescadores partir da Torre do relógio, cerca de 1930

Mais tarde, à custa da expansão verificada em todas as direcções, a Praça Conselheiro Silva Torres³ transformou-se no centro geográfico e nevrálgico do novo burgo, sendo o ponto de convergência da circulação e da vida da vila. Esta expansão deu-se no sentido sul, através da antiga Rua da Misericórdia, depois Rua Visconde Sousa Rego, mais conhecida por Rua dos Pescadores; no sentido nascente, através da Rua da Corredoura, que chegou a adoptar o nome Dr. João Pitta; no sentido norte, através da antiga Rua do Vau, depois Rua Visconde de Guilhomil, Rua Cândido dos Reis e hoje Rua de S. João e da antiga Rua do Cais, hoje Rua Conselheiro Miguel Dantas. Mais recentemente, a vila expandiu-se mesmo no sentido poente, com a conquista de terrenos ao Rio Minho para construção da zona marginal. As imagens seguintes permitem observar respectivamente o Terreiro (1910), bem como a torre do relógio, o edifício dos paços do concelho, o Chafariz e a Igreja da Misericórdia, bem como uma outra visão do Terreiro (1930), observado de sul, onde em primeiro plano se vê a Casa dos Pitas e o final da Rua da Corredoura, que tinha sido recentemente calcetada, e que servia de acesso à estrada para Paredes de Coura.



Imagem nº 31 e 32 – à esquerda, Vista do Terreiro, cerca de 1910; à direita, Casa dos Pitas na Rua da Corredoura e Terreiro, cerca de 1930

Salienta-se também, a existência de um local de culto religioso, mais concretamente a Igreja da Misericórdia, à semelhança da maioria das praças medievais onde o desenvolvimento das praças ocorre geralmente em torno da existência deste tipo de edificações de cariz religioso, como é exemplo a Praça da República onde existe a Capela de Nossa Senhora da Bonança, em Vila Praia de Âncora.

³ Relativamente ao actual nome e fazendo um breve resumo histórico refere-se que, Francisco Maria da Silva Torres, nasceu em Caminha em 18 de Maio de 1812, e foi monge professor beneditino na Congregação do Oratório em Braga, tendo já recebido as ordens menores e de sub diácono quando sucedeu a extinção das ordens religiosas em 1834. Obrigado, por conseguinte, a seguir a vida secular, formou-se em medicina na Universidade de Coimbra e depois acompanhou até à Índia, onde seria Físico-Mor, o seu irmão mais velho e protector Arcebispo José Maria Silva Torres que ali assumiu o cargo de Bispo de Goa e Primaz do Oriente entre 1844 e 1849. Regressado a Portugal, residiu em Lisboa e quando faleceu celibatário e sem filhos a 9 de Março de 1891, deixou em testamento um legado avultado à Santa Casa da Misericórdia de Caminha destinado à construção de uma instituição para recolher crianças órfãs e abandonadas, O Asilo d'Infância Desvalida do Arcebispo Silva Torres (mais tarde Internato Arcebispo Silva Torres) que seria edificado a partir de 1894 sobre ruínas do extinto Convento de Santa Clara à Rua dos Pescadores. Encontra-se sepultado, com os seus irmãos Arcebispo Silva Torres e Lino José Silva Torres, em Jazigo Monumental no cemitério de Caminha.

As imagens seguintes permitem ver o actual aspecto da igreja da misericórdia⁴, que se mantém desde as obras efectuadas em meados do século XVII, quando se procedeu à construção da sala do consistório e da varanda porticada que ainda hoje existe, que terminaram em 1691, sendo que a imagem nº33 (2007), observa-se o alçado frontal da igreja da misericórdia, no seu alçado sul que está voltado para a Praça Conselheiro Silva Torres, enquanto que a imagem nº 34 (2007) permite ver o alçado poente da igreja da misericórdia, com a varanda porticada concluída em 1691.



Imagem nº 33 e 34 – à esquerda, Alçado frontal da igreja da misericórdia voltado para a Praça Conselheiro Silva Torres; à direita, Vista lateral no seu alçado poente, com a varanda porticada construída em 1691.

Ainda ao nível da arquitectura da envolvente da Praça Conselheiro Silva Torres, se evidencia o edifício dos Paços do Concelho, situado na zona norte desta e onde anteriormente existiu o hospital de S. João de Deus. Trata-se de uma edificação de grande relevância, que vem marcando o “Terreiro” ao longo dos tempos contribuindo com a sua peculiar arquitectura para o embelezamento do Praça, nomeadamente através das suas arcadas existentes no piso do rés-do-chão, que eram inicialmente três, até cerca de 1950, quando se procedeu à remodelação da fachada do edifício e consequentemente à implementação de mais seis arcos de granito na zona inferior do mesmo, formando assim uma galeria bastante frequentada e de

⁴ As misericórdias nasceram para se executarem obras espirituais pelos vivos e defuntos, porém estas instituições que já existiam desde o século XII, começaram a proliferar a partir de finais do século XV, com o aumento das peregrinações para Santiago e do número de pessoas atingidas pela peste, levando a igreja a criar ao longo dos respectivos caminhos de peregrinação, alguns hospitais, gafarias e albergarias.

Desta forma, em Caminha foi solicitada ao rei D. Manuel em 1516, autorização para fundar o Hospital da Misericórdia, que viria somente a ser aprovado em 1557 pelo rei D. João III, quando as obras do respectivo hospital e da igreja já decorriam desde 21 de Maio de 1551. A Igreja da Misericórdia sita na Praça Conselheiro Silva Torres, foi objecto de várias intervenções ao longo dos tempos, sendo de destacar essencialmente as obras de melhoramento efectuadas em 1651, onde por se considerar a igreja muito baixa se procedeu à elevação do seu pé-direito em cerca de vinte palmos, permitindo desta forma a abertura de janelas novas e a preservação da original porta plateresca. A partir de meados do século XVII iniciou-se a construção da sala do consistório e em 1691 foi concluída a varanda porticada que ainda hoje existe.

Actualmente a igreja é formada por dois corpos, a nave e a capela-mor. A sacristia fica atrás do altar dando saída para uma galeria porticada com arcos de meio ponto apoiados em colunas seiscentistas no primeiro andar. A capela-mor apresenta o tecto em caixotões de madeira com guarnições barrocas e pinturas renascentistas nos espelhos. O lambrim das paredes de ambos os elementos da igreja está coberto com azulejos do século XVIII.

grande relevo arquitectónico, conforme se pode observar nas imagens seguintes, nomeadamente na imagem nº35 (1905) que ilustra o Edifício dos paços do concelho, cerca de 1905, apenas com arcadas nos três primeiros vãos, protegidas por gradeamento, estando-lhe adossada a norte, parte da capela, da qual apenas se pode observar um pouco da fachada. A imagem nº36 (1950), mostra uma vista a partir do Terreiro, cerca de 1950, sendo visível o edifício dos Paços do Concelho com as novas arcadas, onde se pode também observar o novo edifício da Caixa Geral de Depósitos, à esquerda Torre do Relógio.



Imagem nº 35 e 36 – à esquerda, Edifício dos paços do concelho apenas com 3 arcadas; à direita, Paços do Concelho com novas arcadas

Para além dos edifícios e monumentos nacionais anteriormente descritos, que tanto contribuem para o embelezamento deste espaço, existem também no perímetro do “Terreiro” uma série de outras edificações de carácter comercial e habitacional que desde o séc XVIII vêm contribuindo substancialmente para o adorno do local em análise, dando forma a uma envolvente caracterizada pela predominância de edificações antigas e de grande interesse cultural e arquitectónico. São disso exemplo, o edifício da Caixa Geral de Depósitos situado no gaveto do lado direito da rua 16 de Setembro, mais concretamente entre esta e o Torre do Relógio, construído por volta de 1949 no local onde anteriormente existia a casa e o edifício da administração militar (conhecida como casa da guarda), bem como a edificação que se situa no lado oposto da Rua 16 de Setembro, ou seja, no gaveto do lado esquerdo, correntemente designada por casa “Dr. Luciano Pereira” pelo facto de ser construído por este cidadão desta localidade e que data do séc. XVIII.

Acrescenta-se ainda a este magnífico leque de construções que envolvem a praça Conselheiro Silva Torres, a construção existente na esquina da rua da Corredoura, que foi construída em finais do séc. XIX para fins habitacionais e comerciais tendo desde sempre albergado no seu piso inferior, uma drogaria que ainda hoje existe. Trata-se de um edifício cuja construção contempla uma cobertura diferente das restantes com um beiral magnificamente trabalhado,

um pouco dispar das edificações existentes na praça, mas todavia de grande valor arquitectónico.

Também faz parte deste espólio de construções, a “Casa dos Pitás”, situada na Rua da Corredoura, no lado oposto à moradia anteriormente descrita, e que foi construída em meados do século XVII, e caracterizada principalmente pela sua imponente fachada de granito bem ao estilo neomanuelino, tratando-se de um dos mais antigos palácios urbanos do país com estas características, e que permitiram que fosse classificada como edifício de interesse público.

No que respeita às restantes construções, refere-se que se tratam de edificações com cérceas baixas, mantendo na generalidade as fachadas originais das habitações permitindo desta forma criar alguma uniformidade na envolvente da praça, conforme é perceptível nas fotografias seguintes, nomeadamente na imagem nº37 (1924), onde se pode observar a casa que foi do Prof. Luciano Pereira da Silva, construída no séc. XVIII, bem como na imagem nº38 (1950), visualiza-se o Terreiro e Rua S. João, bem como o chafariz e os edifícios contíguos, sendo também visível no início da Rua de S. João, uma placa indicativa do acesso a Paredes de Coura que era efectuado através do Terreiro e Rua da Corredoura

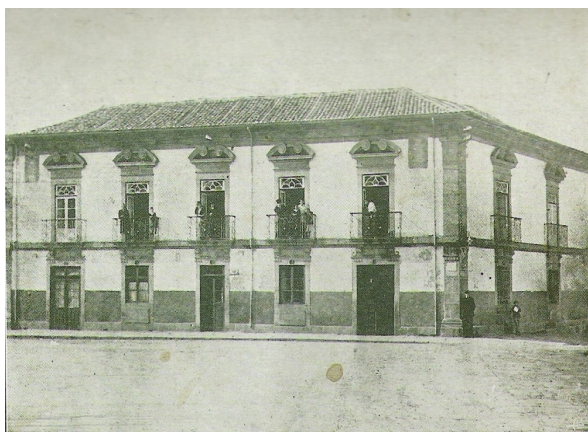


Imagem nº 37 e 38 – à esquerda, Casa do século XVIII, que ainda hoje existe no gaveto entre o Terreiro e a Rua 16 de Setembro; à direita, o Terreiro e a Rua S. João, com o chafariz e edifícios contíguos.

3.3.2 Usos

Como já foi referido, a Praça Conselheiro Silva Torres, popularmente designada de Terreiro, situa-se em pleno centro geográfico e histórico da vila de Caminha sendo desde sempre o local de vivência social desta localidade. Desta forma, refere-se que apesar desta praça ter sido até finais do século XX, um local de atravessamento rodoviário, devido essencialmente à passagem da antiga estrada real e posteriormente nacional, pelo centro desta vila, não é menos verdade que a configuração deste espaço sempre permitiu conciliar tal circulação automóvel com a estada e vivência das pessoas uma vez que o referido atravessamento se

fazia nos limites poente e norte da mesma, fundamentalmente através da rua da Corredoura e da actual Rua de S. João (antiga estrada nacional). Assim sendo, sempre foi um espaço apelativo à estada e convívio social, pois a existência de espaços verdes e de mobiliário urbano, sempre foram uma constante deste local, até mesmo quando a circulação rodoviária assumiu um papel preponderante no quotidiano das populações locais.

Para este facto, contribui fortemente a existência do Chafariz cuja actual localização data de 1835, embora o mesmo tenha sido edificado no séc. XVI mais perto do edifício dos Paços do concelho, sendo actualmente considerado monumento nacional, bem como todas as edificações envolventes à custa das quais esta praça ganhou o carisma que ainda hoje prevalece, nomeadamente a Torre do Relógio, o edifício dos Paços do Concelho, a Igreja da Misericórdia, a Casa dos Pitas e algumas habitações que ainda hoje se mantêm praticamente intactas desde a época medieval.

Seguidamente, apresentam-se dois mapas que permitem observar a configuração da Praça Conselheiro Silva Torres antes da pavimentação dos arruamentos laterais ocorrida em 1985, nomeadamente da Rua da Corredoura a nascente e alteração do traçado da antiga estrada nacional e que actualmente se designa por Rua de S. João, bem como um outro mapa que permite observar actual delimitação física desta praça.



Mapa n.º 3 – Antiga configuração da Praça Conselheiro Silva Torres antes da alteração da estrada nacional e das obras de pavimentação.



Mapa nº4 – Configuração actual da Praça Conselheiro Silva Torres.

A Praça Conselheiro Silva Torres, já foi denominada de Largo da Feira, porém popularmente sempre foi designada por Terreiro. Por conseguinte, menciona-se que o facto de ter sido chamada como Largo da feira, resulta efectivamente desta praça, ter sido o local onde se realizavam semanalmente as tradicionais feiras, tendo inclusivamente servido de palco para a ocorrência de feiras de gado.

Actualmente vocacionada para a vivência social e lazer dos seus utentes, a Praça Conselheiro Silva Torres, era outrora o centro geográfico, social, comercial e acima de tudo emblemático da Vila de Caminha, como se pode observar nas imagens apresentadas a seguir, que ilustram respectivamente o dia de mercado semanal no Terreiro.

A primeira imagem (1905), retrata a localização da zona de transacções que se concentrava entre o chafariz e o lado sul da praça, permitindo a circulação pela Rua da Corredoura, enquanto na segunda (1935) se pode observar o mercado semanal no Terreiro, trinta anos mais tarde, onde as mulheres se deslocavam das freguesias vizinhas e até da Serra D'Arga, com cestos à cabeça, transportando produtos hortícolas, fruta, ovos, animais e enchidos para venda



Imagem nº 39 – Dia de mercado no Terreiro, cerca de 1905



Imagem nº 40 – Mercado semanal no Terreiro, cerca de 1935

Evidencia-se o facto de todas as construções existentes na envolvente da praça, possuírem no piso inferior um loja destinada ao comércio, onde predominam actualmente as cafetarias que com as suas esplanadas, conferem à Praça Conselheiro Silva Torres, o estatuto de um local de agradável estada. Nas imagens seguintes podem-se observar as esplanadas desde sempre existentes neste espaço de lazer e convivência, mais concretamente a primeira imagem (1950), ilustra o Terreiro visto de Norte, com várias esplanadas bem como posto de abastecimento de combustíveis que ladeiam a antiga estrada nacional, enquanto que as

restantes imagens (2007) retratam as esplanadas actualmente existentes basicamente nos mesmos locais.



Imagem nº 41 – Terreiro visto de Norte, cerca de 1950, com várias esplanadas



Imagem nº 42 e 43 – Esplanadas actualmente existentes no Terreiro, à esquerda esplanada no topo norte da praça e à direita no topo sul.

3.3.3 ESPAÇOS VERDES

De igual forma, o “Terreiro” possui também desde o início do século passado algumas espécies arbóreas de grande porte, mais concretamente tílias, que para além de embelezarem toda a área em apreço proporcionam desde então vários locais de sombra e consequentemente de estada e convívio entre os transeuntes. Alguns documentos redigidos recentemente afirmam, que certamente a maioria das espécies arbóreas existentes nesta praça, são efectivamente as mesmas que foram plantadas no início do século XX, face essencialmente à sua localização e porte, e muito provavelmente as primeiras a serem colocadas neste local, mais concretamente referindo-se às árvores plantadas junto da rua de S. João, no topo poente da praça bem como a alguns exemplares existentes também no topo

sul da mesma. Todavia, com as obras de beneficiação que foram efectuadas desde então, foram mantidas a maioria das árvores porém existem algumas de menor porte que foram plantadas aquando da realização dessas obras, mais concretamente umeiros, de modo a permitir o enquadramento das mesmas com a configuração que ia sendo adoptada para a circulação urbana e rodoviária. Também ao longo dos tempos, iam sendo criados conjuntamente com a plantação e remodelação dos espaços verdes, alguns locais ajardinados nomeadamente na confluência dos trajectos existentes e, em frente ao edifício dos Paços do Concelho, bem como caldeiras para as respectivas árvores. Actualmente, os espaços verdes existentes neste local resumem-se a três canteiros em frente ao edifício dos Paços do Concelho e na praça propriamente dita, existem apenas caldeiras a envolver as respectivas árvores. Nas imagens seguintes, pode-se observar a evolução da praça, relativamente a este tipo de espaços bem como dos respectivos elementos que os compõem, nomeadamente na imagem nº44 (1907) é possível visualizar no Terreiro, as árvores recém plantadas que se julgam ser as que hoje ainda perduram neste espaço. Na imagem nº45 (1919) podem-se visualizar as mesmas árvores já com maior desenvolvimento. As restantes imagens (2007), retratam as mesmas árvores das imagens mais antigas, mais concretamente tílias, com dimensão considerável e que ladeavam a antiga estrada nacional no topo norte da praça, bem como os umeiros que se encontram espalhados ao longo do contorno da praça.



Imagem nº 44 e 45 – à esquerda, vista do Terreiro com as árvores recém plantadas; à direita, o Terreiro com árvores já desenvolvidas.



Imagem nº 46 e 47 – à esquerda, aspecto das tílias que ladeavam a antiga estrada nacional; à direita, os umeiros plantados na praça.

3.3.4 INFRA-ESTRUTURAS

Relativamente à infra-estruturação da Praça Conselheiro Silva Torres, refere-se que não existiu qualquer tipo de infra-estruturas hidráulicas até cerca de 1985, tendo sido implementadas redes de drenagem de águas residuais, domésticas e pluviais durante a última intervenção efectuada, aproveitando o facto de se alterarem os respectivos pavimentos.

No tocante à infra-estruturação eléctrica, desde o início do século XX que a praça comporta iluminação pública, como é possível observar nas imagens seguintes, sendo que ao longo dos anos estes tipo de mobiliário urbano vem sendo alterado e recolocado de modo a ser compatibilizado com os arranjos urbanísticos executados.

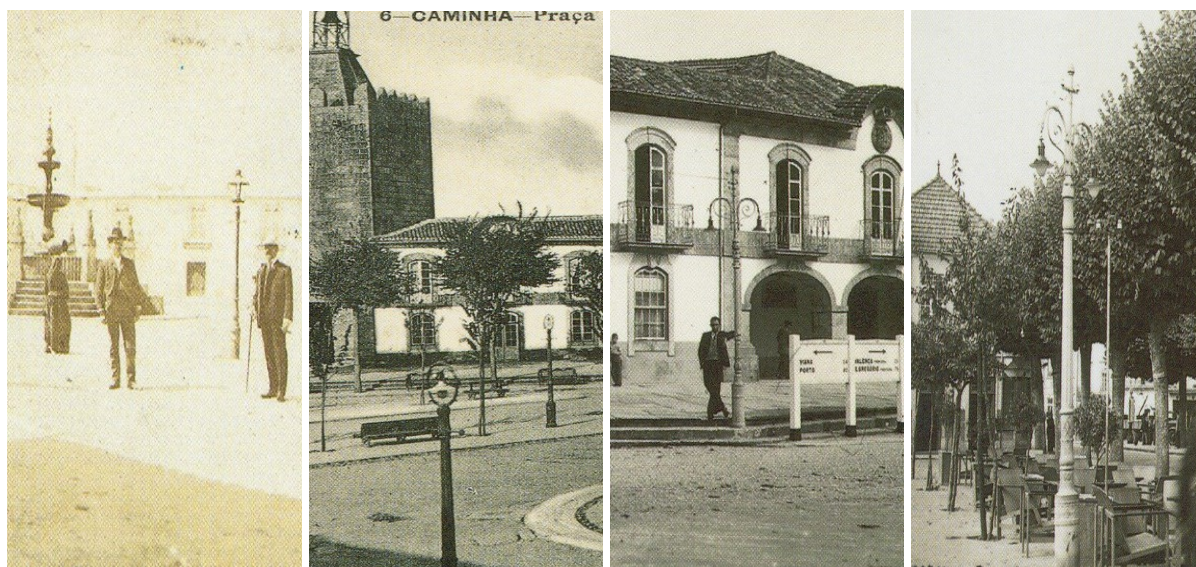


Imagem nº 48, 49, 50 e 51 – Evolução dos candeeiros de iluminação pública no Terreiro, desde 1905 até 1950.

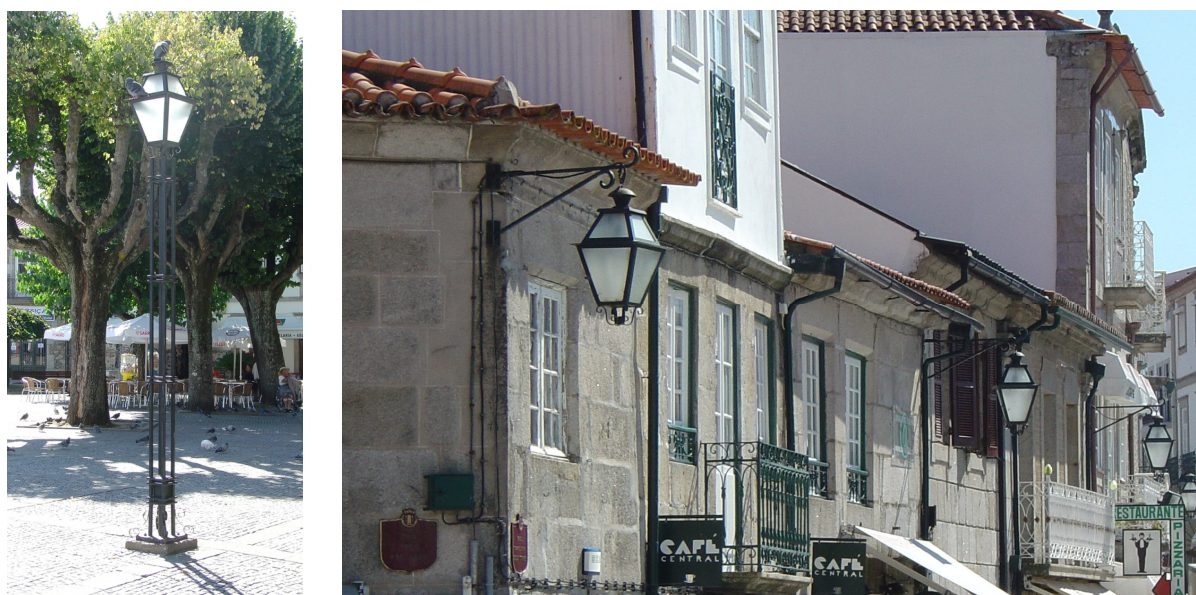


Imagem nº 52 e 53 – À esquerda, tipo de candeeiro de iluminação pública actualmente colocado no Terreiro; à direita, candeeiros de fixação mural colocados nas edificações envolventes à praça

3.3.5 OBRAS DE ARTE E MOBILIÁRIO URBANO

No que concerne às suas aptidões para a cativação das pessoas à estada, a Praça Conselheiro Silva Torres, para além da sua envolvente já descrita anteriormente e da sua grandiosidade patrimonial e cultural, está dotada desde o início do séc. XX de mobiliário urbano que vem sendo actualizado ao longo dos anos através das diferentes intervenções e requalificações deste espaço. Inicialmente, os elementos de mobiliário urbano supracitados, eram basicamente bancos e candeeiros de iluminação pública colocados por volta de 1905 segundo registos fotográficos e documentos escritos da altura, sendo que com as requalificações que esta praça foi sofrendo, foram sendo adicionados outros tipos de equipamentos que podem ser classificados com esta designação de modo a permitir o acompanhamento local face à evolução do país, nomeadamente a colocação de sinalética aquando da passagem da estrada nacional pelo centro da vila de Caminha, cerca de 1920, bem como a colocação mais tarde, cerca de 1930, de um posto de combustível entretanto retirado. Actualmente, e desde a última intervenção efectuada, em 1985, esta praça está dotada de todo o equipamento atrás referido entretanto substituído por elementos com materiais mais actuais bem como de papeleiras, de postos telefónicos, marco do correio e de painéis publicitários, estando todos estes elementos de mobiliário urbano colocados na generalidade em torno do monumento nacional existente desde o séc. XVI, no centro da Praça Conselheiro Silva Torres, e que também pode ser encarado como o equipamento de mobiliário urbano mais antigo da vila de Caminha, que é o centenário Chafariz. As imagens seguintes permitem observar o equipamento de mobiliário existente no início do século XX bem como o que se encontra actualmente instalado, nomeadamente na imagem nº54 (1930) e nº55 (1919) observam-se já os candeeiros de iluminação pública, os bancos, o chafariz e o posto de abastecimento de combustíveis sendo que as imagens nº 56 a 58 (2007) permitem visualizar o mobiliário urbano actual.



Imagem nº 54 e 55 – À direita, posto de combustível no Terreiro, cerca de 1930, à esquerda Mobiliário urbano no Terreiro, cerca de 1919.



Imagem nº 56, 57 e 58 – Cabine telefónica, marco do correio, papelarias e bancos actualmente existentes no Terreiro.



Imagem nº 59 – Aspecto actual do chafariz, após reabilitação em 2005.

3.3.6 MOBILIDADE

A Praça Conselheiro Silva Torres, possui actualmente acessos pedonais ao que se encontram ao nível da plataforma da restante praça bem como das ruas que convergem para a mesmas, formando desta forma um único plano sem qualquer mudança de nível, tanto na praça como nas suas ligações às ruas contíguas, facilitando desta forma não a mobilidade e circulação pedonal bem como de pessoas com mobilidade reduzida. As zonas de acesso pedonal do Terreiro estão actualmente pavimentadas em lajedo de granito bujardado, mais concretamente nos locais onde, anteriormente à última intervenção efectuada em 1985, existia um pavimento em terra batida, sendo que os restantes locais foram pavimentados com

micro-cubo de granito cinza de 5x5cm de aresta, nomeadamente nos locais onde existiam alguns canteiros e espaços verdes.

Neste contexto, toda a praça se encontra num mesmo plano, sendo a ligação da zona sul da praça com a ala norte, efectuada à custa de uma passadeira sobrelevada na Rua de S. João implementada em 2007, que permite desta forma eliminar o desnível existente entre a praça e o restante troço da referida rua através da elevação da faixa de rodagem à cota dos passeios laterais e consequente facilitar a mobilidade e acessibilidade dos utilizadores deste espaço sendo patente a preocupação cada vez mais acentuada relativamente às pessoas com mobilidade condicionada. De salientar também, que este aspecto permite simultaneamente reduzir a velocidade de circulação dos veículos, neste importante local desta vila, direccionado para a vivência social e convívio entre as pessoas. As fotografias seguintes (2007), permitem observar o plano único do Terreiro bem como a passadeira sobrelevada implementada na Rua de S. João.



Imagem nº 60 – Aspecto do plano único da Praça Conselheiro Silva Torres.



Imagem nº 61 e 62 – Passadeira sobrelevada de ligação do Terreiro ao passeio norte (vista aérea e lateral).

3.3.7 PAVIMENTOS

Ao nível dos pavimentos, as ruas inicialmente também não possuíam qualquer tipo de revestimento mais nobre, sendo o mesmo no início do séc XX em terra batida. Posteriormente com as obras de reabilitação que iam sendo executadas, foram-se alterando os revestimentos dos arruamentos e delimitando os passeios pedonais e espaços verdes, passando a mesma a comportar ruas em paralelepípedo de granito, nomeadamente a Rua da Corredoura, e os acessos pedonais foram devidamente delimitados. Contemporaneamente foram pavimentadas em betuminoso, as ruas do Vau actual rua de S. João até junto do Terreiro, a rua dos Pescadores e a entrada da rua da Corredoura, sendo que mais tarde, aquando da última intervenção efectuada em 1985, procedeu-se à interrupção do trânsito na Rua da Corredoura situação que de resto ainda perdura.

Em 1936, procedeu-se a um arranjo no pavimento do Terreiro, nomeadamente na zona envolvente ao Chafariz, passando os acessos pedonais a estar delimitados e devidamente regularizados bem como separados dos espaços verdes, conforme se pode observar na imagem seguinte (1936), que ilustra o novo arranjo da praça, incluindo novos candeeiros e novas árvores rodeando o Chafariz.



Imagem nº 63 – Terreiro em 1936, com novo arranjo da praça.

Mais tarde, aquando da última intervenção efectuada em 1985, procedeu-se à pavimentação de todo o recinto com lajedo de granito e cubo de granito 5x5cm, tratando-se ainda dos pavimentos actualmente existentes e que tanto carisma fornecem a este espaço público. As imagens seguintes (2007) ilustram o lajedo de granito colocado no perímetro do Terreiro,

mais concretamente nas ruas de circulação automóvel anteriormente existentes bem como o micro-cubo aplicado na envolvente do chafariz.



Imagem nº 64 e 65 – Lajedo de granito e micro-cubo aplicado na pavimentação da praça em 1985.

3.4 SÍNTESE

Sintetizando, refere-se que na praça da República apesar de vir sendo alvo ao longo dos tempos de pequenas alterações de embelezamento e aspecto, no que diz respeito à sua funcionalidade não se verificou qualquer mudança desde a sua formação, com excepção da requalificação efectuada em 2005 que permitiu alterar toda a filosofia deste local.

Esta praça inicialmente reduzia-se a um mero local de atravessamento onde se intersectavam dois arruamentos e uma estrada nacional e que ao longo dos tempos foi sendo complementado com alguns espaços de verdes e de lazer, que fomentaram lentamente o convívio social. Recentemente e após longos anos de espera, foi efectuada a reconversão integral da antiga Praça da República tornando-a actualmente num espaço de vivência social e de estada, à custa da uniformização e união dos diversos espaços anteriormente existentes, num só, permitindo assim obter um local amplo e compacto digno da denominação que lhe é atribuída devido fundamentalmente à eliminação do troço rodoviário da Rua Miguel Bombarda que dividia a anterior praça e consequentemente, a ligação do adro da igreja com a zona norte daquele espaço. Assim, minimizou-se a sensação de atravessamento da praça uma vez que embora a mesma contemple também circulação rodoviária, esta faz-se pela Rua 5 de Outubro e 31 de Janeiro, que se situa na zona poente da praça da República não se tratando propriamente de um atravessamento mas sim de uma circulação contígua ao local em apreço, uma vez que a praça se desenvolve toda para nascente deste arruamento, existindo apenas a poente a continuação do passeio pedonal das ruas referidas. Por conseguinte, o espaço actualmente existente e apesar de algumas críticas locais, tem finalmente como fundamento a vivência e convívio social e o convite à estada dos transeuntes, resultando de anos de

aprendizagem e contestação da população ancorense face ao anterior espaço de atravessamento existente e que finalmente pode usufruir de um espaço com a dignidade que o seu nome obriga, uma vez que sempre se tratou do espaço público de excelência desta localidade. As duas imagens seguintes (1997, 2007) permitem visualizar a evolução da Praça da República desde um mero local de atravessamento à actual configuração direccionada para o convívio social.



Imagem nº 66 e 67 – À esquerda, vista da Praça da República, antes de 2005. À direita, vista da Praça da República, após as obras de 2005.

Contrariamente, a Praça Conselheiro Silva Torres apesar de ser uma praça de grande beleza, sobretudo originada pelo equilíbrio de todo um conjunto de construções que a modelam e integram, e que são de salientar a Torre do Relógio e o Chafariz, ambos monumentos nacionais, e ainda a igreja da Misericórdia, o edifício dos Paços do concelho e a Casa dos Pitas, salienta-se que consegue manter quase intacta a atmosfera da época da sua formação à aproximadamente 400 anos, visto que ao longo dos anos não foram efectuadas intervenções significativas que dessem origem à mudança da identidade própria desta praça, resumindo-se a transformações parcialmente cosméticas muitas das que se verificam no terreiro da primeira metade do século XX.

Recorrendo às imagens existentes, podem observar-se as ligeiras intervenções em termos de arranjos da praça, do seu mobiliário urbano e da arborização, quase como quem vai, lentamente ao longo do tempo alterando a mobília, os quadros e as plantas da sua sala de estar. É isto que faz a Praça Conselheiro Silva Torres, vulgo Terreiro, a praça encantadora e ao mesmo tempo, viva que hoje conhecemos.

As duas imagens seguintes (1905, 2005) permitem visualizar a evolução do Terreiro ao longo dos tempos, onde se pode constatar que poucas alterações foram efectuadas desde o início do século XX.



Imagem nº 68 e 69 – À esquerda, Vista do Terreiro, cerca de 1905. À direita vista da Praça Conselheiro Silva Torres, 2005.

Assim sendo, pelo exposto anteriormente e fazendo uma análise sintética dos pontos anteriormente apresentadas para cada uma das praças conclui-se que no tocante à formação, usos, espaços verdes, infra-estruturas, obras de arte e mobiliário urbano, mobilidade e pavimentos, a Praça da República actualmente afigura-se como espaço totalmente renovado e voltado para a estada e vivência social, contrariamente ao que sucedia antes da obra efectuada recentemente, em 2005, onde se tratava de um mero local de atravessamento, e portanto toda a filosofia deste espaço público foi alterada. Tal não sucede com a Praça Conselheiro Silva Torres, que devido à excelência do espaço, não tem sofrido obras de fundo e com significativa relevância mantém a sua identidade intacta desde praticamente a sua formação.

Refere-se por exemplo, ao nível dos usos que a Praça da República contempla actualmente uma utilização completamente distinta da existente anteriormente devido, nomeadamente com esplanadas e espaço que facilitam o convívio social, sendo que a Praça Conselheiro Silva Torres, desde praticamente o início do século XX, que está direccionada a estada dos utilizadores e possui este tipo de serviços.

Também ao nível dos espaços verdes, se refere que na Praça da República em cerca 100 anos se verificaram pelo menos três substituições de árvores, enquanto na Praça Conselheiro Silva Torres, as árvores de grande porte actualmente existentes são as que foram plantadas no início do século XX, não tendo também neste aspecto sofrido grandes alterações.

De igual modo, e relativamente aos restantes pontos acima referidos, a actual Praça da República por se tratar de um espaço integralmente requalificado, possui características completamente distintas das existentes anteriormente naquele espaço, enquanto que a Praça Conselheiro Silva Torres se mantém praticamente intacta desde o início do século XX tendo sofrido apenas pequenos arranjos superficiais.

Nesta conformidade, e porque face às condicionantes da presente dissertação, apenas será avaliado pormenorizadamente um dos casos atrás analisado, e pelo anteriormente exposto considero que será mais interessante e aliciante para o enriquecimento deste trabalho, o estudo da Praça da República visto possuir mais aspectos passíveis de análise em virtude de se tratar de um local integralmente remodelado e cujo projecto e obra tanta polémica geraram na opinião pública, sendo que no capítulo quarto será efectuada uma análise deste espaço público com o intuito de apurar se o mesmo vai de encontro às exigências e expectativas dos seus utilizadores.

4

ESTUDO DE CASO:

PRAÇA DA REPÚBLICA – V. P. DE ÂNCORA

4.1 INTRODUÇÃO

A Praça da República, em Vila Praia de Âncora, em função de ter-se revelado o espaço público com maior número de alterações ao longo do tempo, vai ser objecto de uma análise mais aprofundada no âmbito do presente estudo. Neste contexto, foi elaborado um inquérito (ver anexo I), sobre os diversos aspectos a ter em consideração num espaço deste tipo, nomeadamente a sua características geométricas, materiais aplicados, equipamentos e mobiliário urbano adoptado, etc., tendo em vista a obter o conhecimento da percepção do público em geral, face às modificações sofridas por este espaço público.

Nesta sequência, foram inquiridas 34 pessoas representativas no que concerne ao escalão etário, profissão, residência e razão pela qual conhece e frequenta o espaço em análise, sendo que através dos gráficos que seguidamente se apresentam são facilmente perceptíveis as características das várias pessoas inquiridas.

4.2 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO INQUÉRITO

O inquérito elaborado baseou-se na metodologia “focus group”, visto ter sido distribuído a um determinado grupo de pessoas, nomeadamente à generalidade dos técnicos e administrativos da Câmara Municipal de Caminha pertencentes às Divisões de Obras Públicas (DOPST) e particulares (DOPPGU) bem como a grupo de familiares e amigos, no período de Março a Junho de 2007. Tal metodologia foi adoptada, fundamentalmente devido ao elevado número de perguntas, num total de 52, e natureza das mesmas, que o inquérito possui e que logicamente tornaria bastante incómodo o seu preenchimento em plena via pública, bem como devido ao facto de se tentar escolher sempre inquiridos que conheçam o

espaço público em análise, quer devido à sua actividade profissional ou meramente por utilizar a praça, em actividades de lazer, sendo que também foi levado em consideração na distribuição do inquérito, a residência dos inquiridos, julgando ser importante obter a opinião dos residentes no concelho e em Vila Praia de Âncora bem como de algumas pessoas residentes fora do concelho mas que conheciam igualmente o local em apreço.

Neste contexto, foram distribuídos 34 inquéritos, a pessoas de diversas idades, residência e profissão, e com diferentes motivações para frequentar a Praça da República, conforme se pode observar nos gráficos nº1, 2 e 3, bem como tabela seguinte onde se resumem as características de cada um dos inquiridos.

Escala etária	Profissão	nº inquiridos por profissão	% inquiridos por profissão	Residência				Motivo frequência
				Em Vila Praia Âncora	fora de Vila Praia Âncora	no concelho Caminha	fora concelho Caminha	
15-24 (2 inquiridos - 5.88%)	estudante/estagiária	2	5,88%	1	0	1	0	deslocação casa/trabalho
	estudante/estagiário			0	1	0	1	lazer
25-44 (22 inquiridos - 64.71%)	operária laminação	1	2,94%	1	0	1	0	lazer
	pedreiro	1	2,94%	1	0	1	0	lazer
	engenheiro civil	7*	20,59%	1	0	1	0	compras
	engenheiro civil			0	1	1	0	lazer
	engenheiro civil			0	1	0	1	lazer
	engenheiro civil			0	1	0	1	lazer
	engenheiro civil			0	1	1	0	lazer
	engenheiro civil			0	1	0	1	lazer
	engenheiro civil			0	1	0	1	lazer
	engenharia ambiente	1	2,94%	0	1	1	0	lazer
	engenharia agrícola	1	2,94%	0	1	0	1	lazer
	enfermeira	1	2,94%	1	0	1	0	compras
	topografo	1	2,94%	0	1	0	1	serviços
	arquitecto	3	8,82%	0	1	1	0	lazer
	arquitecta			0	1	1	0	lazer
	arquitecta			0	1	1	0	lazer
	administrativo	3*	8,82%	1	0	1	0	deslocação casa/trabalho
	administrativa			1	0	1	0	lazer
	auxiliar	1	2,94%	0	1	1	0	lazer
	geografa	2	5,88%	0	1	1	0	lazer
	geografa			0	1	1	0	lazer
	desenhadora	1	2,94%	0	1	1	0	lazer
	domestica	3	8,82%	1	0	1	0	compras
	doméstica			1	0	1	0	serviços
	doméstica	3	8,82%	0	1	0	1	lazer
	administrativo *			1	0	1	0	lazer
	engenharia civil *			1	0	1	0	lazer
45-64 (9 inquiridos - 26.47%)	pescador	1	2,94%	1	0	1	0	serviços
	desempregada	1	2,94%	1	0	1	0	serviços
	estucador	1	2,94%	0	1	0	1	lazer
	reformado	3	8,82%	1	0	1	0	lazer
	reformado			1	0	1	0	lazer
	reformado			1	0	1	0	lazer
	reformada	3	8,82%	1	0	1	0	lazer
+ 65 (1 inquirido - 2.94%)	reformada	1	2,94%	1	0	1	0	lazer
Totais:		34	100,00%	16	18	26	8	

Tabela nº1 – Características dos inquiridos

Nesta conformidade, e conforme a tabela anterior refere-se que foram inquiridos os seguintes indivíduos por cada um dos escalões etários definidos:

- 2 pessoas dos 15 aos 24 anos, correspondendo a 5.88% dos inquiridos, sendo que um dos inquiridos é residente em Vila Praia de Âncora e, portanto, no concelho de Caminha e o outro fora do concelho de Caminha. Neste escalão etário, ambos inquiridos têm como profissão a de estudante em fase de estágio.

- 22 pessoas dos 25 aos 44 anos, correspondendo a 64,71% dos inquiridos, sendo que 7 (31.82%) dos inquiridos são residentes em Vila Praia de Âncora e, portanto, no concelho de Caminha enquanto os restantes 15 inquiridos (68.18%) residem fora de Vila Praia de Âncora, contudo 10 pertencem ao concelho de Caminha, totalizando assim para o presente escalão etário o número de 17 inquiridos residentes no concelho de Caminha (77,27%). Quanto às actividades profissionais, foram auscultados 6 engenheiros civis (27,29%), 1 engenheira do ambiente (4,54%), 1 engenheira agrária (4,54%), 3 arquitectos (13,65%), 1 topógrafo (4,54%), 2 geógrafas (9,1%), 2 administrativas (9,1%), 1 auxiliar (4,54%), 1 desenhadora (4,54%), 1 enfermeira (4,54%), 1 pedreiro (4,54%), 1 doméstica (4,54%) e 1 operária de laminação (4,54%);

- 9 pessoas dos 45 aos 64 anos, correspondendo a 26, 47% dos inquiridos; sendo que 7 (77,78%) dos inquiridos são residentes em Vila Praia de Âncora e, portanto, no concelho de Caminha enquanto os restantes 2 inquiridos (22,22%) residem fora de Vila Praia de Âncora bem como do concelho de Caminha, totalizando assim para o presente escalão etário o número de 7 inquiridos residentes no concelho de Caminha (77,78%). Quanto às actividades profissionais, foram auscultados 2 domésticas (22,22%), 2 reformados (22,22%), 1 engenheira civil (11,11%), 1 administrativo (11,11%), 1 estucador (11,11%), 1 pescador (11,11%) e 1 desempregada (11,11%);

- 1 pessoa com idade superior a 65 anos, correspondendo a 2,94% dos inquiridos, residente em Vila Praia de Âncora e consequentemente no concelho de Caminha, com a categoria profissional de reformado.

O inquérito efectuado contempla sete grupos de questões, nomeadamente “Formação”, “Usos”, “Espaços Verdes”, “Infra-estruturas”, “Obras de arte e mobiliário urbano”, “Mobilidade” e “Pavimentos”, sendo que para cada uma das 52 questões foram previstas cinco possíveis respostas, mais concretamente “Concordo totalmente”, “Concordo parcialmente”, “Discordo parcialmente”, “Discordo totalmente” e “Outra/Observações”.

Os gráficos seguintes, permitem visualizar graficamente o escalão etário e residência dos inquiridos bem como a sua profissão e motivo pelo qual eles frequentam a Praça da República.

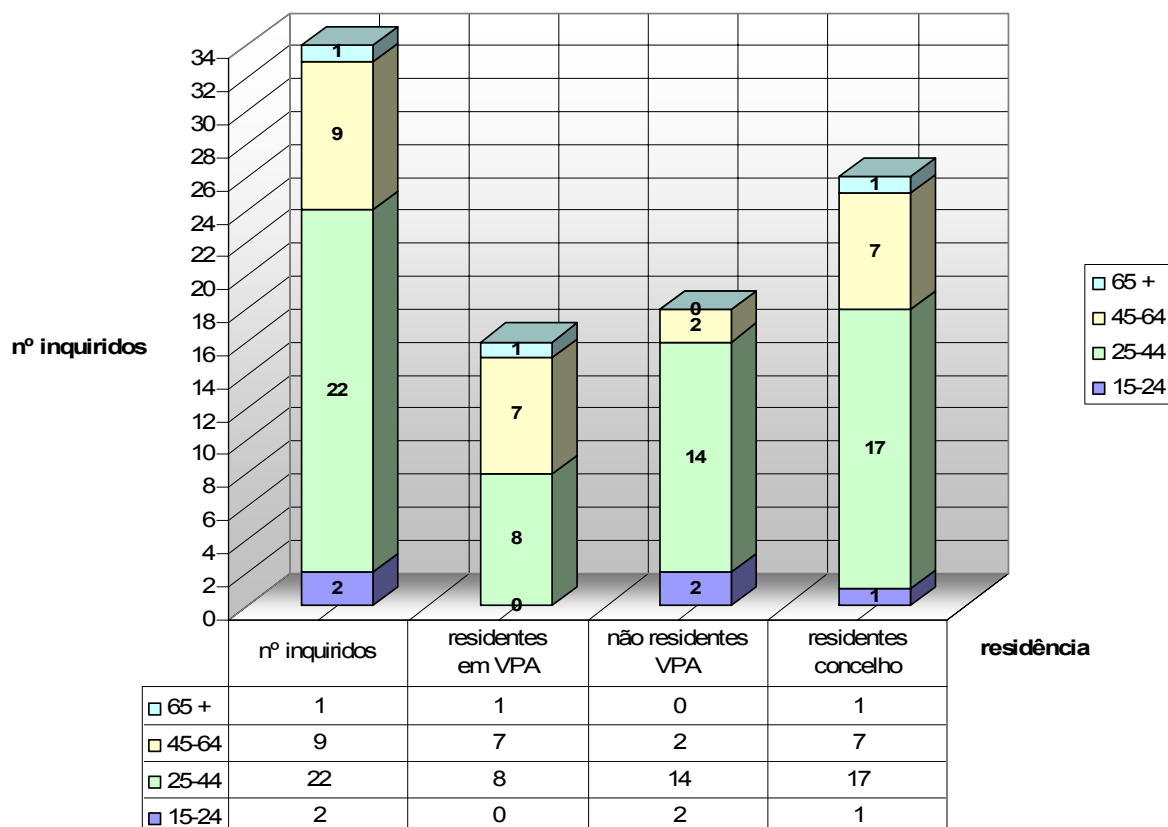
Escalão etário e residência dos inquiridos

Gráfico nº1 - Nº inquiridos por escalão etário e sua residência

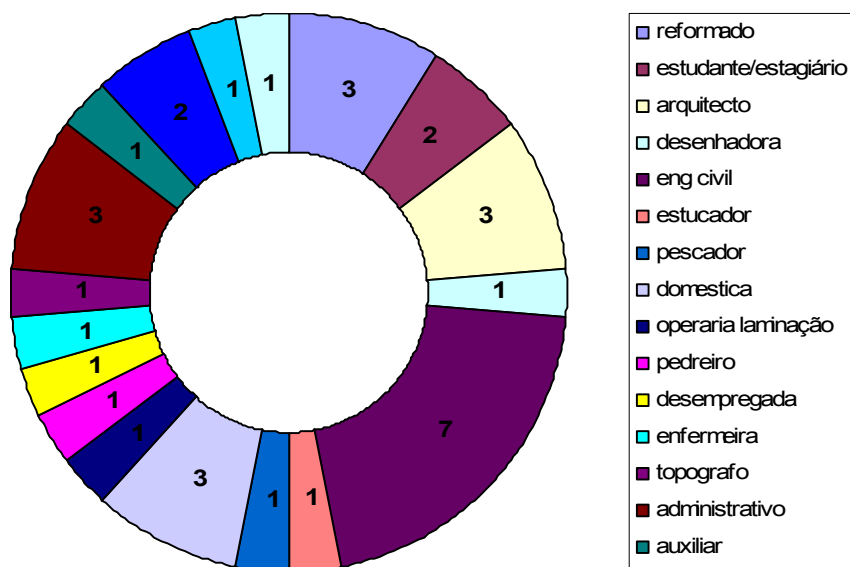
Profissão dos inquiridos

Gráfico nº2 - Nº inquiridos por profissão

Motivo de frequência da Praça da República

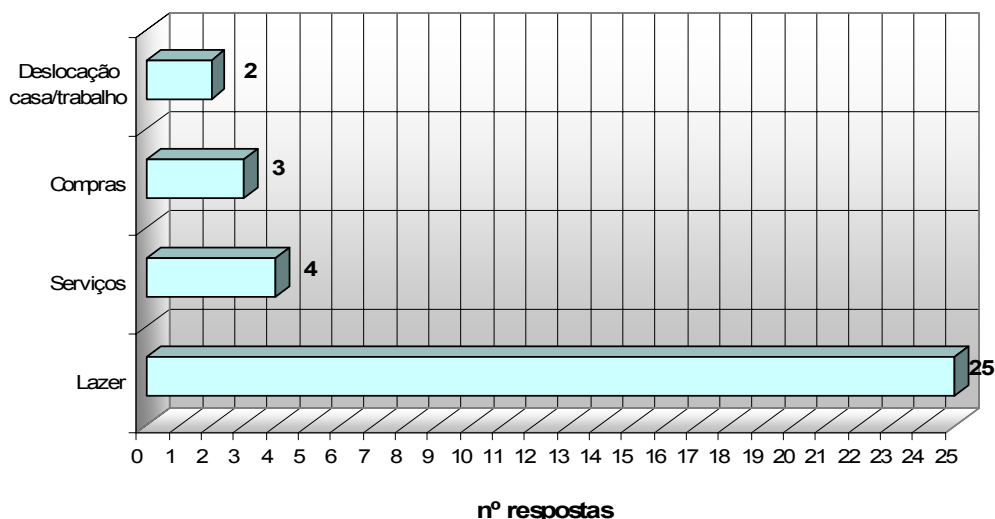


Gráfico nº3 - Nº inquiridos por motivo de frequência da Praça da República

4.3 RESULTADOS OBTIDOS NO INQUÉRITO

Numa análise mais criteriosa às respostas apresentadas a cada uma das perguntas do questionário, que se encontra em anexo, conclui-se que genericamente existe uma concordância total ou parcial com o projecto recentemente implementado, em 2005, na requalificação da Praça da República, com excepção para questões relacionadas com os espaços verdes existentes e adoptados na referida obra, onde nesta matéria existem um número bastante superior de respostas discordantes.

Neste contexto, procedeu-se a uma análise mais minuciosa de cada um dos grupos de questões do inquérito, e que a seguir se apresenta, de modo a permitir obter uma melhor percepção da opinião dos utilizadores do espaço em análise, e tentar apurar desta forma, se tais convicções foram tidas em consideração pelo projectista, no desenvolvimento e execução do projecto de requalificação da praça bem como aferir eventuais melhoramentos que possam ser implementados de forma a dar satisfação à pretensão dos inquiridos.

4.1.1 GRUPO I - FORMAÇÃO

Ao nível da formação da praça, actualmente e após a última intervenção efectuada em 2005, apenas persistem os edifícios da envolvente sendo que todos os espaços intrínsecos da mesma foram requalificados no âmbito da supracitada intervenção.

Neste contexto, as questões colocadas no âmbito do inquérito efectuado e relacionadas com a formação da praça, obtiveram na sua maioria como resposta, a concordância dos inquiridos com a actual configuração deste espaço público e logicamente com o projecto recentemente implementado, mais concretamente das 102 respostas recolhidas para as 3 questões colocadas neste grupo, 35 mereceram concordância total e 44 parcial, o que totaliza 79 respostas favoráveis à actual situação da praça, ou seja, 77,45% das respostas recolhidas.

Foram totalmente discordantes com o contexto das questões colocadas, 9 respostas, sendo que 13 respostas dizem discordar parcialmente, o que totaliza 22 respostas discordantes com as questões colocadas no âmbito do presente grupo, ou seja 21.57% dos inquiridos.

Numa análise mais minuciosa das respostas obtidas, salienta-se que a questão 1, apesar de ter obtido um grande número de respostas concordantes também é a que apresenta maior número de respostas discordantes, tratando-se a questão da envolvente da praça, num aspecto que gera alguma polémica na opinião dos seus utilizadores e que poderá ser resultado da existência de alguns edifícios que se encontram bastante degradados, suscitando opiniões contraditórias no diz respeito à sua valia e contributo arquitectónico para a praça.

Quanto às restantes questões, apesar de terem surgido algumas opiniões discordantes a esmagadora maioria das opiniões é favorável à actual configuração deste espaço público

Seguidamente apresenta-se um quadro com as questões e correspondentes respostas obtidas bem como dois gráficos que ilustram cada uma das referidas situações.

GRUPO I - FORMAÇÃO		Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo totalmente	Discordo em parte	Outra / Obs.
1)	Os edificios existentes na envolvente da praça constituem uma mais valia, e contribuem para o enriquecimento do local.	9	16	1	8	0
2)	A praça está devidamente projectada em termos de espaço público e dos sub-espacos, como por exemplo o adro da igreja.	15	13	5	0	1
3)	Os sub espacos são separados uns dos outros sem criar em nenhum deles uma sensação de isolamento nos utilizadores.	11	15	3	5	0

Tabela nº2 – Afirmções e nº de respostas obtidas para o grupo I.

Número de respostas obtidas para as opções de cada questão do grupo I “Formação”

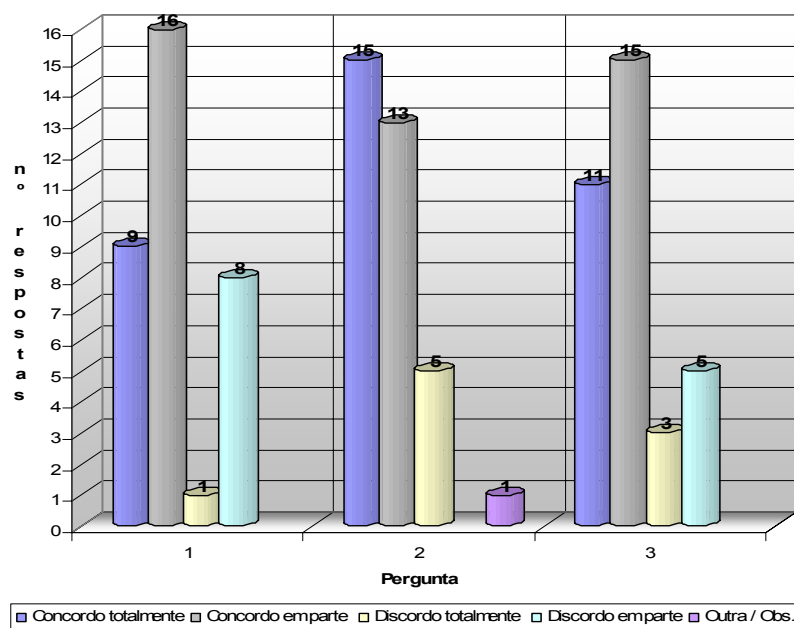


Gráfico nº4 - Nº respostas obtidas para cada questão do grupo I

Valores acumulados do grupo I para cada uma das opções

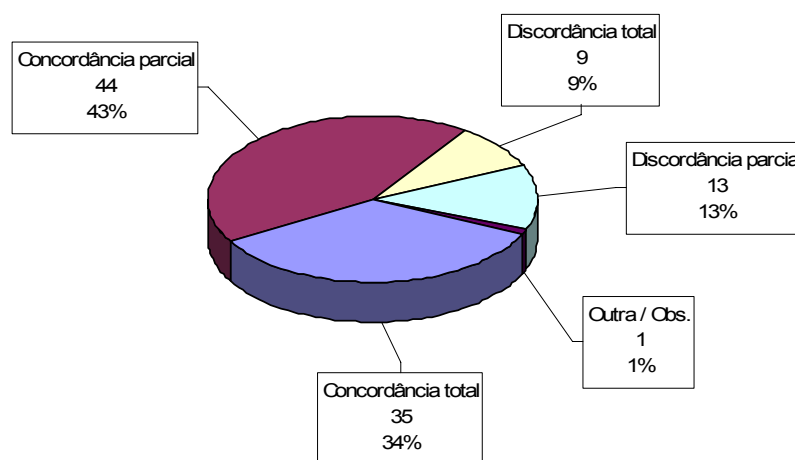


Gráfico nº5 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo I

4.1.2 GRUPO II - Usos

Relativamente ao uso da praça em análise, foram contempladas no inquérito algumas questões relativas fundamentalmente ao tipo de utilizadores do espaço, tipo de estruturas existentes, sub-espacos e modos de utilização dos mesmos, sendo que todos os espaços actualmente existentes na mesma foram definidos no âmbito da última requalificação efectuada em 2005.

Nesta sequência, as questões efectuadas no inquérito relacionadas com o uso da praça, obtiveram como respostas, na sua maioria a concordância com o projecto implementado, sendo que das 510 respostas recolhidas para as 15 questões colocadas neste grupo, 256 mereceram concordância total e 139 parcial, o que totaliza 359 respostas favoráveis à actual conjuntura da praça ao nível dos respectivos usos, ou seja, 70,39% das respostas recolhidas.

Foram totalmente discordantes com o contexto das questões colocadas, 63 respostas, sendo que 47 respostas dizem discordar parcialmente, o que totaliza 107 respostas discordantes com as questões colocadas no âmbito do presente grupo, ou seja 20.98% dos inquiridos.

Numa análise mais aprofundada das respostas obtidas, salienta-se que a questão 6, 7, 8, 12, 14 e 15 apesar de terem obtido um grande número de respostas concordantes também são as que apresenta maior número de respostas discordantes, tratando-se desta forma de situações controversas e eventualmente mais polémicas no que diz respeito a esta temática.

Assim, relativamente à questão 6, e apesar de maioritariamente terem sido obtidas opiniões concordantes com a definição dos espaços e sua adequabilidade aos diferentes utilizadores dos mesmos, mais concretamente 21 respostas favoráveis enquanto 12 opiniões são discordantes, refiro que muito provavelmente esta diferença de opinião deve-se ao facto de a praça se apresentar actualmente definida num único plano, com excepção da igreja, e desta forma propiciar um único espaço de utilização onde necessariamente terão que ser combinados e preservados os diferentes ideais de utilização dos espaços, independentemente do perfil de cada utilizador.

Relativamente à questão 7, existem 22 opiniões que acham, total ou parcialmente, que a praça possui animação suficiente, sendo que 12 inquiridos dizem discordar com esta afirmação. Neste contexto, retira-se que muito provavelmente as opiniões são contraditórias, devido ao facto de, a animação deste local ser basicamente efectuada à custa das esplanadas existentes durante praticamente todo o ano, mas que muito raramente propiciam actividades ou momentos lúdicos, com excepção da época de Verão onde efectivamente existe um planeamento municipal da animação deste espaço. A mesma situação se reporta à questão 8, onde é praticamente idêntico o número de respostas obtidas relativamente à questão 7, visto o fundamento das respectivas afirmações ser semelhante, sendo que para este caso existem 20 opiniões concordantes e 14 discordantes. No que concerne às questões 12, 14 e 15, e que basicamente se reportam à adopção de mais equipamentos de mobiliário urbano em plena praça, nomeadamente quiosques, casas de banho e acessórios para afixação de horários, também se verifica alguma controvérsia nas respostas obtidas uma vez que apesar de maioritariamente se obterem respostas favoráveis com a actual situação do espaço, também foi apresentado um grande número de respostas discordantes e de apoio à colocação dos

referidos equipamentos, sendo mesmo de salientar que genericamente a percentagem de opiniões concordantes é praticamente idêntica à das respostas discordantes. Tal facto, aparentemente pode ser atribuído por um lado à concordância dos utilizadores com o espaço actual, tal como ele se encontra definido, e por outro lado ao facto de as esplanadas e serviços existentes estarem frequentemente lotadas e não chegarem, principalmente no Verão, para a satisfação da totalidade dos transeuntes, sendo tal diversidade de opiniões explicada pela concordância com a disposição física do local em contraponto com a insatisfação ao nível dos serviços disponíveis aos utilizadores.

Contudo ressalva-se, que os inquiridos maioritariamente não concordam com a colocação de casa de banho públicas bem como estabelecimentos amovíveis na praça e portanto consideram adequada a actual situação deste espaço, concluindo-se que a colocação de qualquer elemento de maiores dimensões no local não será bem aceite pelo utilizadores.

Seguidamente apresenta-se um quadro com as questões e correspondentes respostas obtidas bem como dois gráficos que ilustram cada uma das referidas situações.

GRUPO II – USOS		Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo totalmente	Discordo em parte	Outra / Obs.
4)	A praça está localizada onde uma diversidade de pessoas pode usá-la, nomeadamente:					
	Trabalhadores da zona,	31	3	0	0	0
	Habitantes da Vila	29	5	0	0	0
	Turistas,	27	7	0	0	0
	Consumidores no comercio local.	31	3	0	0	0
5)	O clima local fomenta o uso da praça.	13	20	1	0	0
6)	O projecto da praça responde às diferenças entre a preferência predominante dos homens por um ambiente público e o desejo de muitas mulheres por uma atmosfera mais relaxada e segura.	9	12	4	8	1
7)	A praça possui animação suficiente, nomeadamente através do uso das esplanadas e cafés.	10	12	5	7	0
8)	As esplanadas dos cafés apresentam características para atrair os transeuntes.	8	12	5	9	0
9)	A praça potencia a circulação pedonal no centro da vila.	21	10	2	1	0
10)	A praça propicia a tendência dos transeuntes de andarem no centro do espaço.	17	10	2	5	0
11)	São adequados os estabelecimentos comerciais existentes.	10	17	3	4	0
12)	Era benéfica a colocação de algum estabelecimento, mesmo que amovível, no espaço da praça, tais como pequenos quiosques, bar, etc..	10	6	14	3	1
13)	São suficientes os locais públicos existentes na praça para beber, utilização de telefones, etc..	18	11	2	3	0
14)	É oportuna a colocação de casas de banho públicas na praça.	12	3	15	2	2
15)	Há locais na praça para anunciar horários de eventos e avisos, de modo que sejam facilmente visíveis pelos utilizadores da praça.	10	8	10	5	1

Tabela nº3 – Afirmações e nº de respostas obtidas para o grupo II.

Número de respostas obtidas para as opções de cada questão do grupo II “Usos”

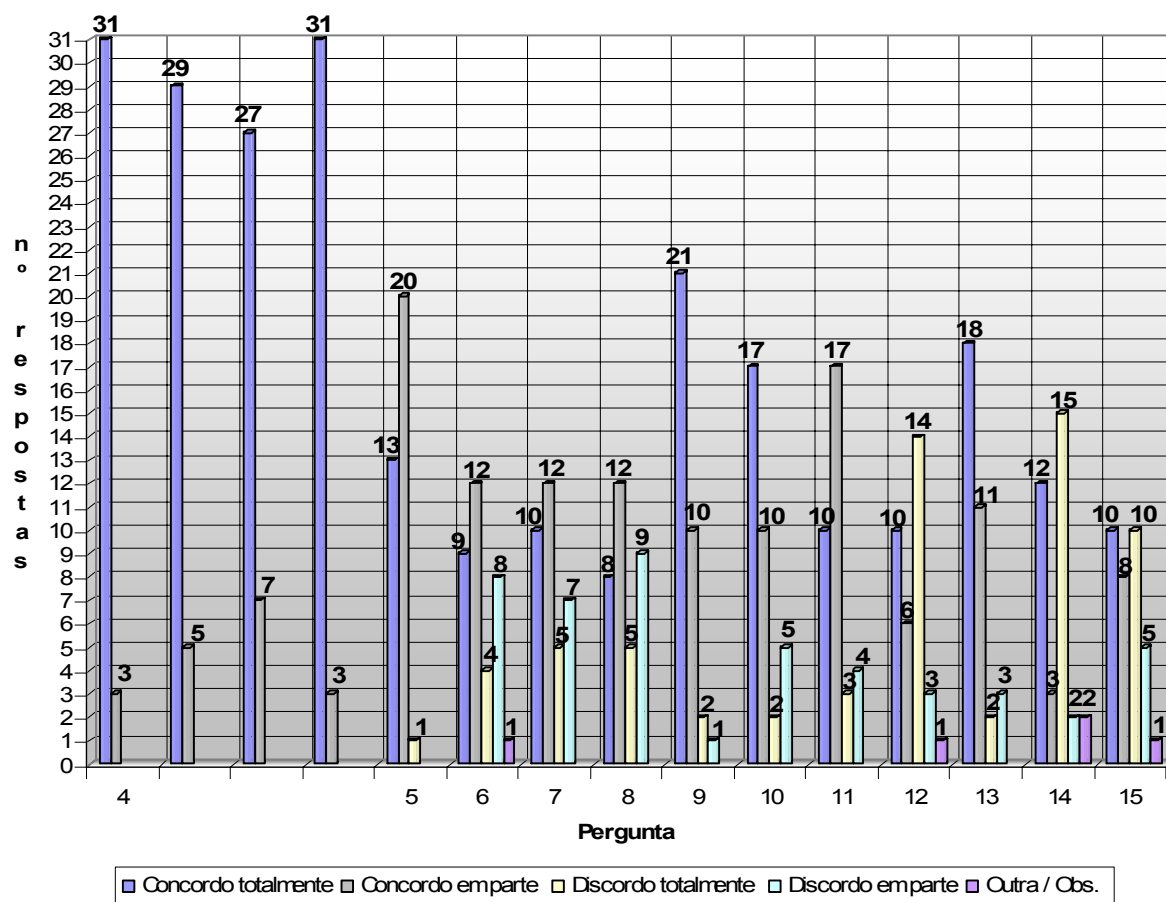


Gráfico nº6 - N° respostas obtidas para cada questão do grupo II

Valores acumulados do grupo II para cada uma das opções

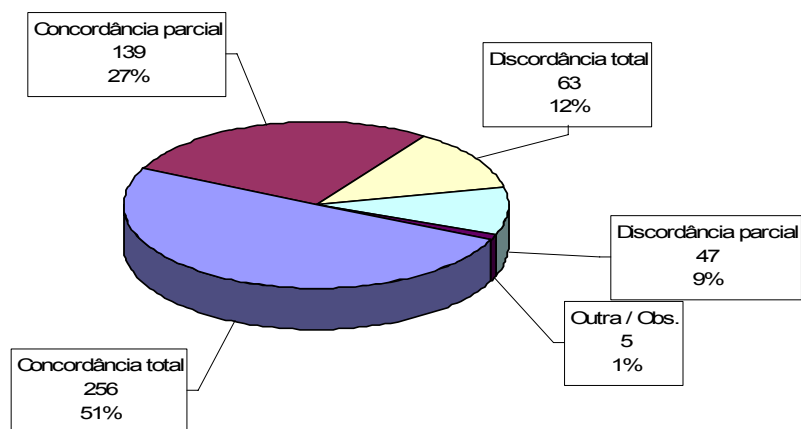


Gráfico nº7 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo II

4.1.3 GRUPO III – ESPAÇOS VERDES

No que concerne aos espaços verdes da Praça da República, foram contempladas no inquérito questões fundamentalmente relativas à adequabilidade e quantidade destes espaços no actual formato da praça, mais concretamente no que diz respeito à área verde actualmente existente bem como às espécies e mobiliário urbano definidos neste âmbito.

Nesta sequência, nesta matéria, as opiniões dividem-se como se pode constatar pelas respostas dadas a cada uma das questões, sendo que sensivelmente metade dos inquiridos concordam com as espécies, locais e mobiliário urbano definidos para os espaços verdes da praça. Assim sendo, as questões relacionadas com este tema, obtiveram como respostas, na sua maioria a concordância com o projecto implementado, sendo que das 160 respostas recolhidas para as 5 questões colocadas, 33 mereceram a concordância total e 57 parcial o que totaliza 90 respostas favoráveis à actual situação dos espaços verdes da praça, ou seja, 56,25% das respostas recolhidas.

Foram totalmente discordantes com o contexto das questões colocadas, 45 respostas, sendo que 29 respostas dizem discordar parcialmente, o que totaliza 74 respostas discordantes com as questões colocadas no âmbito do presente grupo, ou seja 46,25% dos inquiridos.

Numa análise mais criteriosa das respostas obtidas neste grupo, salienta-se que as questões 16, 17 e 19 apesar de terem obtido um número considerável de respostas concordantes também são as que apresentam maior número de respostas discordantes, tratando-se desta forma de situações controversas e eventualmente mais polémicas, e que neste caso surgem desde a fase de concepção deste local.

Neste contexto, salienta-se que relativamente á quantidade de espaço verde actualmente existente na praça, questionado na pergunta 16 do inquérito, foi manifestamente respondido pelos inquiridos, que os mesmos não são em número suficiente, tendo apenas 10 dos 34 inquiridos afirmado que concordam total ou parcialmente com os espaços verdes actualmente definidos, enquanto as restantes 24 respostas foram discordantes, reflectindo este resultado a controvérsia existente desde a fase de concepção desta praça. Por conseguinte, refere-se que os utilizadores deste espaço público têm vindo, na sua generalidade, a reclamar a insuficiente área de espaço verde definida em projecto e a manifesta necessidade de se proceder à implementação de mais área verde no local.

Relativamente ao assunto abordado na questão 18, nomeadamente a adequação das árvores plantadas na requalificação da praça em 2005, refere-se que também nesta matéria as opiniões são divergentes, ou seja, 17 respostas concordam com as espécies arbóreas actualmente existentes em contraponto com as 16 opiniões discordantes. Tal facto, pode ser atribuído ao actual calibre das árvores existentes comparativamente com as que

anteriormente estavam plantadas no local, isto é, as árvores actualmente existentes ainda não se encontram totalmente desenvolvidas pelo que a dimensão do tronco e copa são ainda bastante diminutas face às necessidades do espaço, fundamentalmente ao nível da sombra tão necessária em locais deste tipo. Assim sendo, tal facto é exactamente oposto à situação existente antes da recentes obras de requalificação, onde as espécies arbóreas existentes tinha já algumas décadas e por conseguinte apresentavam uma dimensão considerável, que facultava aos utilizadores da anterior praça, vários locais de sombra bem como zonas verdes bastantes significativas.

No tocante à questão 19, salienta-se que é igual o número de opiniões concordantes e discordantes relacionadas com a quantidades de floreiras colocadas na praça, sendo que este assunto deverá ser interpretado de duas formas distintas, nomeadamente devido ao facto de as pessoas considerarem que os espaços verdes são insuficientes e nesta perspectiva continuarem a achar que mesmo com a adopção de 20 floreiras, as zonas verdes deveriam ser em maior número e área, uma vez que as floreiras se encontram dispersas pela praça, Rua 31 de Janeiro e 5 de Outubro. Ou ainda, reportando-se à situação do trânsito, refere-se que estas floreiras também essencialmente colocadas como limitadores de trânsito e instrumento impeditivo da circulação e estacionamento de veículos sobre os acessos pedonais, e neste contexto provavelmente os utilizadores consideram que são em número insuficiente pois os abusos e ilegalidades continuam a ser cometidos por parte dos condutores, e nesta perspectiva surgem então as opiniões divergentes relativamente a esta matéria.

Seguidamente apresenta-se um quadro com as questões e correspondentes respostas obtidas bem como dois gráficos que ilustram cada uma das referidas situações.

GRUPO III – ESPAÇOS VERDES		Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo totalmente	Discordo em parte	Outra / Obs.
16)	Os espaços verdes da praça são suficientes.	4	6	18	6	0
17)	São adequadas as árvores colocadas na praça.	7	10	10	6	1
18)	Os locais estão bem definidos para colocação das árvores.	8	15	6	4	1
19)	É suficiente o número de floreiras dispersas pela praça.	5	11	8	8	2
20)	Foi bem escolhido o desenho das floreiras colocadas na praça.	9	15	3	5	2

Tabela nº4 – Afirmações e nº de respostas obtidas para o grupo III.

Nº de respostas obtidas para as opções das questões do grupo III “Espaços Verdes”

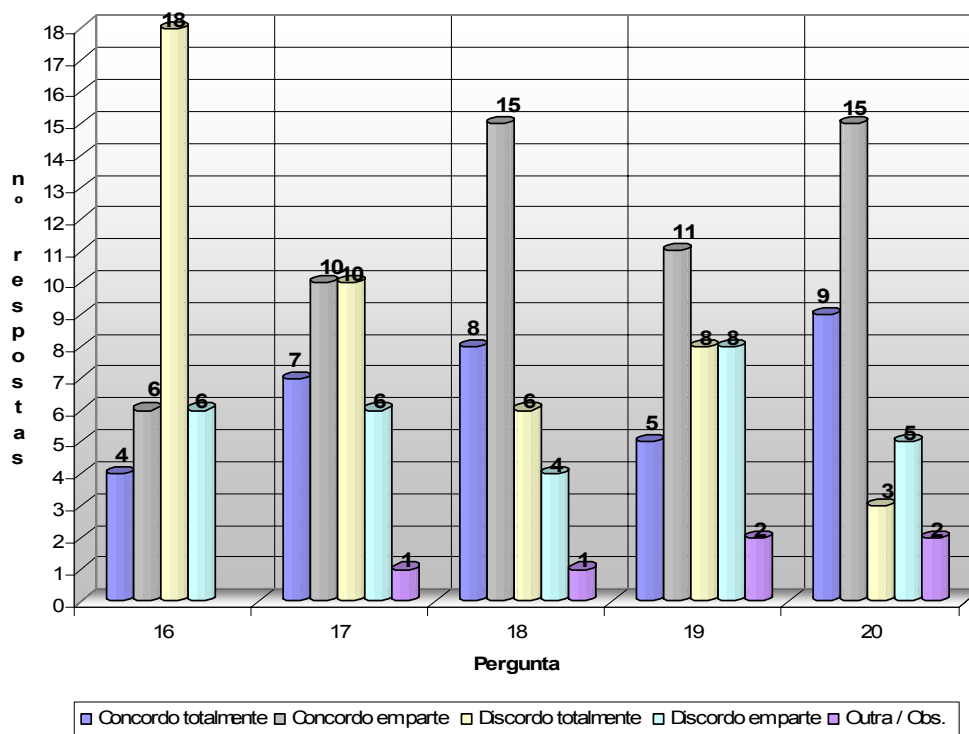


Gráfico n.º 8 - N.º respostas obtidas para cada questão do grupo III

Valores acumulados do grupo III para cada uma das opções

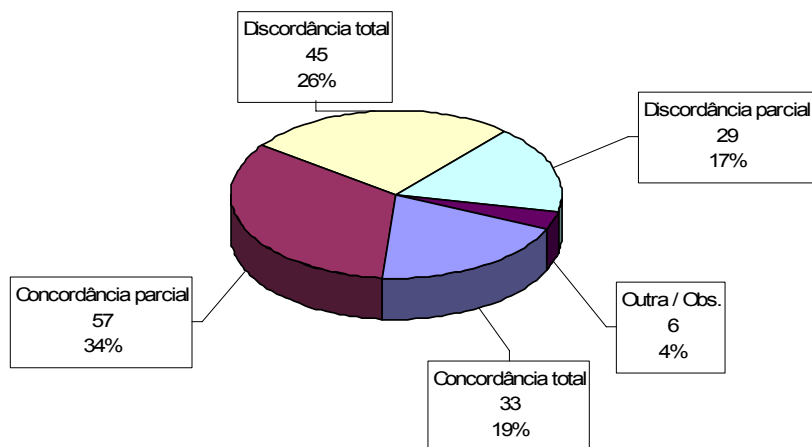


Gráfico n.º 9 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo III

4.1.4 GRUPO IV - INFRA-ESTRUTURAS

No respeitante às infra-estruturas da praça, actualmente este espaço está dotada de novas redes de drenagem de águas residuais e pluviais, abastecimento de água, energia eléctrica,

telecomunicações e televisão por cabo, sendo que todas estas redes de infra-estruturas foram substituídas e remodeladas no âmbito da intervenção recentemente efectuada em 2005.

Neste contexto, as questões colocadas no âmbito do inquérito efectuado e relacionadas com este tema, obtiveram na sua maioria como resposta, a concordância dos inquiridos com a actual conjuntura ao nível das infra-estruturas deste espaço público e logicamente com o projecto recentemente implementado, mais concretamente das 102 respostas recolhidas para as 3 questões colocadas neste grupo, 46 mereceram a concordância total e 48 parcial o que totaliza 94 respostas favoráveis à actual situação da praça ao nível de infra-estruturas, ou seja, 92,16% das respostas recolhidas.

Foram totalmente discordantes com o contexto das questões colocadas, 4 respostas, sendo que também 4 respostas dizem discordar parcialmente, o que totaliza 8 respostas discordantes com as questões colocadas no âmbito do presente grupo, ou seja 7,84% dos inquiridos.

Numa análise mais criteriosa das respostas obtidas neste grupo, salienta-se que genericamente as opiniões são convergentes com a actual situação da praça, salientando-se o baixo número de opiniões discordantes bem como a resposta favorável, quase que unânime, à questão 22, onde se afirma inequivocamente que a praça é um local com boas condições para a estada e vivência social, nomeadamente ao nível de infra-estruturas e que permite o convívio ao ar livre.

Seguidamente apresenta-se um quadro com as questões e correspondentes respostas obtidas bem como dois gráficos que ilustram cada uma das referidas situações.

GRUPO IV – INFRAESTRUTURAS		Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo totalmente	Discordo em parte	Outra / Obs.
21)	O projecto da praça incorporou uma larga variedade de infra-estruturas nomeadamente ao nível das formas, cores, texturas bem como fontes, esculturas, vários lugares para sentar-se, recanto e esquinas, plantas e arbustos, mudanças de nível, redes de drenagem, etc.	9	21	2	2	0
22)	A praça é um local com boas condições para a estada e vivência social, nomeadamente ao nível das infra-estruturas existentes, em épocas que permitam o convívio ao ar livre como por exemplo no Verão.	23	10	1	0	0
23)	A praça tem condições físicas para permitir a realização de eventos, como exposições temporárias, concertos e peças de teatro.	14	17	1	2	0

Tabela nº5 – Afirmações e nº de respostas obtidas para o grupo IV

Nº de respostas obtidas para as opções das questões do grupo IV “Infra-estruturas”

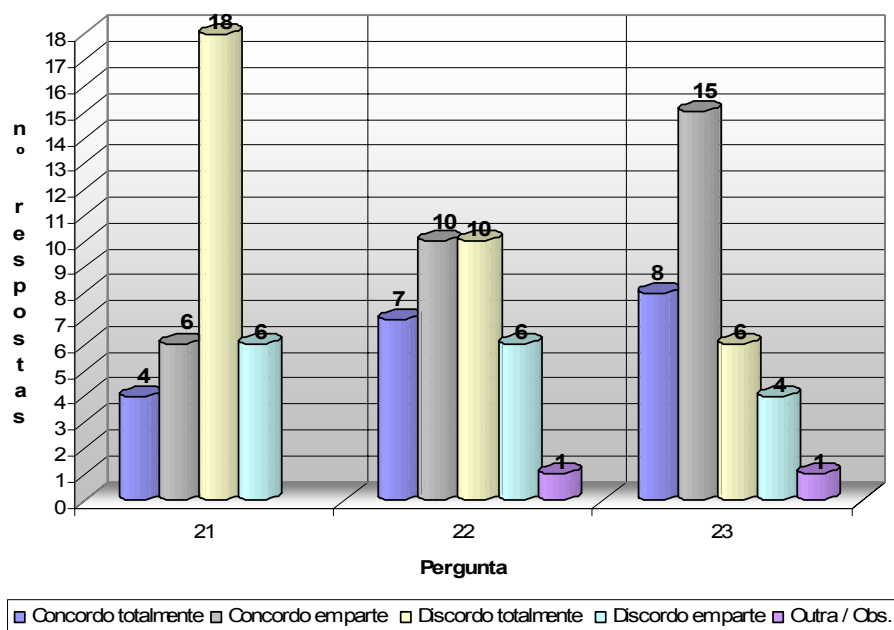


Gráfico nº10 - Nº respostas obtidas para cada questão do grupo IV

Valores acumulados do grupo IV para cada uma das opções

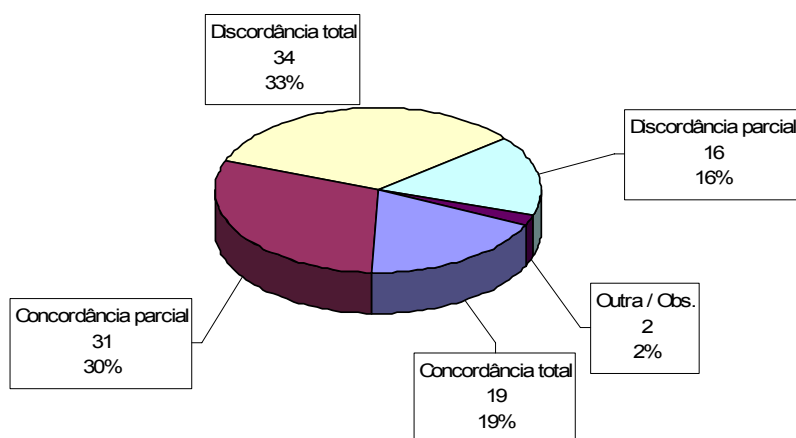


Gráfico nº11 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo IV

4.1.5 GRUPO V – OBRAS DE ARTE E MOBILIÁRIO URBANO

Relativamente a esta matéria, a Praça da República está actualmente dotada de uma obra de arte, mais concretamente o busto Dr. Ramos Pereira bem como de inúmeros elementos de mobiliário urbano destinados ao mais variados fins, nomeadamente papaleiras, bancos, um fontanário público e um marco do correio existentes neste espaço à décadas, floreiras e posto

de telecomunicações. Destaca-se, ainda, a existência de uma fonte ornamental de pavimento, em pleno centro da praça, constituída por nove jactos de água.

Assim sendo, foram contempladas 16 questões, no inquérito efectuado fundamentalmente relativas à quantidade e localização dos elementos de mobiliário urbano bem como das obras de arte e sua adequabilidade ao espaço em análise, de modo a permitir apurar se a concepção do mesmo está em consonância com a exigências dos utilizadores.

Neste contexto, salienta-se que a maioria das opiniões dos inquiridos, são favoráveis à situação actualmente existente na Praça da República relativamente às obras de arte e mobiliário urbano, sendo que das 544 respostas recolhidas para as 16 questões colocadas, 243 mereceram a concordância total e 191 parcial o que totaliza 434 respostas favoráveis à actual situação da praça nesta matéria, ou seja, 79,78% das respostas recolhidas.

Foram totalmente discordantes com o contexto das questões colocadas, 48 respostas, sendo que 52 respostas dizem discordar parcialmente, o que totaliza 100 respostas discordantes com as questões colocadas no âmbito do presente grupo, ou seja 18,38% dos inquiridos.

Numa análise mais minuciosa das respostas obtidas neste grupo, salienta-se que as questões 26, 17 e 19 apesar de terem obtido um número considerável de respostas concordantes também são as que apresentam maior número de respostas discordantes, tratando-se desta forma de situações controversas e eventualmente mais polémicas, e que neste caso surgem desde a fase de concepção deste local.

Numa análise mais criteriosa das respostas obtidas neste grupo, salienta-se que as questões 26, 27 e 29 apesar de terem obtido um número significativo de respostas concordantes também são as que apresentam maior número de respostas discordantes, sendo estas três questões relativas ao assento da praça, mais concretamente quantidade, localização e materiais dos bancos actualmente colocados neste local.

Neste contexto, salienta-se que relativamente às questões 26 e 27 relativas respectivamente á quantidade e localização dos bancos, as opiniões são maioritariamente concordantes com a actual conjuntura existente na Praça da República, embora existam em cada uma destas questões 10 opiniões discordantes, ou seja, 30,00% das respostas, em contraponto com 24 opiniões concordantes com os actuais bancos. Porém, no que diz respeito aos materiais e desenho dos bancos questionados na pergunta 29, as opiniões discordantes aumentam para 15 (44,12%) enquanto as concordantes diminuem para 19 (55,88%), o que efectivamente revela que a este nível existe uma grande divergência de opiniões, tratando-se este ponto de um factor que gera alguma polémica entre os utilizadores da praça.

Destaca-se ainda, a concordância quase que unânime dos inquiridos relativamente à solução adoptada para a implementação da fonte de pavimento bem como recolocação do busto e do

fontanário no projecto recentemente executado de reabilitação da Praça da República, bem como das respectivas localizações e definições arquitectónicas dos mesmos, expressa nas respostas às questões 30 a 38. Seguidamente apresenta-se um quadro com as questões e correspondentes respostas obtidas bem como dois gráficos que ilustram cada uma das referidas situações.

GRUPO V – OBRAS DE ARTE E MOBILIÁRIO URBANO		Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo totalmente	Discordo em parte	Outra / Obs.
24)	O mobiliário urbano é suficiente para encorajar as pessoas a parar e repousar na praça, entre os quais elementos focais atractivos tais como bancos, papelarias, obras de arte, fontes, etc..	13	16	1	4	0
25)	As transições visuais e funcionais entre a praça e os edifícios adjacentes foram consideradas, sendo que os elementos de mobiliário urbano estão bem colocados e o espaço pessoal tanto dos utilizadores da praça como dos utilizadores do edifício foi preservado através da colocação por exemplo de bancos ou papelarias demasiado perto dos edifícios.	14	16	2	2	0
26)	A praça possui o número de assentos adequado ao uso da mesma.	8	16	7	3	0
27)	Os assentos conjugam as necessidades dos vários tipos de pessoas frequentadoras da praça.	7	17	5	5	0
28)	A localização dos bancos/zonas de descanso da praça respeita o facto das pessoas serem normalmente atraídas para locais onde possam ver outras pessoas a passar.	16	11	2	5	0
29)	Os bancos existentes são os mais adequados para o uso da praça, nomeadamente ao nível dos seus materiais e desenho.	7	12	10	5	0
30)	As obras de arte existentes são suficientes, mais concretamente o busto do Dr. Ramos Pereira.	17	11	3	2	1
31)	A localização do busto é adequada, neste caso voltado para o mar.	17	11	2	3	1
32)	A arte "diz algo" a uma grande proporção de público, em vez de a uma pequena elite.	10	16	4	2	2
33)	A fonte actualmente existente na praça está bem colocada.	22	9	2		1
34)	É adequada a localização da fonte.	20	7	2	3	2
35)	A fonte está à escala do espaço da praça.	20	8	2	3	1
36)	Foi oportuna a trasladação efectuada do fontanário centenário, anteriormente colocado no Monte do Calvário e que inicialmente já tinha sido colocado nesta praça.	20	8	1	4	1
37)	O fontanário está bem localizado.	21	10	0	2	1
38)	A fonte permite a interacção com as pessoas, nomeadamente a circulação da mesma no seu interior, etc..	20	9	1	4	0
39)	Os caixotes de lixo são em número suficiente em toda a praça para prevenir lixos de comida, papeis e recipientes.	11	14	4	5	0

Tabela nº6 – Afirmações e nº de respostas obtidas para o grupo V

Número de respostas obtidas para as opções de cada questão do grupo V

“Obras de Arte e Mobiliário Urbano”

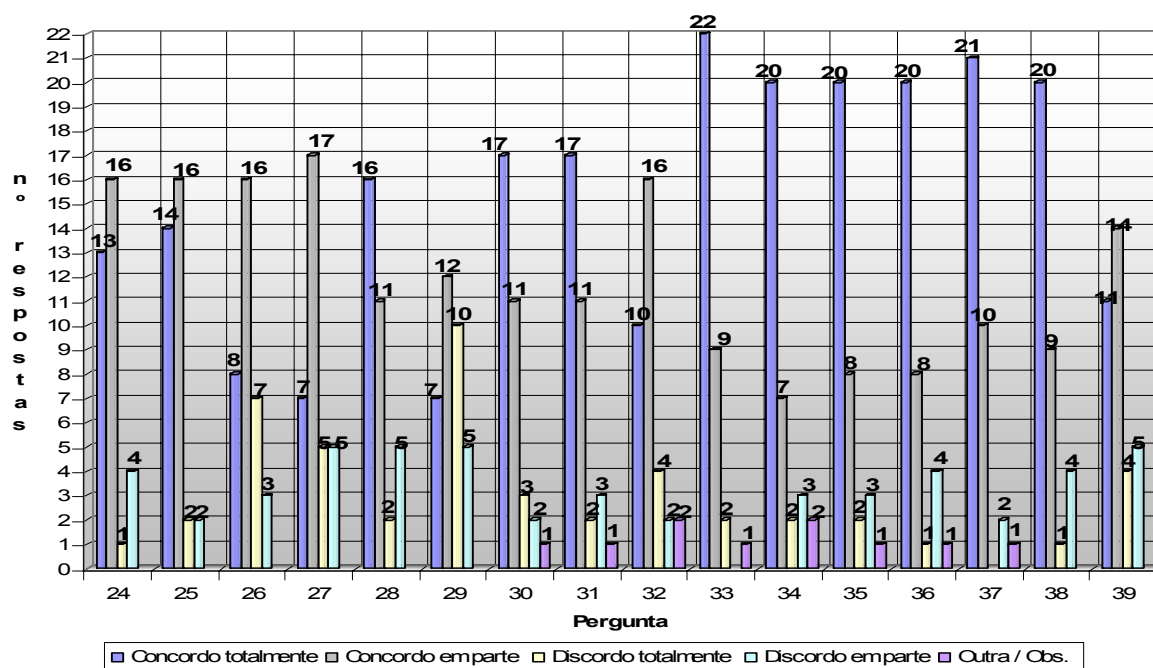


Gráfico n.º12 - N.º respostas obtidas para cada questão do grupo V

Valores acumulados do grupo V para cada uma das opções

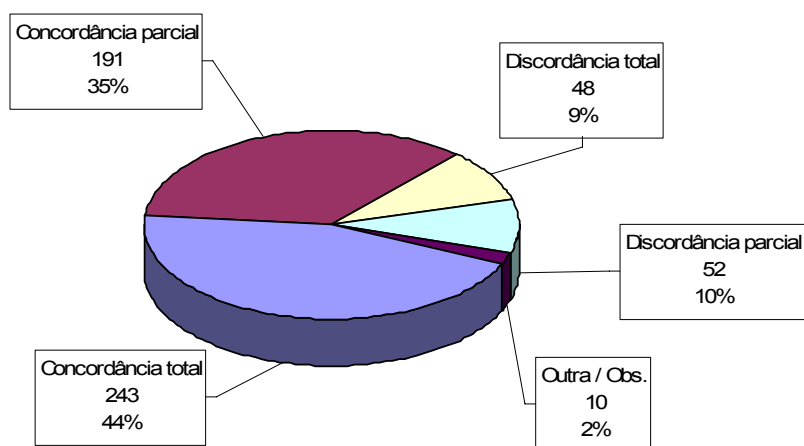


Gráfico n.º13 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo V

4.1.6 GRUPO VI – MOBILIDADE

No tocante à mobilidade e acessibilidades da praça, este espaço foi projectado sem mudanças de nível acentuadas e contemplando passeios pedonais com larguras aceitáveis bem como passagens para peões sobrelevadas, permitindo desta forma melhorar a circulação pedonal e a acessibilidade aos edifícios contíguos, visto terem sido praticamente eliminadas todas as barreiras anteriormente existentes entre a praça e os acessos pedonais no âmbito da intervenção recentemente efectuada em 2005.

Neste contexto, as questões colocadas no inquérito efectuado relacionadas com a mobilidade, obtiveram na sua maioria como resposta, a concordância dos inquiridos com a actual situação deste espaço público ao nível da circulação e respectivas acessibilidades, mais concretamente das 238 respostas recolhidas para as 7 questões colocadas neste grupo, 107 mereceram a concordância total e 84 parcial o que totaliza 191 respostas favoráveis à actual situação da praça ao nível da mobilidade dos seus utilizadores, ou seja, 80,25% das respostas recolhidas. Foram totalmente discordantes com o contexto das questões colocadas, 24 respostas, sendo que também 23 respostas dizem discordar parcialmente, o que totaliza 47 respostas discordantes com as questões colocadas no âmbito do presente grupo, ou seja 19,75% dos inquiridos. Numa análise mais aprofundada das respostas obtidas neste grupo, salienta-se que genericamente as opiniões são convergentes com a actual situação da praça relativamente a esta matéria, salientando-se o baixo número de opiniões discordantes bem como as respostas favoráveis, e quase que unânimes, às questões 40 a 45, onde ao longo das mesmas se afirma inequivocamente que a praça oferece boas condições de mobilidade aos seus utilizadores, nomeadamente através da existência de bons acessos pedonais, rampas adequadas e inexistência de mudanças drásticas de nível. Seguidamente apresenta-se um quadro com as questões e correspondentes respostas obtidas bem como dois gráficos que ilustram cada uma das referidas situações.

GRUPO VI – MOBILIDADE		Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo totalmente	Discordo em parte	Outra / Obs.
40)	A praça oferece boas condições de mobilidade, nomeadamente passeios com largura suficiente, boa transição passeios praça, ausência de barreiras incluindo mudanças de inclinações e desníveis.	21	7	1	5	0
41)	A praça possui bons acessos aos percursos pedonais envolventes e permite uma fácil acessibilidade aos estabelecimentos comerciais contíguos de modo a encorajar as pessoas a caminhar.	20	11	1	2	0
42)	São bons os acessos directos entre o passeio e as entradas dos edifícios e praça.	16	16	1	1	0
43)	A praça permite o fácil acesso a um café, banco, ou a alguma loja comercial periférica à mesma.	16	11	3	4	0
44)	A praça acomoda as necessidades dos incapacitados, das pessoas idosas, de pais com carrinhos de bebé e de vendedores com carros, nomeadamente ao nível da existência de rampas paralelas às escadas sempre que possível ou, permitem o acesso a todos os níveis através do nivelamento dos pavimentos.	15	12	3	4	0
45)	Nas mudanças de nível, foram usadas rampas adequadas para permitirem o acesso de pessoas incapacitadas, pessoas com carrinhos de bebé, etc.	16	16	1	1	0
46)	A praça possui alterações drásticas de nível entre a mesma e o passeio, que dificultem a utilização dos espaços.	3	11	14	6	0

Tabela nº7 – Afirmações e nº de respostas obtidas para o grupo VI

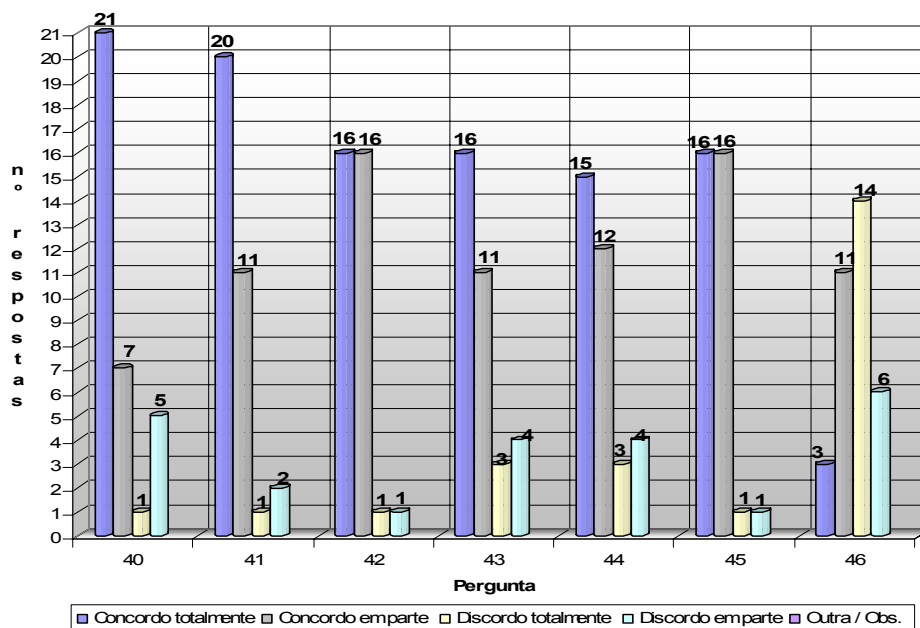
Número de respostas obtidas para as opções de cada questão do grupo VI “Mobilidade”

Gráfico n.º 14 - N.º respostas obtidas para cada questão do grupo VI

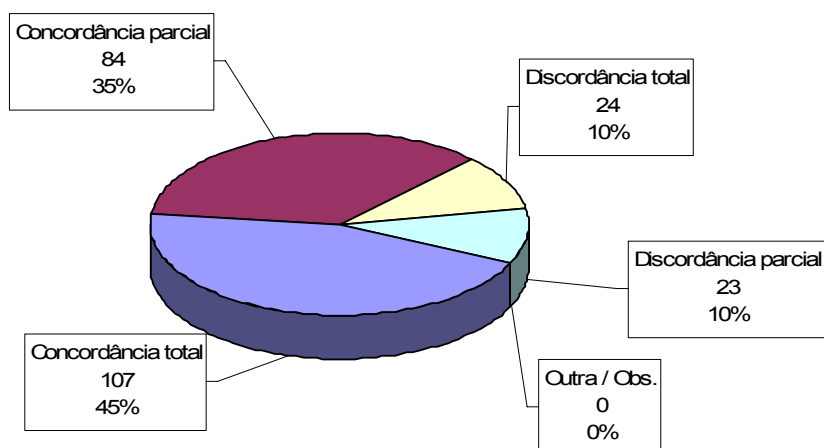
Valores acumulados do grupo VI para cada uma das opções

Gráfico n.º 15 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo VI

4.1.7 GRUPO VII - PAVIMENTOS

Relativamente aos pavimentos adoptados no projecto de reabilitação da Praça da República, salienta-se a grande extensão de lajedo de granito com 15cm de espessura, na cor cinza, aplicado em praticamente toda a área da praça onde também se inclui o adro da Capela de Nossa Senhora da Bonança e respectivos acessos pedonais da Rua 5 de Outubro e 31 de Janeiro, sendo que estes arruamento estão pavimentados em cubo de granito de 11cm de aresta. Nesta conformidade, as questões colocadas no inquérito efectuado relacionadas com os pavimentos executados, obtiveram na sua maioria como resposta, a concordância

significativa dos inquiridos com os materiais adoptados, mais concretamente das 204 respostas recolhidas para as 6 questões colocadas neste grupo, 114 mereceram a concordância total e 68 parcial o que totaliza 182 respostas favoráveis à actual situação da praça ao nível da mobilidade dos seus utilizadores, ou seja, 89,22% das respostas recolhidas. Foram totalmente discordantes com o contexto das questões colocadas, 10 respostas, sendo que também 12 respostas dizem discordar parcialmente, o que totaliza 22 respostas discordantes com as questões colocadas no âmbito do presente grupo, ou seja 10,78% dos inquiridos.

Numa análise mais detalhada das respostas obtidas neste grupo, salienta-se que genericamente as opiniões são convergentes com a actual situação da praça relativamente a esta matéria, salientando-se o baixo número de opiniões discordantes bem como as respostas favoráveis, e quase unânimes, às questões 49 a 52, onde ao longo das mesmas se afirma inequivocamente que a praça contempla pavimentos adequados, no que concerne aos materiais escolhidos bem como à sua aplicação e definições arquitectónicas da mesma.

Destaca-se contudo, a forte convicção dos inquiridos relativamente à necessidade de mais espaços verdes em detrimento de alguma área de pavimento granítico tal como já ficou patente no grupo relativo aos espaços verdes, e cuja ideia é reforçada nas respostas à questão 51, onde a totalidade dos inquiridos manifesta a sua concordância com a existência de mais áreas verdes em vez de pavimento granítico. Seguidamente apresenta-se um quadro com as questões e correspondentes respostas obtidas bem como dois gráficos que ilustram cada uma das referidas situações.

GRUPO VII – PAVIMENTOS		Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo totalmente	Discordo em parte	Outra / Obs.
47)	Os limites como mudanças de pavimento ou desníveis definem a praça como um espaço distinto do passeio sem transformar a praça num local visual e funcionalmente inacessível a transeuntes.	16	11	2	5	0
48)	São adequados os planos adoptados na implantação da nova praça, nomeadamente o plano da praça bem como do adro da igreja e a inserção dos mesmos através da escadaria existente.	15	14	4	1	0
49)	Os materiais aplicados no pavimento da praça, foram bem escolhidos, mais concretamente lajedo de granito.	21	11	1	1	0
50)	O pavimento adequa-se às necessidades da praça e de quem a frequenta.	22	6	1	5	0
51)	Deveriam existir mais espaços verdes em vez do pavimento granítico.	20	14	0	0	0
52)	As passagens para peões bem como os passeios pedonais adequam-se às necessidades dos transeuntes e da vila.	20	12	2	0	0

Tabela nº8 – Afirmações e nº de respostas obtidas para o grupo VII

Nº de respostas obtidas para as opções de cada questão do grupo VII “Pavimentos”

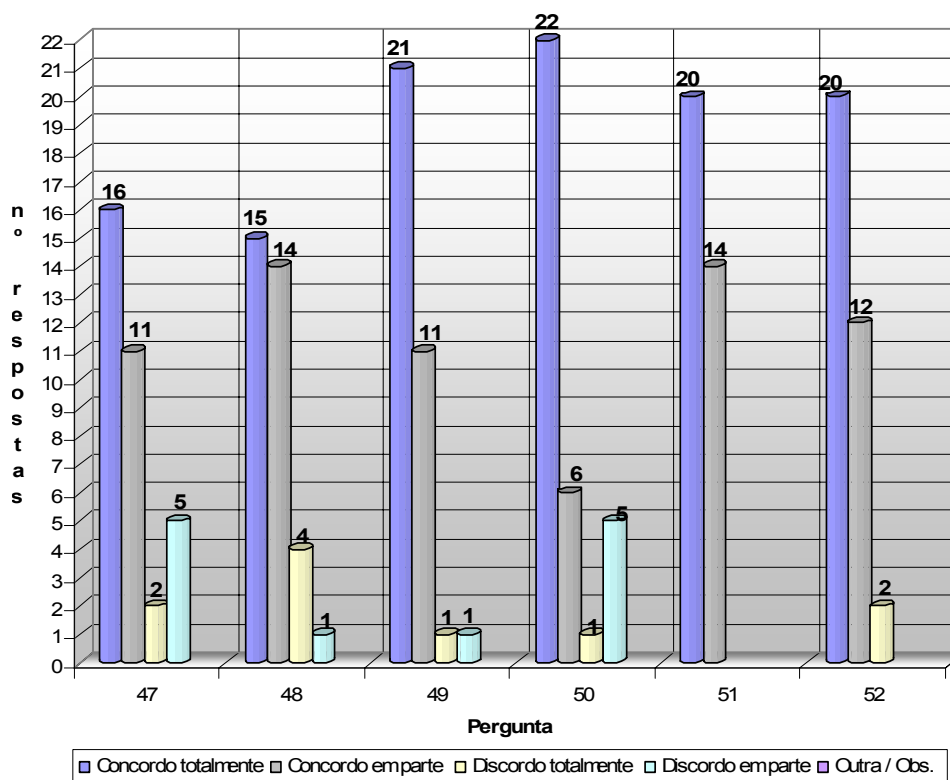


Gráfico nº16 - Nº respostas obtidas para cada questão do grupo VII

Valores acumulados do grupo VII para cada uma das opções

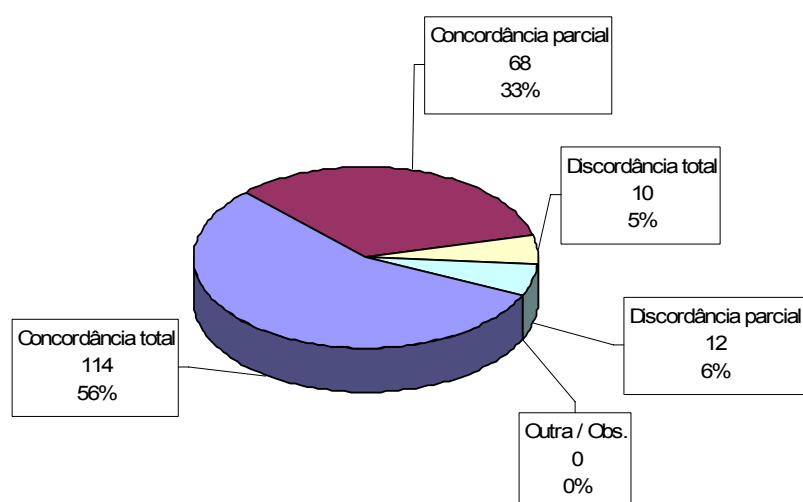


Gráfico nº17 – Valores acumulados por cada uma das opções de resposta no grupo VII

Respostas obtidos nos inquéritos

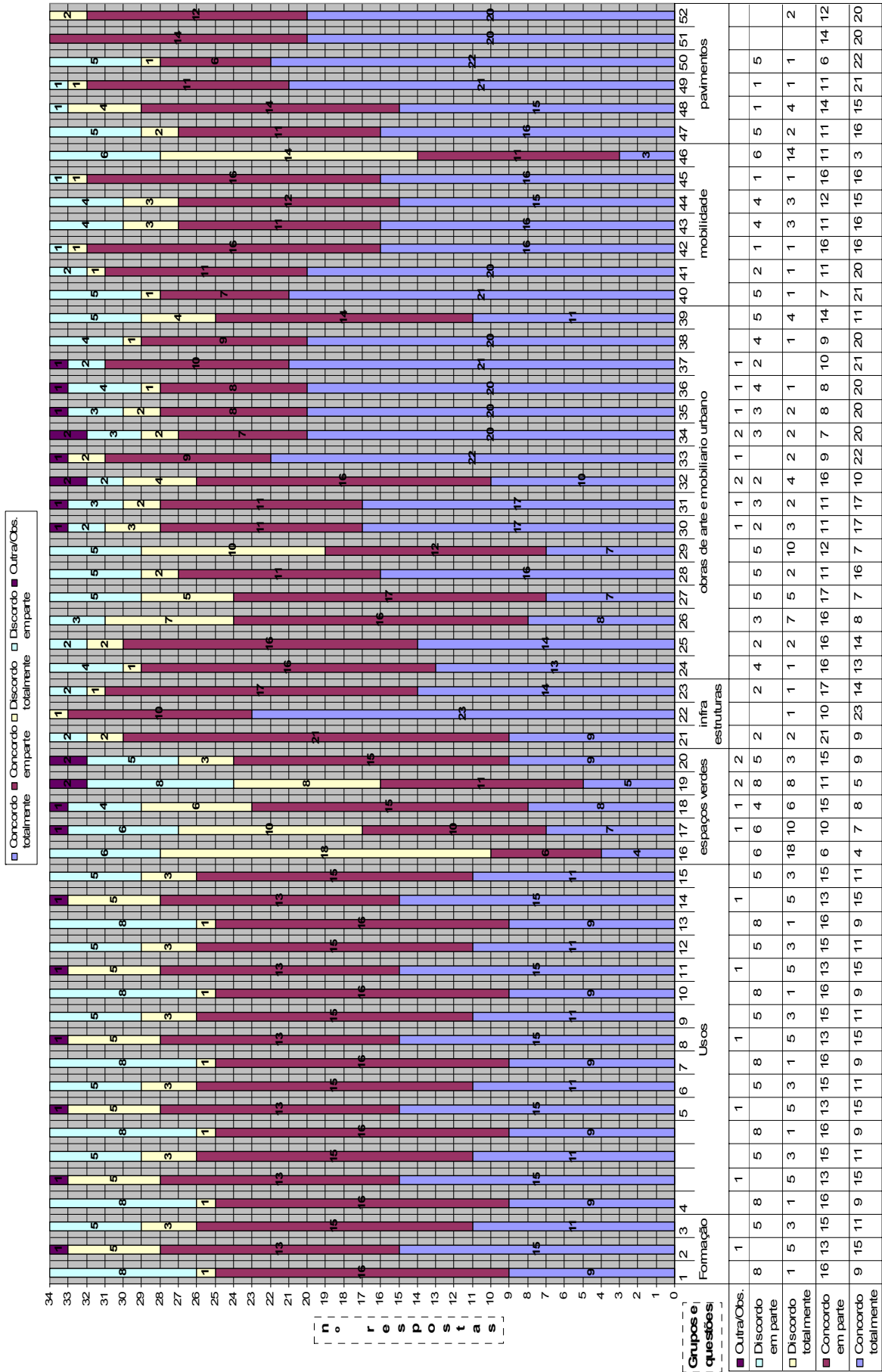


Gráfico nº18 - N° respostas obtidas por cada opção e para cada das questões do inquérito

4.1.8 SUGESTÕES DOS INQUIRIDOS

O inquérito elaborado no presente estudo contempla no final, um espaço destinado à redacção de eventuais sugestões inerentes às questões colocadas bem como a alterações que os inquiridos considerem ser necessárias, na Praça da República.

Nesta sequência, refere-se que apenas foram descritas sete sugestões e unicamente por elementos dos dois escalões etários mais baixos, salientando-se que em 4 situações, as propostas dizem respeito à adopção de mais espaços verdes, visto considerarem que este espaço público carece de vegetação. As restantes sugestões, são basicamente relacionadas com a beneficiação de alguns edifícios da envolvente, adopção de mobiliário urbano destinado a controlar a circulação automóvel e ainda a execução de uma rampa de acesso a pessoas com mobilidade condicionada à capela contígua à praça.

Seguidamente apresenta-se uma tabela que descreve as sugestões apresentadas bem como o perfil de quem as proferiu.

Escalão etário	Profissão	Residência	Motivo frequência	Número sugestões	Sugestões
15-24	estudante/estagiária	Em Vila Praia de Âncora concelho de Caminha	deslocação casa/trabalho	2	-Adopção de mais espaços verdes, pois a praça é monótona nas estações mais frias; - bancos deveriam ser de apenas uma frente voltada para a rua
25-44	engenheiro civil	Fora de Vila Praia de Âncora e fora do concelho de Caminha	lazer	1	- colocação de elementos físicos que impeçam o estacionamento e circulação automóvel sobre os passeios;
	engenhaira ambiente	Fora de Vila Praia de Âncora mas no concelho de Caminha	lazer	1	- adopção de mobiliário-tipo nas esplanadas apenas com variação de cor, para melhor identificação;
	arquitecta	Fora de Vila Praia de Âncora mas no concelho de Caminha	lazer	2	- Rever eventuais desníveis que ofereçam perigo; - Rever a escolha das espécies arbóreas.
	administrativo	Em Vila Praia de Âncora concelho de Caminha	deslocação casa/trabalho	2	-Adopção de mais espaços verdes; - Eliminar ou sinalizar degraus existente junto do busto e do fontanário.
	administrativa	Em Vila Praia de Âncora concelho de Caminha	lazer	2	-Adopção de mais espaços verdes bem como floreiras; - colocação de elementos físicos que impeçam o estacionamento e circulação automóvel sobre os passeios;
	domestica	Em Vila Praia de Âncora concelho de Caminha	compras	2	-Reabilitação de dois edifícios contíguos à praça que se apresentam bastante degradados; - Colocação de uma rampa de acesso à capela para pessoas com mobilidade reduzida.

Tabela nº9 – Sugestões apresentadas para melhoramento da Praça da República e características dos respectivos inquiridos

4.4 CONFLITOS E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

A participação pública no desenvolvimento de projectos e consequentes obras de urbanização de locais públicos, afigura-se como um aspecto fundamental, visto através da mesma poderem ser dados contributos e opiniões cruciais para o melhoramento e enriquecimento futuro destes espaços e simultaneamente dar satisfação às expectativas e necessidades dos seus utilizadores.

Neste contexto, refere-se que relativamente à requalificação da Praça da República, em Vila Praia de Âncora, existiram vários conflitos, desde a fase de concepção até à conclusão da respectiva obra, devido essencialmente à não concordância de alguns cidadãos com o projecto desenvolvido para este espaço, bem como devido à falta de participação pública alegada por alguns cidadãos locais. Assim, refere-se que inclusivamente foi efectuado um abaixo-assinado denominado “Contributos para a requalificação da Praça da República”, por “um grupo de amigos de Vila Praia de Âncora”, conforme designado pelos signatários, já em fase de execução da obra, com o intuito de expor a sua opinião acerca do projecto aprovado para a praça em apreço, e nesta sequência, proporem as alterações que julgam convenientes para o local, alegando que o documento resulta da falta de diálogo da respectiva autarquia, que na opinião do referido grupo não promoveu a necessária participação pública, especialmente da população ancorense.

Salienta-se que esta posição de alguns elementos, resulta não só do forte apego que a população possui relativamente a este espaço público, conforme referido na introdução do supracitado abaixo-assinado, onde é descrito que o local se trata de “um espaço nobre de Vila Praia de Âncora” e onde “os amigos se juntam, as pessoas festejam e os Ancorenses convivem” sendo “uma Praça muito querida para os Ancorenses”, mas também pela necessidade reconhecida por todos de se proceder à requalificação deste espaço, pela qual se aguardava há vários anos, e necessariamente poderem dar o seu contributo através da discussão pública do respectivo projecto, que no entendimento de algumas pessoas não foi devidamente efectuada, sendo que com base nesta conjuntura a obra de requalificação deste espaço foi bastantes polémica desde a sua concepção até à conclusão física.

Neste contexto, refere-se que tal documento foi assinado por 79 pessoas, ressaltando do seu conteúdo, que o grupo subscritor, entende que a arquitectura e o mobiliário do actual projecto implementado, não respeitam as memórias locais nem “tem qualquer relacionamento histórico com o passa da praça” bem como a obra não previu a eliminação do trânsito neste local. Na percepção dos signatários, faltam elementos na praça que simbolizem a cultura do

povo ancorense, desde sempre voltada para o mar através da predominante actividade piscatória desta localidade.

Neste âmbito, foram propostas várias alterações ao respectivo projecto, sendo que 3 destas situações já estavam contempladas no mesmo, nomeadamente a adopção de carvalhos nas espécies arbóreas bem como pavimentação da totalidade da área intervencionada em granito e ainda uma zona de esplanadas.

Refere-se contudo, que as restantes reivindicações deste grupo de pessoas, resumem-se à implementação de elementos figurativos que na perspectiva dos mesmos, retratam a cultura e história de Vila Praia de Âncora, fundamentalmente em homenagem aos pescadores, pedreiros e ao Almirante Ramos Pereira, nomeadamente:

- Adro da igreja em forma de vela e desenho da calçada sugerindo o movimento das ondas, em homenagem aos pescadores;
- Eliminação do trânsito e estacionamento na Rua 5 de Outubro e 31 de Janeiro, exceptuando cargas, descargas e acesso a moradores;
- Colocação de 10 bancos em granito em homenagem aos pedreiros e canteiros;
- Plantação de 5 japoneiras simbolizando as cinco quinas da bandeira nacional;
- Busto do Almirante Ramos Pereira inserido num jogo de água com 25 ondas;
- Recolocação do fontanário anteriormente existente na praça e colocado no Monte do Calvário com água a cair numa taça, com uma figura lateral de uma mulher com um cântaro em bronze, em homenagem às mulheres;

Nesta conformidade, o arquitecto projectista da nova Praça da República entendeu por bem, responder às propostas efectuadas, referindo inicialmente que a participação pública no projecto da praça foi promovida e que ele próprio sempre se mostrou disponível para tal, tendo aliás várias vezes discutido publicamente o seu projecto, sempre que a autarquia o solicitou para tal efeito.

Relativamente às propostas arquitectónicas apresentadas, o arquitecto projectista limitou-se a responder ao facto de não ter optado pela eliminação do trânsito, justificando tal decisão com a imprescindibilidade de mater pelo menos o sentido Norte-Sul, por se tratar de um eixo fundamental na estruturação da circulação rodoviária interna da vila, particularmente no tocante à acessibilidade dos estabelecimentos comerciais que se localizam na praça e sua envolvente.

Foi também objecto de resposta, a solicitação para recolocação do fontanário público anteriormente existente na Praça da República e entretanto colocado no Monte do Calvário, tendo o arquitecto projectista considerado pertinente a pretensão dos signatários, frisando contudo que após análise de todas as sugestões, esta seria a única que considerou oportuna.

Actualmente, o fontanário está colocado precisamente no mesmo local onde se encontrava antes de ser deslocado para o Monte do Calvário, alegadamente em respeito pelas memórias locais e segundo as orientações do arquitecto projectista.

Nesta conformidade, e falando com conhecimento de causa na qualidade de representante do dono da obra de requalificação da Praça da República e responsável pela fiscalização da mesma, refiro que esta intervenção esteve sempre envolta em grande polémica, onde desde a sua concepção até à sua execução física existiram constantemente alguns grupos de opinião bastante críticos ao projecto implementado, e que tudo intentaram para bloquear a intervenção efectuada. Porém, importa ressaltar que actualmente, mesmo alguns destes críticos já emitem opiniões favoráveis à actual configuração da Praça da República, sendo esta também a convicção da generalidade da população ancorense, comprovada pela pequena amostra que se obteve no inquérito elaborado neste estudo.

Salienta-se que durante a execução da obra, era comum a presença de várias pessoas locais no espaço intervencionado mesmo durante o período nocturno, com o objectivo de verificar o decurso dos trabalhos e fundamentalmente criticarem os aspectos que consideravam inadequados no projecto, sendo normal ouvir várias críticas durante o período de laboração e fundamentalmente aquando das visitas dos responsáveis pela obra. A polémica envolveu sempre esta obra, ao ponto de algumas das críticas serem publicadas em jornais de tiragem nacional

4.5 ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS OBTIDOS

Numa visão geral dos resultados obtidos no inquérito e apresentados anteriormente, rapidamente se conclui que a maioria dos inquiridos concorda com a Praça da República actualmente existente, após a requalificação efectuada em 2005, mais concretamente 78,76% das respostas recolhidas concordam parcial ou totalmente com o projecto definido e implementado neste espaço público, nomeadamente ao nível da sua formação, usos, espaços verdes, infra-estruturas, obras de arte e mobiliário urbano, mobilidade e pavimentos. Neste contexto, das 1860 respostas obtidas para as 55 questões colocadas (51 questões e 4 alíneas na questão 4), 834 mereceram a concordância total correspondendo a 44,84% e 631 recolheram a concordância parcial que equivale a 33,92%.

Salienta-se também a forte expressividade destes resultados, atendendo ao facto de 26 dos 34 inquiridos serem residentes no concelho de Caminha e, portanto, na zona envolvente ao local em análise, deduzindo-se que conhecem bem o mesmo, sendo que destas 26 pessoas 16 são moradores em Vila Praia de Âncora.

No que concerne ao aspectos mais polémicos e controversos da praça, destaca-se a reivindicação desde sempre manifestada pelos utilizadores relativamente à insuficiente área de espaços verdes adoptada, tendo também esta situação sido expressa no inquérito efectuado. Em contraponto, os inquiridos responderam com forte expressão que concordam com o pavimento implementado, considerando mesmo que se trata de uma boa escolha arquitectónica, o que efectivamente não deixa de ser controverso face à manifesta necessidade dos utilizadores em substituir algum deste pavimento granítico por áreas verdes. Evidencia-se também a expressiva concordância revelada pelas respostas dos inquiridos relativamente aos elementos salientes da praça, nomeadamente a fonte de pavimento, o fontanário público e a localização do busto do almirante Ramos Pereira; sendo que estes dois últimos elementos foram também objecto de apreciação no âmbito da solicitação efectuada por um grupo de utilizadores durante a execução da obra e, neste contexto, foi conferida satisfação e oportunidade de participação pública na execução da mesma.

Salienta-se também que os utilizadores, concordam tão manifestamente com a actual configuração arquitectónica da praça que consideram que a aplicação de mais equipamentos ou mobiliário urbano com dimensão considerável, embora possa eventualmente trazer benefícios ao nível da funcionalidade e prestação de serviços, não será uma solução aceitável do ponto de vista estético, concluindo-se mesmo que os inquiridos preferem a actual Praça da República, tal como ela se encontra.

Em suma, os resultados obtidos espelham a opinião dos utilizadores, não só dos inquiridos mas dos utilizadores em geral, pois no terreno é possível, em conversa com algumas pessoas que não responderam ao inquérito, confirmar que o principal ponto de discórdia reside na insuficiente área de espaços verdes da praça, considerando ainda que na generalidade a praça está bem concebida e propícia o convívio social e estada, tratando-se actualmente de um local vocacionado para o lazer e actividades ao ar livre, contrariamente ao que anteriormente acontecia. Nesta sequência, e reportando-se agora à participação pública no projecto e execução da praça da República e tendo como base, o abaixo-assinado apresentado por um “grupo de amigos” aludido no ponto anterior, conclui-se “à posterior” que o mesmo não faz grande sentido, pois a população em geral concorda com a actual conjuntura da praça e portanto muito provavelmente as propostas apresentadas no mesmo não seriam bem aceites, pois são completamente diferentes da situação actualmente existente, com excepção da solicitação para recolocação do fontanário público, à qual foi dada satisfação pelo arquitecto projectista e cuja alteração merece a aprovação dos inquiridos.

5

CONCLUSÃO

5.1 CONCLUSÕES GERAIS

No âmbito do presente estudo, o espaço público surge limitado não só à análise dos factores qualitativos, mas também das dimensões humanas do mesmo, ao nível dos direitos, necessidades e expectativas dos utilizadores, como orientação nos processos de composição, de uso e de manutenção de um espaço sustentável e de qualidade superior, possibilitando a satisfação de todas as necessidades dos seus utilizadores.

A qualidade dos espaços públicos depende assim de vários factores, nomeadamente arquitectónicos, tipológicos e de uso, culturais, históricos, etc., interferindo de uma forma muito próxima com a qualidade de vida dos cidadãos, mais concretamente dos seus utilizadores, pois passam nestes espaços, um período considerável da sua existência. Neste contexto, é fundamental que estes locais, onde se inserem as praças, satisfaçam a generalidade das necessidades dos seus utilizadores, através da adopção de um conjunto de características que cativem as pessoas a permanecerem nos mesmos. Esta qualidade é obtida através de um processo gradual e evolutivo, uma vez que estes locais estão permanentemente em modificação, sendo que as políticas municipais e o planeamento do território, contribuem enormemente para a oscilação da qualidade na generalidade destes espaços. Assim, a avaliação da qualidade dos espaços públicos tem que ter em conta os factores qualitativos e quantitativos da urbanização dos mesmos, nomeadamente ao nível das condições oferecidas aos utilizadores, pois criar espaços públicos de qualidade superior, não se reduz à reabilitação dos antigos, embora que com estas situações se possa aprender bastante.

Por conseguinte, nesta dissertação procurou-se investigar se o projecto implementado na recente reabilitação da Praça da República em Vila Praia de Âncora, corresponde às expectativas e necessidades dos seus utilizadores e, consequentemente, aferir eventuais alterações que os mesmos julguem por convenientes bem como apurar se este mesmo projecto teve em consideração as memórias antigas e a necessária participação pública.

Para tal efeito analisaram-se urbanisticamente as duas maiores praças do concelho de Caminha, nomeadamente a Praça Conselheiro Silva Torres em Caminha e a Praça da

República em Vila Praia de Âncora, tendo como objecto de estudo, sete aspectos definidos previamente na metodologia de análise adoptada. Esta metodologia teve por base, a elaboração de inquérito aos utilizadores da praça, através da técnica *focus group*, e que permitiu obter respostas para tratamento estatístico com o objectivo de aferir a opinião das pessoas relativamente ao projecto actualmente implementado no local.

Desta forma, conclui-se que genericamente a população concorda com o projecto recentemente executado no âmbito da reabilitação da Praça da República e, inclusivamente, acha que não será benéfica qualquer modificação arquitectónica ou colocação de elementos de mobiliário urbano de grandes dimensões. Assim, 78,76% das respostas recolhidas concordam parcial ou totalmente com a actual Praça da República, ao nível dos sete critérios definidos para análise da mesma, nomeadamente, formação, usos, espaços verdes, infra-estruturas, obras de arte e mobiliário urbano, mobilidade e pavimentos, sendo que 44,84% das respostas obtidas mereceram a concordância total dos inquiridos enquanto 33,92% recolheram a concordância parcial.

No tocante a cada um destes critérios que são também simultaneamente temas dos grupos de perguntas do inquérito, conclui-se genericamente que as infra-estruturas existentes bem como os pavimentos são os aspectos que maior aceitação obtiveram por parte dos inquiridos, cabendo aos espaços verdes, a maior percentagem de discordantes, ou seja, muito próxima das opiniões favoráveis e neste perspectiva é este ponto o que mais controvérsia gera nos frequentadores deste espaço, conforme se pode comprovar através das sugestões apresentadas que no computo geral, se reportam à implementação de mais área verde na praça. Nesta sequência, resumem-se de seguida as percentagens obtidas para cada um dos critérios de análise definidos:

- Formação: 77,45% de concordância e 21,57% de discordância;
- Usos: 70,39% de concordância e 20,98% de discordância;
- Espaços Verdes: 56,25% de concordância e 46,25% de discordância;
- Infra-estruturas: 92,16% de concordância e 7,84% de discordância;
- Obras de arte e mobiliário urbano: 79,78% de concordância e 18,38% de discordância;
- Mobilidade: 80,25% de concordância e 19,75% de discordância;
- Pavimentos: 89,22% de concordância e 10,78% de discordância;

Salienta-se, ainda, a grande aceitação quase unânime dos inquiridos relativamente aos elementos que envolvem o uso de água, nomeadamente a fonte de pavimento e o fontanário público, que correspondem integralmente à expectativa dos inquiridos, evidenciando também que a agradabilidade de um espaço desta natureza está directamente relacionada com a presença de mobiliário urbano e elementos que cativem os transeuntes.

Esta conjuntura, permite também aferir com grande percentagem de certeza, que foram levadas em consideração, no projecto de concepção, as memórias locais bem como as opiniões do público em geral, pelo que à semelhança do que foi afirmado pelo arquitecto projectista, se constata que foi efectuada a necessária participação pública no desenvolvimento do respectivo projecto, contrariamente ao invocado por algumas pessoas e que tanta polémica gerou em torno desta obra.

Pelo mencionado anteriormente, constata-se efectivamente que este local se trata de um espaço público que satisfaz as exigências dos seus utilizadores, pelas condições que actualmente possui, essencialmente direccionadas para o lazer e estada das pessoas que a ele acedem, tratando-se assim de um espaço de estada por excelência, e provavelmente o local melhor equipado de Vila Praia de Âncora para este fim. Este local está assim em consonância com a opinião de Brandão Alves (2003) descrita no ponto 2.3, que refere que a praça é por excelência, o espaço de recepção ou de estadia melhor equipado da cidade. E está em contraponto com Saldanha que cita que as actuais praças se vêem reduzidas a meros espaços de estacionamento ou a cruzamentos de vias indiferenciados. Efectivamente, a Praça da República retratava-se nesta situação antes das obras de reabilitação, contudo actualmente o uso da praça é completamente diferente e voltado para o convívio social, onde o automóvel perdeu o protagonismo de outros tempos.

A actual situação da Praça da República, permite também concluir que a opinião de Placanica (1995) referida no ponto 2.3.2, não se reflecte neste espaço público, visto o mesmo tratar-se de uma praça contemporânea e cada vez mais possibilitar a permanência e reunião dos seus frequentadores, não se reduzindo a um local inanimado ou de passagem mas antes pelo contrário, facultar condições propícias à vivência e convívio sociais. Tal reflexão repete-se relativamente à opinião proferida por Cunha (2001), onde o mesmo afirma que nos espaços públicos actuais persiste a lógica capitalista, e neste contexto, o espaço livre é encarado como espaço desperdiçado e economicamente inconveniente, pelo que, face ao mencionado neste estudo concluo que esta opinião não corresponde á actual Praça da República, uma vez que para além de não ser um local desperdiçado, foi objecto de um grande investimento, que já era aguardado pela população local há vários anos e, portanto, é encarado como um espaço reabilitado e não “desperdiçado” bem como economicamente conveniente, pois faculta melhores condições para o comércio local, actividades lúdicas e animação.

Finalmente, considero que os objectivos propostos no início deste estudo foram atingidos, pois para além de se analisarem as duas praças mais importantes do concelho de Caminha, procurou-se também desenvolver uma metodologia de avaliação de um espaço público

actualmente requalificado, segundo critérios previamente definidos e através da elaboração de um questionário. Através da respectiva análise estatística dos resultados foi possível apurar qualitativa e quantitativamente se este espaço foi concebido e executado em consonância com as opiniões dos seus utilizadores e mediante as expectativas e as exigências dos mesmos.

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO

Para situações futuras de carácter similar à apresentada no estudo de caso deste trabalho, será recomendável a elaboração de um inquérito idêntico ao efectuado no capítulo 4, por parte das entidades promotoras e respectivos projectistas, direccionado à população em geral, e numa fase inicial do processo de elaboração do respectivo projecto da intervenção a efectuado, por forma a permitir apurar antecipadamente as opiniões e perspectivas dos utilizadores do espaço a intervir, nomeadamente ao nível da preservação de memórias antigas bem como das próprias definições arquitectónicas do local, atribuição dos diferentes usos, escolha de materiais, implementação de zonas verdes, obras de arte, mobiliário urbano, etc.

Este procedimento será tanto mais importante, quanto maior for o significado para a população local, do espaço público a executar ou a requalificar, garantindo-se assim a participação pública no processo de concepção/execução, permitindo satisfazer as exigências e necessidades dos utilizadores destes tipo de espaços e evitar, muito provavelmente, numa fase mais avançada do referido processo, mais concretamente em fase de execução da respectiva obra, eventuais divergências e conflitos que em nada favorecem o desenrolar dos trabalhos bem como a relação entre os utilizadores do local e ainda entre a população discordante e o dono de obra, que nestes casos são geralmente as autarquias locais. Neste contexto, as intervenções neste tipo de espaços, deverão ser efectuadas em associação com os utilizadores, sendo o diálogo entre os intervenientes, o melhor meio para obtenção de um produto final de qualidade e consonância com a maioria das pessoas e suas naturais exigências.

Contudo, a recomendação atrás efectuada só faz sentido, se existirem pelo menos, intenções de criação ou reabilitação dos espaços públicos, pelo que nesta perspectiva, será também recomendável que ao nível do poder político e decisor, se proceda cada vez mais à requalificação dos inúmeros locais deste tipo bem como fomentem a adopção dos mesmos nos novos projectos, visto existirem locais que necessitam urgentemente de obras e que possuem um património arquitectónico invejável, sendo muitas vezes destruídos ou pura e simplesmente deixados ao abandono, por parte das entidades que os tutelam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, F. M. B. (2003) – *Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Ministério da Ciência e Ensino Superior.
- AMADO, M. P. (2005) – *Planeamento urbano Sustentável*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- ARROYO, J. (2007) – *Bordas e espaço público. Fronteiras internas na cidade democrática*, in www.vitruvios.com.br/arquitextos
- AZEVEDO, J. (2003) – *Uma visita ao Concelho de Caminha com o bilhete postal ilustrado da primeira metade do séc. XX*. Caminha: Câmara Municipal de Caminha.
- BORJA, J. (2006) – *Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio*, in www.vitruvios.com.br/arquitextos
- BRANCO, J. P. (1993) – *Dicionário Técnico de Construção Civil*, Queluz: Cooptécnica
- CADILHA, S. (2002) – *Caminha: Evolução histórica urbana*. Caminha: GTL
- CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA (1985) – *Reabilitação da zona histórica de Caminha – Processo da empreitada*. Caminha.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA (1990) – *Interceptor de Vila Praia de Âncora – Processo da empreitada*. Caminha.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA (1995) – *Plano Director Municipal de Caminha*. Caminha.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA (2005) – *Reabilitação da Praça da República – Processo da empreitada*. Caminha.

- DGOTDU (1995) – *Vocabulário Urbanístico*. Lisboa: DGOTDU

- DIAS, F. (2005) – *O Desafio do espaço público nas cidades do séc. XXI*, in www.vitruvios.com.br/arquitextos

- GUERRA, I. S. (2007) – *Uma Praça não é um cruzamento*. Guimarães: Universidade do Minho.

- KOSTOFF, S. (1992) – *The City Assembled*, London: Thames and Hudson

- LOBO, C. et al. (1999, 1993, 1991, 1990) – *Normas Urbanísticas* – Volume I, II, III e IV, UTL, Lisboa: DGOTDU

- LOURENÇO, J. M. (2003) – *Expansão Urbana: Gestão de Planos-Processo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Ministério da Ciência e Ensino Superior.

- LYNCH, K. (1982) – *A Imagem da cidade*, Trad. Maria Cristina Tavares Afonso Lisboa: Arte & Comunicação

- MARCUS, C. C.; FRANCIS, C. (1990) – *Peoples Places. Design guidelines for urban space*. New York: Van Nostrand Reinhold

- PAIO, A. C. R.; VALLA, M.; CUNHA, L. et al. (2001) – *A Praça da Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte

- PEREIRA, J. L. (2007) – *Análise de Praças e seus elementos*. Guimarães: Universidade do Minho.

- PLACANICA, A. (1995) – *La piazza come sapzio físico e come allusione sociale*, in *Vital Marina*. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane

- REGO, A. B.; FONTE, T. (2005) – *1ªs Jornadas de história, ambiente e urbanismo de Vila Praia de Âncora*. Vila Praia de Âncora: Junta de freguesia de Vila Praia de Âncora.

- RIBEIRO, R. J. C. G. (2007) – *Políticas Urbanas e Inovação: O Caso do Município de Chaves (Tese de Mestrado)*. Braga: Universidade do Minho.
- SALDANHA, N. (1993) – *O Jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica..* São Paulo: EDUSP.
- SERDOURA, F. M. C. (2006) – *Espaço Público, Vida Pública: O Caso do Parque das Nações (Tese de Doutoramento)*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- SITTE, C. (1992) – *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, Trad. Ricardo Ferreira Henrique, São Paulo: Ática
- TEIXEIRA, M.; VALLA, M. (1999) – *O urbanismo português, séculos XIII-XVIII..* Lisboa: Portugal-Brasil
- VASCONCELOS, D. (2000) – *Toponímia de Vila Praia de Âncora*. Vila Praia de Âncora: Órgãos Autárquicos de Vila Praia de Âncora.
- VASCONCELOS, J. M. DE P. (1999) – *Roteiro do Vale do Âncora 2ª Edição*. Vila Praia de Âncora: Helvética.
- WEBB, M. (1990) – *The City Square*, London: Thames and Hudson

Sítios

- <http://www.cm-caminha.pt>
- <http://www.dgotdu.pt>
- <http://www.infopedia.pt>
- http://www.rleducacao.ulusofona.pt/arquivo_revists/educacao05/pdf05/artigos_carla_galego-albertogomes.pdf
- <http://www.vitruvios.com.br/arquitextos>
- http://www.wikipedia.org/wiki/focus_groups

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO SOBRE A PRAÇA DA REPÚBLICA EM VILA PRAIA DE ÂNCORA					
Nome:					
Idade: 15 - 24 25 - 44 45 - 64 65 ou mais					
Profissão:					
Localidade de residência:					
Data:					
Porque razão se encontra, ou costuma frequentar esta praça?					
Lazer Deslocação obrigatória casa / trabalho compras serviços					
		Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo totalmente	Discordo em parte
					Outra/ Obs.
GRUPO I – FORMAÇÃO					
1)	Os edifícios existentes na envolvente da praça constituem uma mais valia, e contribuem para o enriquecimento do local.				
2)	A praça está devidamente projectada em termos de espaço público e dos sub-espaços, como por exemplo o adro da igreja.				
3)	Os sub espaços são separados uns dos outros sem criar em nenhum deles uma sensação de isolamento nos utilizadores.				
GRUPO II – USOS					
4)	A praça está localizada onde uma diversidade de pessoas pode usá-la, nomeadamente:				
	Trabalhadores da zona,				
	Habitantes da Vila				
	Turistas,				
	Consumidores no comércio local.				
5)	O clima local fomenta o uso da praça.				
6)	O projecto da praça responde às diferenças entre a preferência predominante dos homens por um ambiente público e o desejo de muitas mulheres por uma atmosfera mais relaxada e segura.				
7)	A praça possui animação suficiente, nomeadamente através do uso das esplanadas e cafés.				
8)	As esplanadas dos cafés apresentam características para atrair os transeuntes.				
9)	A praça potencia a circulação pedonal no centro da vila.				
10)	A praça propicia a tendência dos transeuntes de andarem no centro do espaço.				
11)	São adequados os estabelecimentos comerciais existentes.				
12)	Era benéfica a colocação de algum estabelecimento, mesmo que amovível, no espaço da praça, tais como pequenos quiosques, bar, etc..				

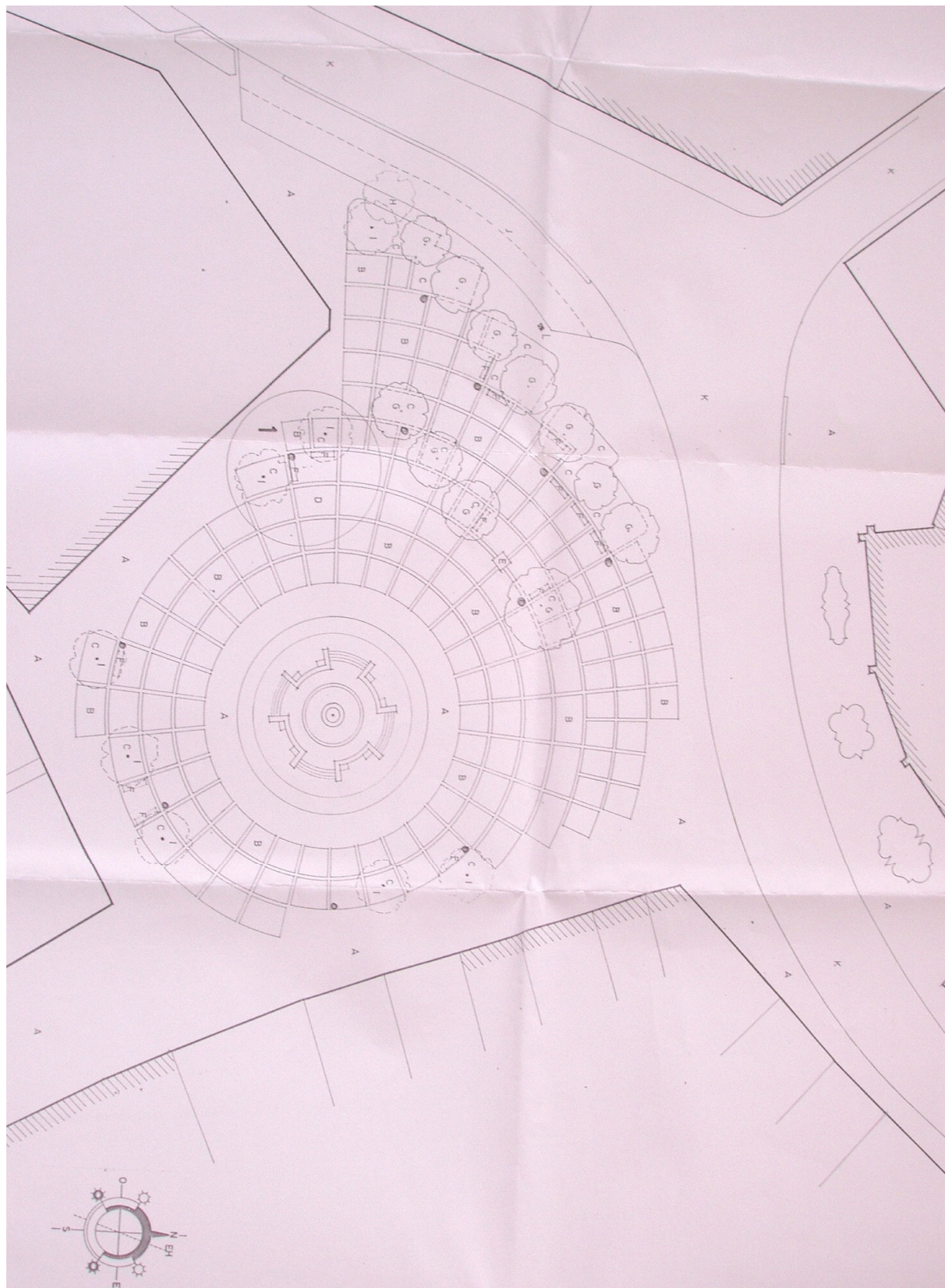
13)	São suficientes os locais públicos existentes na praça para beber, utilização de telefones, etc..					
14)	É oportuna a colocação de casas de banho públicas na praça.					
15)	Há locais na praça para anunciar horários de eventos e avisos, de modo que sejam facilmente visíveis pelos utilizadores da praça.					
GRUPO III – ESPAÇOS VERDES						
16)	Os espaços verdes da praça são suficientes.					
17)	São adequadas as árvores colocadas na praça.					
18)	Os locais estão bem definidos para colocação das árvores.					
19)	É suficiente o número de floreiras dispersas pela praça.					
20)	Foi bem escolhido o desenho das floreiras colocadas na praça.					
GRUPO IV – INFRA-ESTRUTURAS						
21)	O projecto da praça incorporou uma larga variedade de infra-estruturas nomeadamente ao nível das formas, cores, texturas bem como fontes, esculturas, vários lugares para sentar-se, recanto e esquinas, plantas e arbustos, mudanças de nível, redes de drenagem, etc.					
22)	A praça é um local com boas condições para a estada e vivência social, nomeadamente ao nível das infra-estruturas existentes, em épocas que permitam o convívio ao ar livre como por exemplo no Verão.					
23)	A praça tem condições físicas para permitir a realização de eventos, como exposições temporárias, concertos e peças de teatro.					
GRUPO V – OBRAS DE ARTE E MOBILIÁRIO URBANO						
24)	O mobiliário urbano é suficiente para encorajar as pessoas a parar e repousar na praça, entre os quais elementos focais atractivos tais como bancos, papeleiras, obras de arte, fontes, etc..					
25)	As transições visuais e funcionais entre a praça e os edifícios adjacentes foram consideradas, sendo que os elementos de mobiliário urbano estão bem colocados e o espaço pessoal tanto dos utilizadores da praça como dos utilizadores do edifício foi preservado através da colocação por exemplo de bancos ou papeleiras demasiado perto dos edifícios.					
26)	A praça possui o número de assentos					

	adequado ao uso da mesma.					
27)	Os assentos conjugam as necessidades dos vários tipos de pessoas frequentadoras da praça.					
28)	A localização dos bancos/zonas de descanso da praça respeita o facto das pessoas serem normalmente atraídas para locais onde possam ver outras pessoas a passar.					
29)	Os bancos existentes são os mais adequados para o uso da praça, nomeadamente ao nível dos seus materiais e desenho.					
30)	As obras de arte existentes são suficientes, mais concretamente o busto do Dr. Ramos Pereira.					
31)	A localização do busto é adequada, neste caso voltado para o mar.					
32)	A arte "diz algo" a uma grande proporção de público, em vez de a uma pequena elite.					
33)	A fonte actualmente existente na praça está bem colocada.					
34)	É adequada a localização da fonte.					
35)	A fonte está à escala do espaço da praça.					
36)	Foi oportuna a trasladação efectuada do fontanário centenário, anteriormente colocado no Monte do Calvário e que inicialmente já tinha sido colocado nesta praça.					
37)	O fontanário está bem localizado.					
38)	A fonte permite a interacção com as pessoas, nomeadamente a circulação da mesma no seu interior, etc..					
39)	Os caixotes de lixo são em número suficiente em toda a praça para prevenir lixos de comida, papéis e recipientes.					
GRUPO VI – MOBILIDADE						
40)	A praça oferece boas condições de mobilidade, nomeadamente passeios com largura suficiente, boa transição passeios praça, ausência de barreiras incluindo mudanças de inclinações e desníveis.					
41)	A praça possui bons acessos aos percursos pedonais envolventes e permite uma fácil acessibilidade aos estabelecimentos comerciais contíguos de modo a encorajar as pessoas a caminhar.					
42)	São bons os acessos directos entre o passeio e as entradas dos edificios e praça.					
43)	A praça permite o fácil acesso a um café, banco, ou a alguma loja comercial periférica à mesma.					
44)	A praça acomoda as necessidades dos incapacitados, das pessoas idosas, de pais com carrinhos de bebé e de vendedores com carros, nomeadamente ao nível da existência de rampas paralelas às escadas					

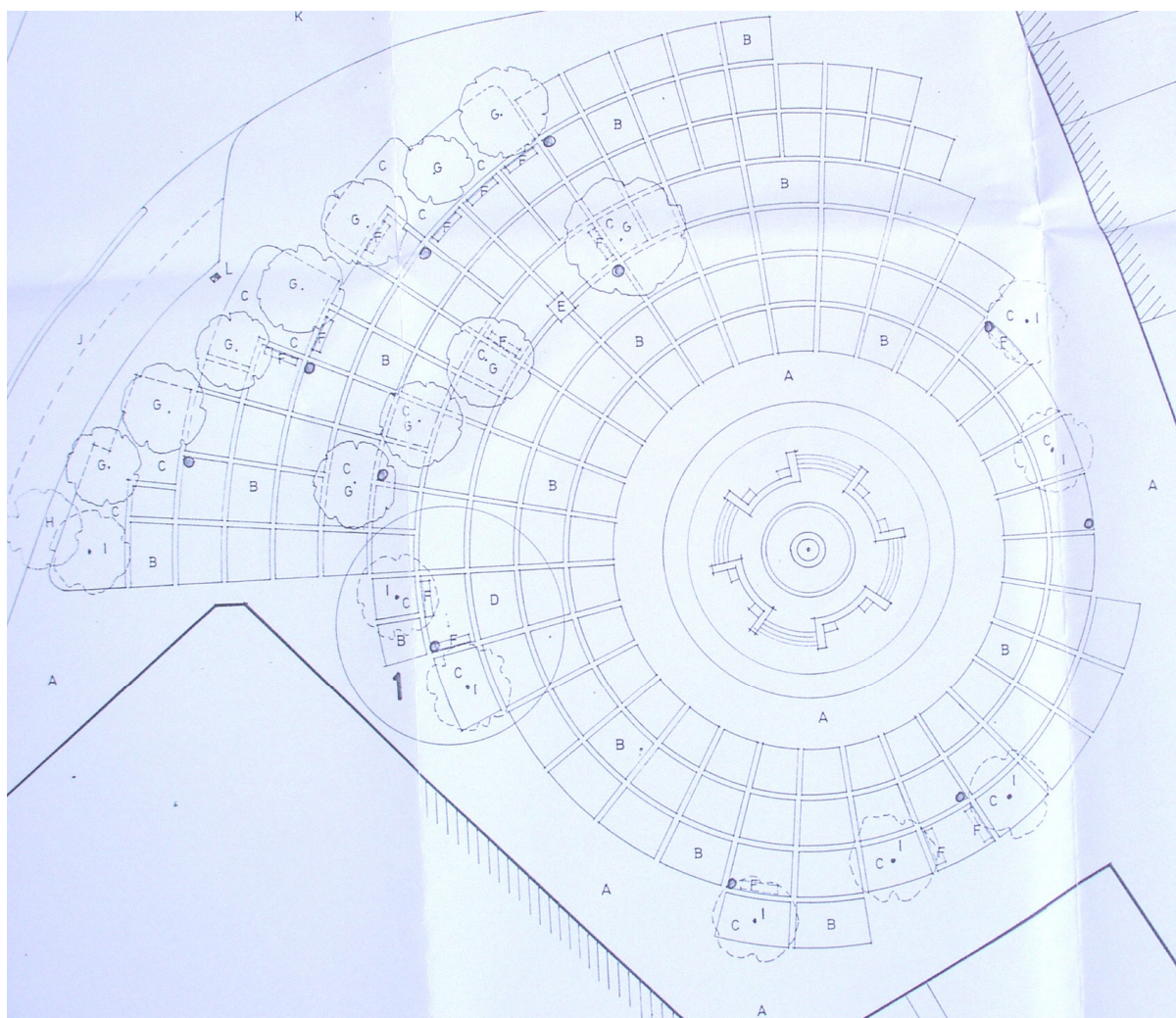
	sempre que possível ou, permitem o acesso a todos os níveis através do nivelamento dos pavimentos.					
45)	Nas mudanças de nível, foram usadas rampas adequadas para permitirem o acesso de pessoas incapacitadas, pessoas com carrinhos de bebé, etc.					
46)	A praça possui alterações drásticas de nível entre a mesma e o passeio, que dificultem a utilização dos espaços.					
GRUPO VII – PAVIMENTOS						
47)	Os limites como mudanças de pavimento ou desníveis definem a praça como um espaço distinto do passeio sem transformar a praça num local visual e funcionalmente inacessível a transeuntes.					
48)	São adequados os planos adoptados na implantação da nova praça, nomeadamente o plano da praça bem como do adro da igreja e a inserção dos mesmos através da escadaria existente.					
49)	Os materiais aplicados no pavimento da praça, foram bem escolhidos, mais concretamente lajedo de granito.					
50)	O pavimento adequa-se às necessidades da praça e de quem a frequenta.					
51)	Deveriam existir mais espaços verdes em vez do pavimento granítico.					
52)	As passagens para peões bem como os passeios pedonais adequam-se às necessidades dos transeuntes e da vila.					
SUGESTÕES:						
	Relativamente às questões colocadas anteriormente, agradece-se que caso existam sugestões inerentes a eventuais alterações à actual situação da Praça da República, as mesmas sejam redigidas no espaço seguinte:					

ANEXO 2

FOTOS DA PLANTA RELATIVA À ÚLTIMA INTERVENÇÃO
NA PRAÇA CONSELHEIRO SILVA TORRES, EM CAMINHA (1985)



PLANTA GERAL DA PRAÇA



LEGENDA	
A	LAJEDO DE GRANITO
B	CUBOS DE GRANITO AZUL DE 6x6cm
C	CANTEIRO EM TERRA
D	CAIXA DE AREIA
E	CABINE TELEFÓNICA A MANTER
F	BANCO DE GRANITO E MADEIRA
G	ÁRVORE EXISTENTE A MANTER
H	" " A ELIMINAR OU A TRANSPLANTAR
I	" " A PLANTAR
J	BAÍA DE ESTACIONAMENTO (TÁXIS).—Pavimento cubos 11x11cm
K	ARRUAMENTO EM ASFALTO
L	TELEFONE DOS TÁXIS
●	COLUNAS DE ILUMINAÇÃO

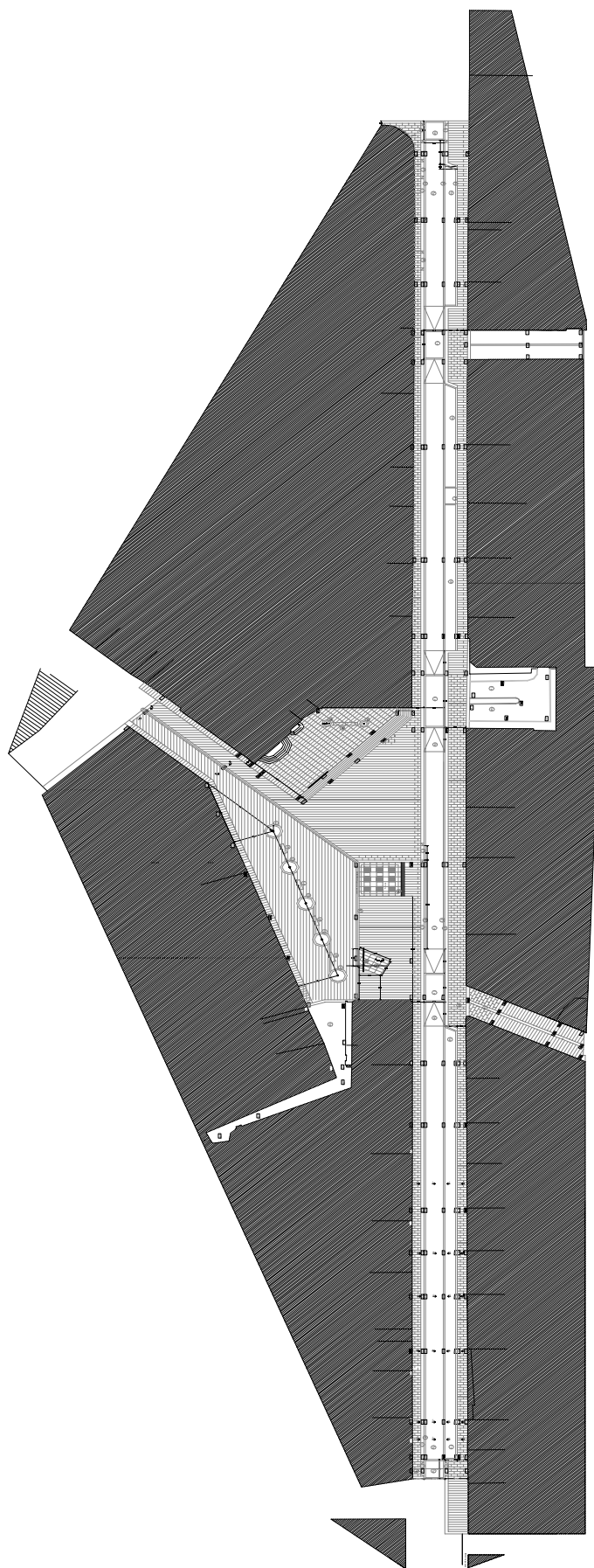
PORMENOR DA PAVIMENTAÇÃO DA PRAÇA

ANEXO 3

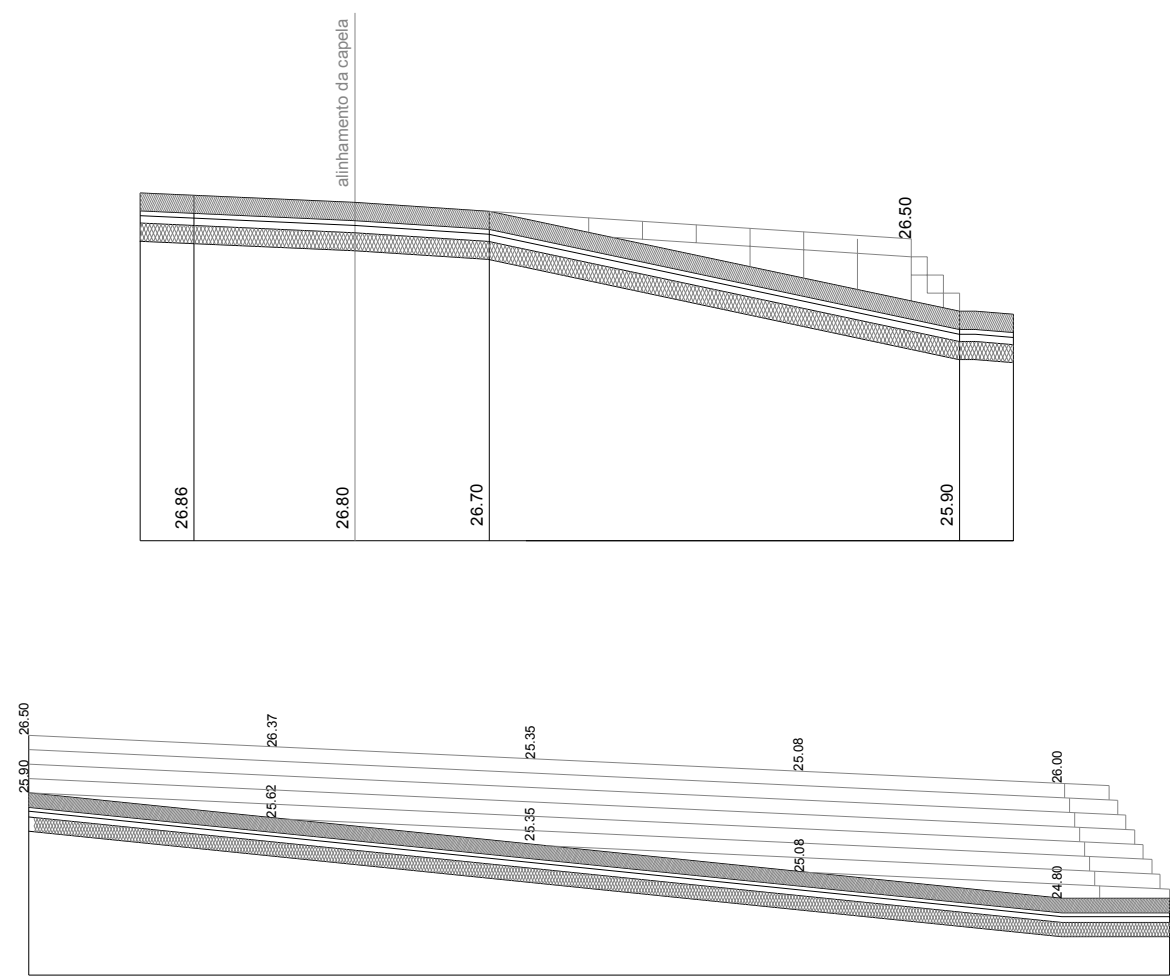
PEÇAS DESENHADAS DO PROJECTO DE
REABILITAÇÃO DA PRAÇA DA REPÚBLICA, EM VILA PRAIA DE ÂNCORA (2005)



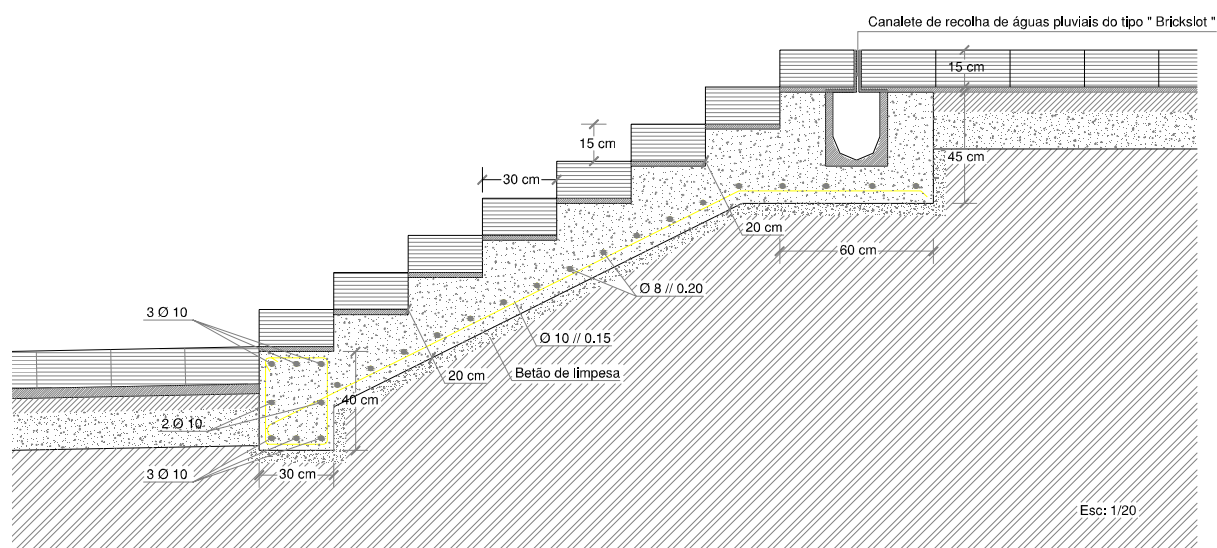
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



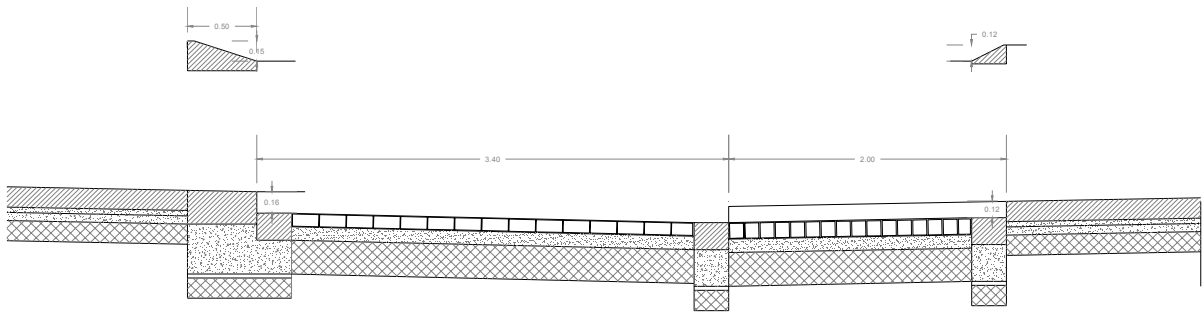
PLANTA GERAL DA PRAÇA E ARRUAMENTOS CONTÍGUOS INTERVENCIONADOS



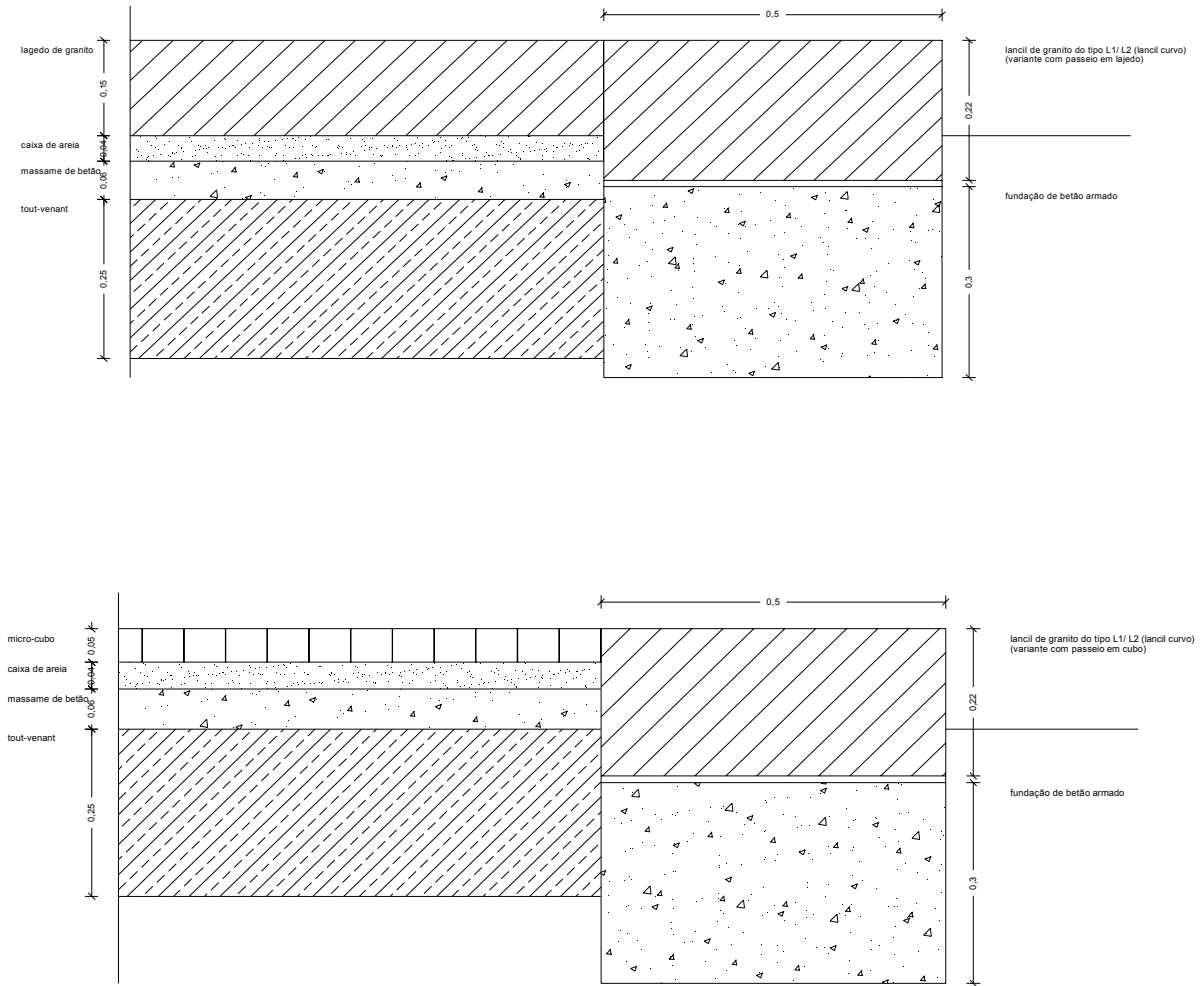
PORMENORES DA PRAÇA – PERFIS TRANSVERSAIS (PLANO DA PRAÇA E ESCADARIA DO ADRO)



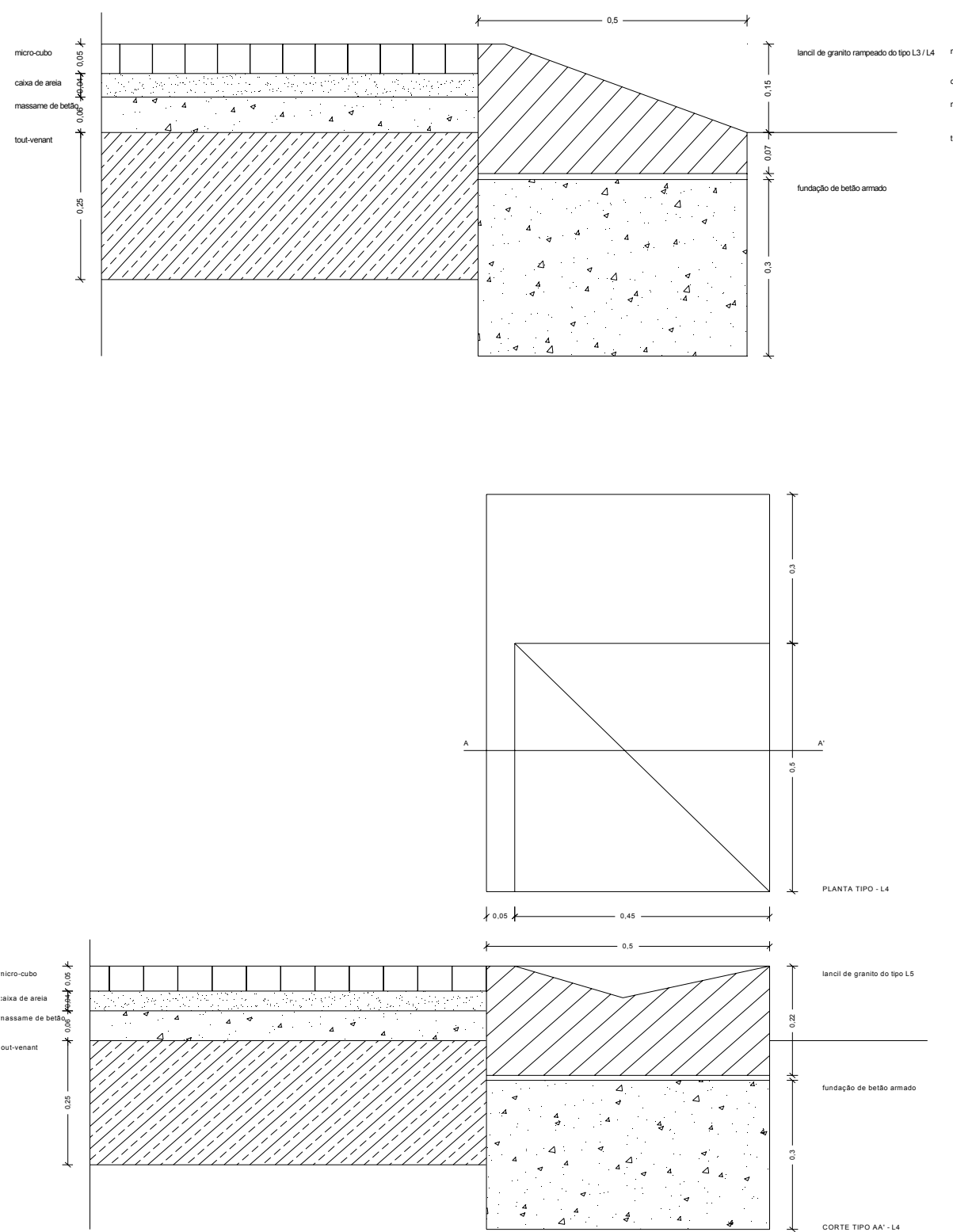
PORMENOR DA ESCADARIA DE ACESSO AO ADRO



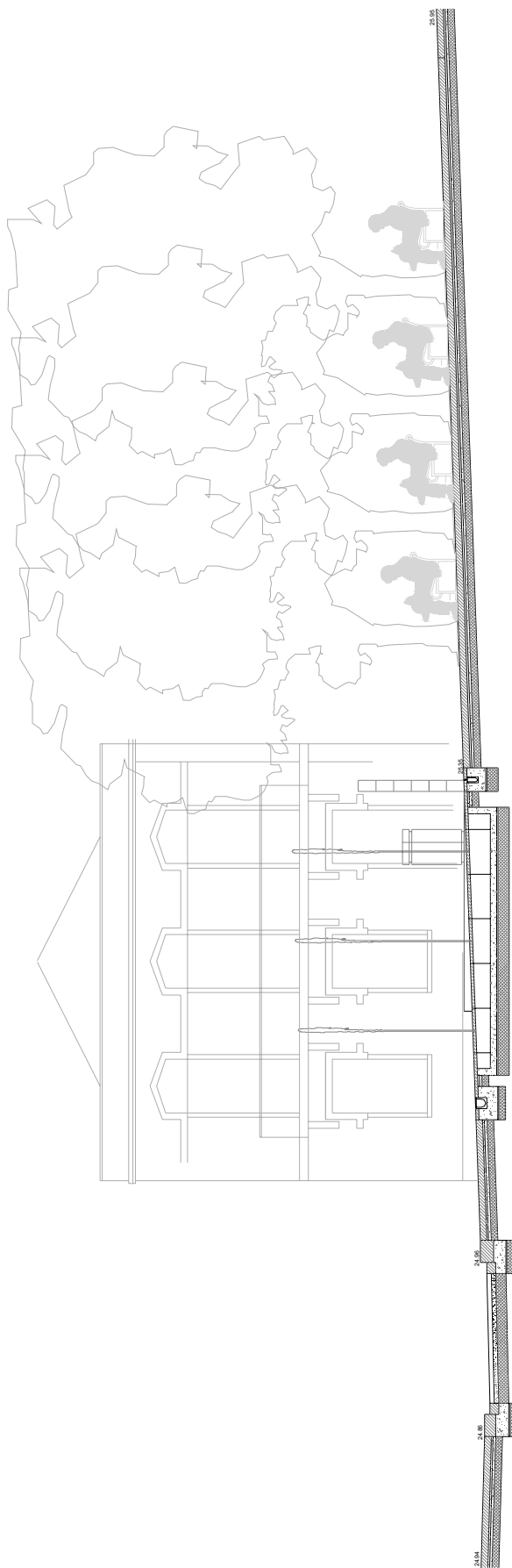
PERFIL TRANSVERSAL DOS ARRUAMENTOS



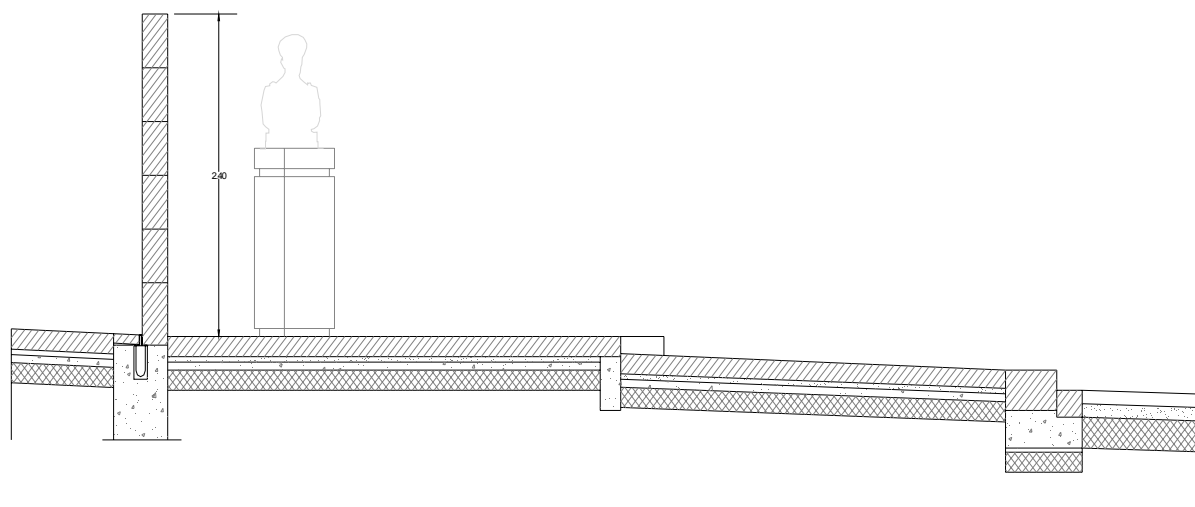
PORMENORES DOS PAVIMENTOS



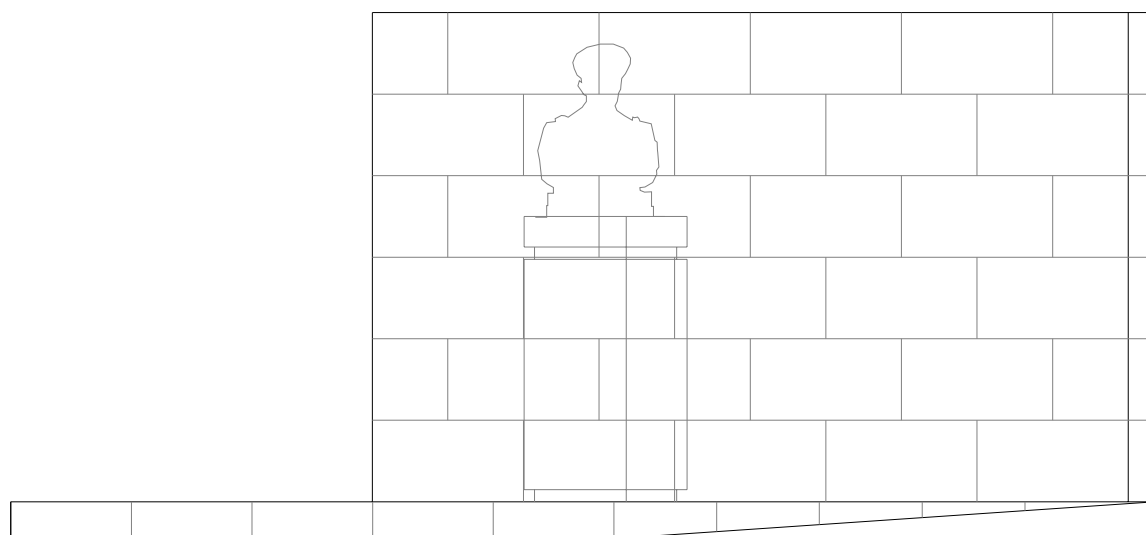
PORMENORES DOS PAVIMENTOS



PERFIL TRANSVERSAL DA PRAÇA - ZONA DA FONTE DE PAVIMENTO E DO BUSTO



PERFIL TRANSVERSAL – IMPLANTAÇÃO DO BUSTO



VISTA FRONTAL DO BUSTO